

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE ENGENHARIA

CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA

DOUGLAS DE ARAUJO GONZAGA

Engenheiro Agrônomo

**RESULTADOS E SIGNIFICADOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS (PAA) PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE
PEREIRA BARRETO (SP)**

Ilha Solteira

2015

DOUGLAS DE ARAUJO GONZAGA

Engenheiro Agrônomo

**RESULTADOS E SIGNIFICADOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS (PAA) PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE
PEREIRA BARRETO (SP)**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Engenharia da UNESP, Campus de Ilha Solteira,
para obtenção do título de Mestre em Agronomia.
Especialidade: Sistemas de Produção.

Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana
Orientador

Ilha Solteira

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

G642r Gonzaga, Douglas de Araujo .
Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP) / Douglas de Araujo
Gonzaga. Ilha Solteira: [s.n.], 2015
158 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Engenharia de Ilha Solteira. Especialidade: Sistemas de Produção, 2015

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Mercados institucionais. 3. Diversificação da
produção. 4. Assentamentos rurais. 5. Estratégias.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA
FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

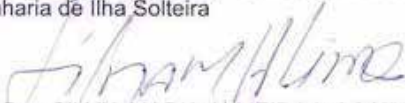
TÍTULO: Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)

AUTOR: DOUGLAS DE ARAUJO GONZAGA

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT'ANA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM AGRONOMIA ,
Área: SISTEMAS DE PRODUÇÃO, pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT'ANA
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira


Profa. Dra. SILVIA MARIA ALMEIDA L. COSTA
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira


Profa. Dra. ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Data da realização: 27 de fevereiro de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais,
Seu Gonzaga e Dona Lurdes,
pelo amor incondicional, confiança e
apoio que me deram ao longo da vida.
Sou eternamente grato!

Em memória de “Seu Pedro” e “Dona Sílvia”,
exemplos de Luta e Amor pela terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as bênçãos que tem derramado em minha existência, pela perseverança que Jesus me emanou para a conclusão deste árduo trabalho, e a toda a espiritualidade amiga que se manteve junto a mim em todos os momentos felizes e infelizes que passei e, inclusive, neste momento vitorioso de minha jornada terrestre.

Nesses três últimos anos, devo meus sinceros agradecimentos a muitas pessoas. Mas devo principalmente o meu muito obrigado a meus pais, Seu Gonzaga e Dona Lurdes. A meus pais agradeço imensamente por acreditarem sempre no meu potencial, por me incentivarem e por sempre fazerem renascer em mim as esperanças de um amanhã melhor.

À minha querida irmã, Juliane, por todo apoio e incentivo em todas as fases de minha vida e, em especial, na fase da elaboração do presente texto. Como lhe disse várias vezes, *“não sei o que seria se não fosse você”*. Não conseguirei mensurar com palavras o quanto estou grato por toda atenção devota a minha pessoa, por isso agradeço com o coração.

A meu irmão Diego por colaborar nos afazeres familiares quando estive ausente, por me incentivar, por sempre estar presente em todos os momentos que precisei de ajuda e por todos os bons pensamentos emanados até mim.

A todos meus familiares, Araujos e Gonzagas, meus tios e tias, meu muito obrigado pelas orações, palavras de ânimo e incentivo e por me mostraram como a vida é bonita, ensinando-me o verdadeiro significado do amor fraterno. A todos os meus primos, que são mais que primos são irmãos. Em especial, devo meus agradecimentos a meu compadre Felipe por me dar a benção de poder batizar nosso amado Arthurzinho, e a Ariane por sempre estar presente no meu cotidiano dividindo as angústias e alegrias da vida adulta.

A todos meus amigos irmãos, iluminados, moradores e agregados da república Los Iluminados, por todos os momentos felizes que desfrutamos, por tantas conversas ontológicas com Virgílio Trentin (Virgilito). A Paulinha, minha prima querida, pelos almoços ao som do acústico 2000 do Bruno & Marrone, ao Cabelo por dividir angústias do mestrado, a Natália e ao Brunão pela sincera amizade e por tantos almoços de sábado! A Livia pelas doses de ânimo e perseverança para conclusão deste estudo. E ao novo membro da república, Gandhi (Renato), pelas prosas ao som da viola enquanto degustávamos um bom café!

Dedico aqui também o meu imenso agradecimento a duas pessoas que fazem parte do meu cotidiano, Lucita e Valéria, companheiras pesquisadoras e amigas para todas as horas. Sem elas, esses anos dedicados à execução do mestrado não teriam a menor graça. Ambas me acompanharam em todas as etapas, me alegrando e me encorajando a não desistir nunca.

Agradeço também a todos meus amigos e companheiros de pesquisa: Flaviana Cavalcante, Ana Heloísa, Cícero Rogério, Elisandra, Ticiane e, em especial, a Gabriela Souza e Murilo Didonet por tantas conversas intermináveis e esclarecimentos acadêmicos.

A meus grandes amigos que fiz durante a graduação e a pós-graduação: Karem Gomes (Karenzita), Junior Torrogrosa (Junior), Thaína Berlim (Kxassita), Luana (Bi), Erickson Moura (Feiúra), Newton Maciel (Newtão), Diego Nervi (Pomarola), André Luís (Bixcoito), Raíssa (Rara), Rodolfo e Gabriel Kehdi por participarem mesmo de longe da minha vida.

A todos meus amigos “farofeiros”, Melina (Mel), Daniel Barbosa (Patrick), Amanda (Pitty), Jaqueline Olivo (Jack), Jeane, Gabriel (Inferno). Agradeço por todos os momentos felizes que passamos.

A todos meus amigos e amigas que não foram mencionados e que, mesmo estando próximos ou distantes, souberam contribuir à sua maneira.

Ao professor e orientador Antonio Lázaro Sant’Ana, a quem sou grato pela orientação e contribuições, que foram essenciais para a execução e o desenvolvimento deste trabalho, sobretudo, para chegar ao seu “interminável” fim e por permitir a honra de fazer parte da família NEDET.

Às Professoras e ao Professor das bancas de defesa e qualificação, Prof^a Dr^a Sílvia Maria Almeida Lima Costa, Prof^a Dr^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Prof^a Dr^a Maria Aparecida Anselmo Tarsitano e Prof^o Dr^o Omar Jorge Sabbag, pela disposição e pelas contribuições a este trabalho.

A todos os funcionários e docentes da Unesp de Ilha Solteira, em especial, aos funcionários da DFTASE, da Secretaria da Pós Graduação e da Biblioteca pela presteza.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de pesquisa.

Ao Eng. Agrônomo Arnaldo Coelho pelas contribuições, informações e incentivo para o desenvolvimento da pesquisa a campo. A todos os representantes das entidades filantrópicas entrevistadas pela disposição e participação na pesquisa.

E por fim a todos os Agricultores Familiares participantes deste estudo e do Brasil!

Muito Obrigado!

A Terra Prometida

Vinicius de Moraes

Poder dormir
Poder morar
Poder sair
Poder chegar
Poder viver
Bem devagar
E depois de partir poder voltar
E dizer: este aqui é o meu lugar
E poder assistir ao entardecer
E saber que vai ver o sol raiar
E ter amor e dar amor
E receber amor até não poder mais
E sem querer nenhum poder
Poder viver feliz pra se morrer em paz

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos, conhecido pela sigla do nome do programa “PAA”, criado pelo governo federal em 2003, tem como meta assegurar alimentos com qualidade e quantidade adequada regularmente às populações em situação de insegurança alimentar. Além de beneficiar a população urbana, o PAA fortalece a agricultura familiar ao adquirir seus produtos. A presente pesquisa objetivou caracterizar os produtores, a produção e analisar as ações desenvolvidas em termos de benefícios gerados, dificuldades encontradas, avaliação dos resultados e perspectivas dos agricultores e das entidades recebedoras dos alimentos, frente ao Programa. Os métodos e as técnicas de pesquisa adotadas basearam-se no uso de questionários aplicados aos agricultores residentes em quatro (re)assentamentos do entorno de Pereira Barreto (SP), e em entrevistas semiestruturadas dirigidas aos presidentes das Associações e aos representantes das entidades beneficiadas. Dentre os efeitos do Programa nos (re)assentamentos rurais pesquisados, pôde-se inferir que houve a ampliação da área e do número de cultivos; e geração de uma renda extra com certa regularidade, o que propiciou a realização de investimentos no lote e em bens para a casa, resultando em maior motivação dos agricultores para o trabalho no campo. Constatou-se que os maiores entraves enfrentados pelos produtores são o atraso do pagamento pelos alimentos entregues e dificuldades em relação ao transporte da produção. Outro fato relevante apontado por esta pesquisa é o que a participação no PAA não resultou ainda, para a grande maioria dos produtores, na expansão de seus canais de comercialização. Sobre o papel das associações na execução do PAA, verificou-se que o presidente exerce função crucial para a formação e o desempenho das mesmas. Em uma autoavaliação acerca da qualidade dos alimentos, os agricultores em sua maioria os classificaram como produto de alta ou boa qualidade, mas algumas entidades filantrópicas colocaram restrições à qualidade dos alimentos e, de modo generalizado, fizeram críticas à variedade dos produtos. Os representantes destas entidades interpretaram que os agricultores se empenharam muito no início do Programa, mas, com o decorrer do tempo, buscaram, de forma preponderante, cumprir com mais facilidade cota, sacrificando a diversidade. Para um melhor desempenho do PAA em Pereira Barreto (SP) sugerem-se a ampliação do diálogo entre os agricultores familiares e demais atores envolvidos no processo, visando aprimorar a produção agrícola com processos de formação técnica e buscar novos mercados para comercialização da produção - sejam estes institucionais ou não.

Palavras chaves: Políticas públicas. Mercados institucionais. Diversificação da produção. Assentamentos rurais. Estratégias.

ABSTRACT

The *Programa de Aquisição de Alimentos* (Food Acquisition Program), usually called PAA, created by the federal government in 2003, aims to ensure quality food and adequate quantity regularly to the people in food insecurity situation. In addition to benefiting the urban population, the PAA strengthens family farming by purchasing their products. The present research had by objective to characterize the producers, the production and analyze the actions taken in terms of benefits generated, found difficulties, evaluation of the results and perspectives of farmers and entities recipients of food, facing the Program. The methods and research techniques applied were based on the use of questionnaires to farmers located in four (re)settlements surrounding Pereira Barreto (SP), and semi-structured interviews directed to presidents of associations and representatives of benefited entities. Among the effects of the program in the rural (re)settlements surveyed, could be inferred that there was an increase of the area and the number of crops; and generation of an extra income on certain regular basis, which led to investments in the allotment and household goods, resulting in greater motivation of farmers to work in the field. It was found that the greatest obstacles faced by producers are the delay of payment for delivered food and difficulties related to the transport of production. Another important fact pointed out by this research is that participation in the PAA didn't result yet, for the vast majority of producers, on expansion of their marketing channels. Regarding the role of associations in the implementation of the PAA, it was found that the president exerts a crucial role for the formation and performance of itself. In a self-evaluation on the quality of food, farmers mostly classified it as high or good quality products, but some philanthropic entities made restrictions on the food's quality and, as a general rule, critical concerning the variety of products. The representatives of these entities interpreted that the farmers worked very hard on the beginning of the Program, but, over time, sought, predominantly, to fulfill more easily the quote, sacrificing diversity. For a better performance of PAA in Pereira Barreto (SP) is suggested to expand the dialogue between farmers and other actors involved in the process aiming to improve agricultural production with technical training processes and seek of new markets for commercialization of production – which may or may not be institutionalized.

Keywords: Public policy. Institutional markets. Diversification of production. Rural settlement. Strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Microrregião de Andradina.....	53
Figura 2 -	Faixa Etária dos Entrevistados.....	61
Figura 3 -	Distribuição da Escolaridade dos Entrevistados.....	62
Figura 4 -	Composição familiar.....	64
Figura 5 -	Familiares que trabalham no lote.....	64
Figura 6 -	Benfeitorias presentes nos lotes pesquisados.....	65
Figura 7 -	Principais máquinas e equipamentos presentes nos lotes pesquisados.....	67
Figura 8 -	Linhas de crédito acessadas pelos agricultores entrevistados (financiamentos ativos).....	84
Figura 9 -	Finalidades do Crédito Rural contratado pelos produtores pesquisados.....	85
Figura 10 -	Valores (em R\$) dos financiamentos ativos dos agricultores pesquisados.....	86
Figura 11 -	Motivos que levaram os agricultores pesquisados a aderirem ao PAA.....	91
Figura 12 -	Avaliação da qualidade dos seus produtos, feita pelos agricultores pesquisados.....	95
Figura 13 -	Cuidados que os agricultores pesquisados despendem para entrega dos alimentos.....	96
Figura 14 -	Perspectivas dos agricultores em relação ao PAA.....	99
Figura 15 -	Benefícios que as associações trouxeram para a produção agropecuária.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Divisão dos períodos históricos das políticas públicas voltadas à produção.....	26
Tabela 2 -	Evolução dos recursos (R\$) aplicados nos anos de 2003 a 2013, por região.....	48
Tabela 3 -	Dados sobre a evolução da população entre 2000 e 2010, área total, e densidade demográfica em 2010, da Microrregião Geográfica de Andradina e de seus respectivos municípios.....	54
Tabela 4 -	Atividades remuneradas exercidas pelos entrevistados antes do (re) assentamento.....	63
Tabela 5 -	Exploração Animal presente nos lotes dos produtores pesquisados.....	68
Tabela 6 -	Distribuição de bovinos nos lotes pesquisados.....	69
Tabela 7 -	Principais tecnologias empregadas e complementação alimentar na bovinocultura dos lotes pesquisados.....	70
Tabela 8 -	Relação de Olerícolas Folhosas, número e percentual de agricultores que as cultivam.....	71
Tabela 9 -	Principais tecnologias e insumos empregados na produção de hortaliças folhosas.....	72
Tabela 10 -	Relação de oler. de frutos, número e percentual de agricultores que as cultivam.....	73
Tabela 11 -	Principais tecnologias e insumos empregados na produção de olerícolas de frutos.....	74
Tabela 12 -	Relação de raízes e tubérculos, número e percentual de agricultores que os cultivam.....	75
Tabela 13 -	Principais tecnologias e insumos empregados na produção de raízes e tubérculos.....	76
Tabela 14 -	Relação de frutas, número e percentual de agricultores que as cultivam.....	77
Tabela 15 -	Principais tecnologias e insumos empregados na produção de frutíferas.....	78

Tabela 16 -	Relação de grãos, número e percentual de agricultores que os cultivam.....	78
Tabela 17 -	Principais tecnologias e insumos empregados na produção dos grãos cultivados.....	79
Tabela 18 -	Relação dos produtos e quantidades comercializadas pelas associações.....	81
Tabela 19 -	Variedade de alimentos comercializados pelos (Re) Assentamentos.....	82
Tabela 20 -	Quantidade de alimentos comercializados pelos (Re) Assentamentos.....	83
Tabela 21 -	Valores totais comercializados pelas associações.....	83
Tabela 22 -	Relação de rendas não agrícolas dos agricultores entrevistados.....	87
Tabela 23 -	Distribuição das famílias pesquisadas em função do valor da renda não agrícola.....	88
Tabela 24 -	Faixas de renda obtida pelos agricultores com a comercialização do leite.....	89
Tabela 25 -	Período de carência respeitado pelos agricultores entrevistados.	97
Tabela 26 -	Mudanças na vida da família após a participação do PAA, segundo percepção dos agricultores pesquisados.....	101
Tabela 27 -	Investimentos realizados pelos agricultores com a renda do PAA.	102
Tabela 28 -	Relação dos bens de consumo adquiridos pelos agricultores entrevistados.....	104
Tabela 29 -	Relação percentual e número de produtores associados entrevistados.....	105
Tabela 30 -	Benefícios que a Associação proporciona para a vida dos agricultores.....	106
Tabela 31	Relação das entidades entrevistadas, contendo público alvo, número de pessoas atendidas e frequência de atendimentos.....	119

LISTA DE SIGLAS

AGF	Aquisições do Governo Federal
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APP	Área de Preservação Permanente (APP)
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CECANES	Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar
CEPLAC	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CFP	Comissão de Financiamento da Produção
CMDRS	Conselhos Municipais De Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPAR	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo
COATER	Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CODASP	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CODETERS	Conselhos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável
CONSAD	Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNTR/CUT	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDAÇÃO SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PDBR	Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PFZ	Programa Fome Zero
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCAB	Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PTC	Programa Território da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RL	Reserva Legal
SAF	Secretária da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDT	Secretária do Desenvolvimento Territorial
SESAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
2.1	DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O SETOR AGROPECUÁRIO.....	25
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000: O PAPEL DO PRONAF.....	30
2.4	POLÍTICAS COM ABORDAGEM TERRITORIAL.....	35
2.5	OS MERCADOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL.....	39
2.5.1	PNAE – programa nacional de alimentação escolar	40
2.5.2	Particularidades do Programa de Aquisição de Alimentos.....	42
3	METODOLOGIA.....	49
4	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E ESTABELECIMENTOS PARTICIPANTES DO PAA.....	53
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ANDRADINA.....	53
4.2	HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO ESTUDADO.....	56
4.3	HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DOS (RE) ASSENTAMENTOS.....	57
4.3.1	Assentamento Terra é Vida.....	57
4.3.2	Assentamento Olga Benário.....	57
4.3.3	Assentamento Eldorado dos Carajás.....	58
4.3.4	Reassentamento Complexo Hortifrutigranjeiro	59
4.4	CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES E DAS FAMÍLIAS	60
4.5	CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS.....	64
4.6	EXPLORAÇÃO ANIMAL	68

4.7	EXPLORAÇÃO VEGETAL	70
4.8	CRÉDITO RURAL.....	84
4.9	RENDAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS.....	87
5	O PAA E OS AGRICULTORES FAMILIARES DE PEREIRA BARRETO – SP.....	90
5.1	ÉPOCA DE INÍCIO E MOTIVAÇÃO DOS AGRICULTORES PARA PARTICIPAREM DO PAA	90
5.2	MUDANÇAS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS APÓS ADESÃO AO PAA	92
5.3	DIFICULDADES DE PARTICIPAÇÃO NO PAA	93
5.4	AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES QUANTO À QUALIDADE DOS PRODUTOS QUE ENTREGAM AO PAA	94
5.5	USO DE AGROTÓXICOS	96
5.6	EXPANSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO PÓS-ADESÃO DOS AGRICULTORES AO PAA	97
5.7	PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO AO PAA	98
5.8	MUDANÇAS NA VIDA DA FAMÍLIA APÓS PARTICIPAÇÃO NO PAA	100
5.9	APLICAÇÃO DA RENDA OBTIDA NO PAA EM BENFEITORIAS NOS LOTES PESQUISADOS	102
5.10	A RENDA DO PAA E OS INVESTIMENTOS EM BENS DE CONSUMO PARA A FAMÍLIA	103
6	CONTRIBUIÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PAA	105
6.1	PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES PESQUISADOS NAS ASSOCIAÇÕES E BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS	105
6.2	O PONTO DE VISTA DOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES SOBRE O PAA	108
7	AS ENTIDADES BENEFICIADAS PELO PAA EM PEREIRA BARRETO	119
7.1	CARACTERÍSTICAS DAS ENTIDADES BENEFICIADAS E MODO DE OPERAÇÃO DO PAA	119

7.2	PERCEPÇÃO DAS ENTIDADES CONSUMIDORAS EM RELAÇÃO AOS ALIMENTOS RECEBIDOS	121
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	133
	SITES CONSULTADOS	140
	APÊNDICES.....	141
	Questionário aplicado aos produtores.....	142
	Roteiro de Entrevista: Presidentes das Associações.....	148
	Roteiro de Entrevista: Entidades que recebem produtos do PAA	152
	ANEXO.....	154

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos, popularmente chamado de PAA, foi criado pelo governo federal durante o ano 2003. O Programa tem como meta assegurar às populações em situação de insegurança alimentar, alimentos com qualidade e quantidade adequada regularmente, além de beneficiar a população urbana, o PAA fortalece a agricultura familiar adquirindo seus produtos.

Analisar os programas governamentais que têm como objeto a promoção da segurança alimentar e o fortalecimento dos atores que compõe a agricultura familiar brasileira é fundamental para verificar se seus objetivos têm sido alcançados. O PAA é o principal programa dirigido a este propósito e sua construção, tanto em organismos governamentais quanto em não-governamentais, faz com que sua análise seja complexa e desafiadora.

Visto que o PAA em Pereira Barreto (SP) atua na modalidade Compra para Doação Simultânea, a presente pesquisa pretende caracterizar os produtores e analisar as ações desenvolvidas no âmbito dos benefícios, as dificuldades encontradas, as perspectivas dos agricultores frente ao programa e ao mercado. Pretende ainda averiguar se o programa conseguiu cumprir seu papel de política estruturante. Nessas condições, tem-se como objetivos específicos verificar como o PAA tem influenciado a dinâmica dos agricultores familiares em relação à/ao: (i) renda agropecuária obtida; (ii) manutenção e/ou ampliação dos cultivos e das práticas tradicionais; (iii) adoção de novos cultivos e/ou a implementação de novas tecnologias; (iv) inserção dos produtores em outros mercados; (v) organização para realizar outras atividades; (vi) autoestima e satisfação dos produtores/família. Do ponto de vista dos efeitos do PAA no município pretende-se: (i) averiguar quais os alimentos adquiridos, bem como, se são cumpridas as exigências em relação à qualidade e à fitossanidade dos produtos entregues, e se a oferta supre as demandas locais das entidades que são assistidas.

No primeiro capítulo, levantou-se referencial teórico acerca das políticas públicas e suas contribuições para a agricultura familiar, bem como dos conceitos sobre a formação de políticas públicas. Assim, empreendeu-se um percurso histórico sobre as políticas públicas que foram dirigidas à agricultura familiar e ao setor rural antes da década de 1990, identificando quais foram as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar durante as décadas de 1990 e 2000 e a importância que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) teve no que concerne à agricultura familiar. Foram levantadas também outras políticas que têm como alvo a agricultura familiar. Dentre elas destacam-se: (i)

as políticas com abordagem territorial; (ii) os mercados institucionais no Brasil; (iii) o Programa Nacional de Alimentação Escolar e, por fim, as peculiaridades do Programa de Aquisição de Alimentos.

No segundo capítulo, apresentou-se a metodologia adotada para a coleta e posterior análise deste estudo. Os métodos e as técnicas de pesquisa se valeram do uso de questionários aplicados aos agricultores residentes nos (re) Assentamentos do entorno de Pereira Barreto, e de entrevistas semiestruturadas dirigidas aos presidentes das Associações e aos representantes das entidades filantrópicas consumidoras.

No terceiro capítulo, caracterizou-se a microrregião em que o município estudado está inserido, bem como as características deste município e dos assentamentos e reassentamento estudados. As infraestruturas dos lotes também foram caracterizadas, assim como o modo de exploração animal e vegetal. Descreveu-se ainda quais foram as principais linhas de crédito rural acessadas, e também as avaliações e aplicações que os agricultores realizaram. As rendas agrícolas e não agrícolas também foram apuradas, de modo a destacar quais foram as estratégias desenvolvidas pelos agricultores para permanecerem no campo.

As estratégias desenvolvidas pelos agricultores para permanecerem e participarem do Programa estão contidas no quarto capítulo. Neste capítulo, discutiu-se quais foram os resultados do programa na vida dos agricultores, quais foram os avanços e as limitações. Ademais, identificou-se quais as perspectivas dos mesmos sobre o programa.

As ações das associações enquanto intermediadoras do acesso dos produtores entrevistados ao PAA foram discutidas no quinto capítulo, bem como o papel que desempenham os presidentes das associações. Nesta seção discutiram-se as estratégias que cada um dos presidentes desempenha para aprimorar os cultivos de seus respectivos assentamentos e qual a visão e as perspectivas que cada um deles tem sobre o Programa.

No sexto capítulo, apresentou-se o ponto de vista das entidades filantrópicas consumidoras, os resultados e efeitos que o Programa proporciona na vida da população assistida. Nesta seção evidencia-se o olhar de “fora da porteira”, isto é, a avaliação que cada entidade consumidora do alimento. Essa perspectiva possibilitou chegar de fato aos resultados do Programa no município.

Os questionários e roteiros de entrevistas usados na execução do presente estudo se encontram nos apêndices.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado desempenha em nossa sociedade inúmeras funções que vêm sofrendo transformações ao longo do tempo. Entre os séculos XVII e XIX, seu principal objetivo era manter a segurança pública e a defesa do território em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o desencadeamento e a expansão da democracia, as ações do Estado foram ampliadas, de modo que, atualmente, é comum afirmar que sua principal função é promover o bem-estar da sociedade. Para tanto ele se vale da articulação e da promoção de inúmeras políticas públicas e sociais.

Nas últimas décadas, as políticas públicas vêm ganhando destaque no campo do conhecimento, devido a vários fatores, dos quais podemos elencar como principais: (i) a adoção de políticas restritivas de gasto, que norteiam a agenda de grande parte dos países principalmente os emergentes; (ii) as novas perspectivas dos governos que tomaram o lugar das políticas keynesianas do pós-guerra, restringindo suas políticas públicas ao cumprimento do ajuste fiscal e do equilíbrio orçamentário, reduzindo a intervenção do Estado na Economia e transformando as políticas sociais “universais” em “focalizadas”, especialmente a partir de 1980; (iii) a democracia recente, no tocante aos países em desenvolvimento, em que ainda não houve formas de coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão das políticas públicas a fim de beneficiar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social da maioria de sua população (SOUZA, 2007).

Compreender a origem e a ontologia de uma área do conhecimento é importante para que haja um melhor entendimento de seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. A política pública, no âmbito acadêmico, surgiu nos EUA, inovando ao romper com as fases de estudos e pesquisas dessa área, antes realizadas pela tradição europeia, e que se baseavam mais na análise do Estado e de suas instituições do que nas ações dos governos. Desta forma, na Europa, a política pública surgiu em decorrência do desenvolvimento dos trabalhos focados nas teorias explicativas sobre o papel do Estado, bem como de sua instituição mais importante: o governo, elaborador por excelência de políticas públicas. Diferentemente da Europa, nos EUA, a área se estabelece no campo acadêmico sem empreender relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, dando muito mais ênfase nos estudos acerca das ações dos governos (SOUZA, 2006).

Souza (2006) afirma que as políticas públicas e as políticas sociais, do ponto de vista teórico-conceitual, são campos multidisciplinares, e que seus objetivos estão na explicação de suas origens e processos. Portanto, uma teoria geral da política pública consiste em identificar como se constituem teorias no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas desencadeiam efeitos diretos nas sociedades e na economia, o que explica o fato de que qualquer teoria sobre políticas públicas também deve explicar as inter-relações entre o estado, a política, a economia e a sociedade. Tal fato justifica a motivação de pesquisadores de diversas áreas acadêmicas e o interesse comum por esse campo. Essa movimentação de saberes tem contribuído tanto para os avanços teóricos quanto para avanços empíricos.

Para os países de língua latina como o Brasil, Espanha, Itália e França existem certas dificuldades na distinção dos termos essenciais das ciências políticas. O termo “política” é utilizado para enfatizar diferentes dimensões da relação entre o Estado e a sociedade. Já nos países anglo-saxônicos cada dimensão possui um termo correspondente. Dessa forma, “*polity*” refere-se à ordem do sistema político (sistema jurídico, constituição, estrutura político-administrativa), “*politics*” diz respeito aos processos políticos de negociação inerentes ao poder público e, “*policy*”, às políticas públicas propriamente. Essas diferenciações servem para evitar variações e confusões semânticas. Ademais, é de suma importância ressaltar que essas três dimensões estão interligadas e se influenciam mutuamente (FREY, 2000).

Em que pese às políticas públicas, Secchi (2013) as define como um conjunto de ações planejadas para solucionar ou conter um problema público, embora, na maioria das vezes, o agente de tais ações seja o governo. Além do setor público, o setor privado também pode ser um agente de formulação e implementação de políticas públicas, podendo ocorrer parcerias entre essas duas esferas e resultando em ações conjuntas. As entidades do terceiro setor, da mesma forma, podem ser tomadoras de decisão sobre as políticas públicas, sendo, inclusive, financiadas com dinheiro público.

De acordo com Secchi (2013), um problema público nada mais é do que uma situação real e uma situação ideal possível da realidade pública. Quanto mais opostas estiverem essas situações – real e ideal –, maiores as chances de se ter um problema público. Outra particularidade de um problema público é a quantidade de pessoas atingidas e sua gravidade. O problema público pode assumir diferentes interpretações de acordo com a quantidade e a qualidade das pessoas que ensejam tal política pública pelo seguinte fato: a definição de

público de um problema é um assunto bastante complexo, pois envolve distintas interpretações político-administrativas dos próprios atores políticos engajados com o tema.

O problema público, de acordo com sua origem e causa, necessita de um plano específico de ação para sua resolução por parte dos gestores das políticas públicas. Isso implica diversas formas de fazer políticas públicas, pois há políticas particulares a cada âmbito em que é formulada. Desta forma o analista de políticas públicas recorre às tipologias que ajudam a nortear e a sintetizar o trabalho de análise. As tipologias o auxiliam a categorizar e a capturar a essência dos conteúdos em meio a descrições extensas (SECCHI, 2013).

A tipologia mais difundida é aquela criada por Lowi (1964 p. 689, apud SECCHI, 2013), que se baseia no critério de “impacto esperado na sociedade”. A partir desse conceito têm-se quatro tipos de políticas públicas apresentadas a seguir.

- a) **as regulatórias:** de um modo geral este tipo de política abrange as leis que regulam alguma norma social ou técnica, como, por exemplo, os códigos de trânsito, as regras para o sistema bancário, os códigos de ética ou, até mesmo, as leis que proíbem o uso de fumo em locais fechados;
- b) **as distributivas:** políticas que geram benefícios para determinados grupos sociais, com custos difusos para todos os contribuintes, como exemplo deste tipo temos os subsídios, os incentivos ou renúncias fiscais (para empresários);
- c) **as redistributivas:** políticas que geram benefícios concentrados para um determinado grupo de atores e que implicam custos a outros grupos. É o tipo de política que desencadeia muitos conflitos, pois representa um jogo de soma zero, como, por exemplo, as cotas raciais para universidades. Essas políticas não recebem esse título pelo efeito redistributivo efetivo, e sim pelo antagonismo dos interesses dos grupos sociais. É comum nesse tipo de arena política ocorrer o elitismo¹. De um lado, há demanda de que a política se efetive e, de outro, reivindica-se que seja descartada;
- d) **as constitutivas:** políticas que são destinadas à definição das capacidades, das jurisdições e das regras da disputa política, bem como à elaboração de novas políticas públicas (SECCHI, 2013).

¹ E aqui compreende-se elitismo como a formação de duas elites, ou seja, a composição de duas forças e representações sociais em posições antagônicas (SECCHI, 2013).

Existem várias maneiras de classificar as políticas públicas. O analista pode realizar a sua análise de acordo com a tipologia, já consolidada na literatura (“aplicação dedutiva”) ou, ainda, criar sua própria tipologia (“desenvolvimento indutivo”) (SECCHI, 2013).

As políticas públicas também podem apresentar um caráter mais estrutural, caso tenha por objetivo interferir em aspectos como renda, propriedade, emprego etc.; ou conjuntural, se o intuito é amenizar situações temporárias ou, então, agir de forma mais imediata (TEIXEIRA, 2002).

Após a definição do problema público e dos tipos de instrumentos que serão utilizados na elaboração da nova política pública, é possível observar o esquema de visualização e interpretação que organiza a vida das políticas públicas, chamado de ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) e organizado em fases sequenciais e interdependentes.

Apresentamos brevemente aqui algumas descrições dos ciclos de formação da política pública. De acordo com Vianna (1988), esse ciclo contém cinco etapas: (i) agenda; (ii) projeto; (iii) adoção; (iv) implementação e (v) avaliação e reajuste. Já Frey (2000) alude que o ciclo é composto por três grandes momentos: (i) a elaboração de programas; (ii) a decisão de quando implementá-los e (iii) a avaliação e a eventual correção da ação. Todas essas etapas possibilitam aos formuladores uma visão heurística da ação. Por fim, Secchi (2013) caracteriza o ciclo em sete etapas: (i) identificação do problema; (ii) formação da agenda; (iii) formulação de alternativas; (iv) tomada de decisão; (v) implementação; (vi) avaliação e (vii) extinção da política pública.

Embora as quantidades de etapas no ciclo da política pública sejam diferentes nesses autores, essas descrições demonstram que é preciso considerar variações na aplicabilidade do ciclo. Nesse sentido, Secchi (2013) salienta que “apesar de sua utilidade heurística, o ciclo das políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública. As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam (SECCHI, 2013, p. 41)”.

Baptista e Resende (2011) apresentam as fases do processo da política pública em conformidade ao modelo proposto por Howlett e Ramesh nos anos 1990. Segundo essa perspectiva, a política pública assenta-se no modelo chamado *Improved model*², e suas fases são: (1) montagem da agenda; (2) formulação da política; (3) tomada de decisão; (4) implementação e (5) avaliação. Nesse modelo, o que prevalece é a noção de uma política que se forma a partir da percepção de problemas, passando pela formação de propostas e pela decisão para, então, chegar à implementação. Por fim, é preciso avaliar esse ciclo com o

² Uma possível tradução seria “*Modelo melhorado*”.

intuito de iniciar novo processo, bem como de reconhecer de problemas e reformular a política pública (BAPTISTA; RESENDE, 2011).

Daí a possibilidade de levarmos em conta as descrições acima, pois, a depender do contexto de implementação, as etapas podem se intercalar, originar outras em ordem não linear ou, ainda, anular alguma etapa antes presumida. Em suma, não há uma ordem estanque de formação do ciclo, as etapas são pré-estabelecidas, porém, é sua aplicabilidade que determina sua efetiva adoção.

Como se definiu anteriormente o problema público nada mais é do que a discrepância de uma situação real e uma situação ideal viável. Identificado o problema, a próxima etapa é a formação da agenda, que pode ser definida como o “conjunto de problemas” ou “temas entendidos como relevantes”. Segundo Cobb e Elder (1983 apud SECCHI, 2013), existem dois tipos de agenda:

a) agenda política: conjunto de problemas ou ainda temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção política;

b) agenda formal: também conhecida como agenda institucional, é a que determina quais os problemas ou temas que o poder público enfrentará.

Secchi (2013) menciona mais um tipo de agenda, a da mídia, que consiste em problemas e em diversos temas abordados por vários meios de comunicação. O autor salienta que em uma abordagem multicêntrica de políticas públicas existem vários tipos de agendas dos *policymakers* (atores que elaboram as políticas), entretanto, qualquer que seja a abordagem, para que um problema seja selecionado para fazer parte de uma agenda é necessário que supra três condições básicas: atenção, resolubilidade e competência (SECCHI, 2013).

Já a terceira etapa do ciclo das políticas públicas, a formulação de alternativas, se dá por meio de escrutínios diretos ou indiretos das consequências dos problemas, dos eventuais custos para resolução ou, ainda, benefícios das possíveis alternativas disponíveis. Para a determinação das soluções, é preciso estabelecer objetivos e estratégias. Nesse sentido, um mesmo objetivo pode ser atingido de diversas formas, tendo, para tanto, o suporte de três técnicas: a) projeções: observação de tendências; b) predições: uso de teorias ou analogias e c) conjecturas: juízos de valor (SECCHI, 2013).

Isso porque “a etapa de construção de alternativas é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos” (SECCHI, 2013, p. 48).

Após a formulação das alternativas, é chegado o momento em que os interesses dos atores são equacionados, e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público é explicitada. Essa etapa consiste na “tomada de decisão”. Secchi (2013) apresenta como exemplo dessa etapa o modelo desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972), que considera três fluxos: dos problemas públicos, das alternativas de solução e das condições políticas favoráveis. Deste modo, com o agrupamento desses fluxos, obtêm-se uma janela de oportunidades que desencadeia a tomada de decisão de uma política pública.

Em sequência, temos a implementação, etapa que consiste na execução dos planos, rotinas, regras e processos sociais. Para tanto é necessário que haja uma visualização dos obstáculos, das possíveis falhas que geralmente podem acometer a política pública, fruto do excesso de otimismo, a fim de que detectar possíveis metas mal traçadas e resoluções inadequadas para os problemas (SECCHI, 2013).

Sobre essa etapa, Sabatier (1986 apud SECCHI, 2013) aponta dois modelos de implementação de políticas públicas: o modelo *top-down* e o modelo *bottom-up*. O modelo *top-down* (de cima para baixo) se caracteriza por delimitar claramente os momentos de tomada de decisão e o de implementação consecutivamente. Já o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) se caracteriza por maior liberdade de burocratas e redes de atores na auto-organização e por dar forma à implementação das políticas públicas (SECCHI, 2013).

Seguindo o ciclo das políticas públicas, temos a avaliação, fase em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o objetivo de se verificar o estado da política e o nível da redução do problema que fez com que a mesma fosse criada. A avaliação, nesse sentido, requer a criação de critérios, indicadores e padrões. Os critérios geralmente utilizados pelos analisadores de políticas públicas são os seguintes: economicidade, produtividade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade. Tais critérios são utilizados na forma de parâmetros e indicadores dos programas governamentais. Nesta fase, há um aumento na percepção que os atores políticos têm sobre as políticas públicas com a finalidade de aprimorá-la. A última fase do ciclo consiste na extinção da política pública, caso haja superação dos problemas públicos e/ou ainda existam problemas de implementação (SECCHI, 2013).

Com base nos conceitos apresentados, compreende-se que uma política pública sempre será uma ação, desencadeada pelo Estado ou não, com o objetivo de amenizar ou extinguir um problema público. Se a agenda governamental não engloba um problema público, e este fica sem um enfrentamento mais efetivo, isso pode, de certa forma, ser

considerado uma forma de fazer política (*politics*), mas nunca uma política pública (*public policy*).

O Brasil sendo um país de dimensões continentais possui características regionais muito distintas, o que requer políticas públicas específicas para suprir os problemas públicos que as acometem. As políticas públicas no Brasil geralmente são concentradas no governo federal, fato que explica pela herança de um estado centralizador, com algumas ações regionalizadas e setoriais. A seguir, abordaremos mais características a este respeito, focando principalmente as políticas públicas voltadas para a agricultura brasileira.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O SETOR AGROPECUÁRIO

Os objetivos que levaram o Estado a intervir na agricultura estão interligados à particularidade existente neste setor, que condiciona a ação dos agentes econômicos e de atores sociais e que, por sua vez, pode desencadear possíveis falhas e imperfeições no funcionamento dos mercados. Esses problemas resultam em distorções na distribuição intersetorial de renda e no emprego no campo da economia. Além disso, tais falhas prejudicam diretamente o abastecimento alimentar doméstico e geram consequências sociais e políticas indesejáveis no tocante ao bem-estar econômico e social (DELGADO, 2001).

Assim sendo, a intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição – tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – o seu objetivo fundamental tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados (DELGADO, 2001, p. 16).

A intervenção estatal brasileira no setor agropecuário é marcada pela grande discrepância de privilégios concedidos aos grandes produtores. Há apoio, em especial, a determinados produtores e a produtos agrícolas com maior grau de integração ao complexo agroindustrial, com vistas, acima de tudo, às exportações.

Temos, então, uma agricultura sendo produzida e adaptada de acordo com as pressões da demanda econômica e drasticamente heterogênea do ponto de vista econômico, social e regional. Com isso, ocorreu um estreitamento das relações capitalistas no campo brasileiro, o que desencadeou: maior integração entre a agricultura e a indústria; uma revolução no modo de produção (mecanização e adoção de insumos para a produção); criação dos complexos

agroindustriais; políticas públicas direcionadas aos grandes produtores rurais, impulsionando a produção de matérias primas e produtos agrícolas destinados ao processamento e beneficiamento industrial e à exportação (DELGADO, 2001; LEITE, 2001).

Szmrecsány e Ramos (2002) descrevem o surgimento e a evolução das políticas públicas voltadas para a comercialização dos produtos agropecuários, de crédito rural público, de garantia para preços mínimos, e de modernização tecnológica. Para tanto, ele divide o histórico das políticas em três períodos de modo a facilitar a compreensão:

Tabela 1- Divisão dos períodos históricos das políticas públicas voltadas à produção agrícola no Brasil

1930 – 1945	Período do Primeiro Governo Vargas
1946 – 1964	Período Chamado Democracia Liberal
1965 – 1980	Período do Regime Autoritário

Fonte: Szmrecsány e Ramos (2002). adaptado pelo autor.

Durante o **primeiro período (1930 – 1945)**, as principais mudanças foram no sentido de induzir inicialmente políticas para sustentar as atividades agroexportadoras. Num segundo momento, foram criadas políticas direcionadas ao fomento da industrialização, procedimento substitutivo de importações. Como medida, em 1937, o Banco do Brasil lançou a linha de crédito rural público – o CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) –; e em menor grau, a CFP (Comissão de Financiamento da Produção), oficialmente instituída em 1943, que, a partir desse ano, ficou responsável pelo controle e pela execução da política de preços mínimos (SZMRECSÁNY; RAMOS, 2002).

Embora tenha havido iniciativa do Governo Federal em alavancar a distribuição de recursos, esse objetivo não chegou ser alcançado. Podemos apontar vários fatores para justificar tal situação, entre eles: a insuficiência de agências do Banco do Brasil pelo território nacional e a escassez de recursos para o financiamento de todos os produtores. Porém, apontamos uma razão de maior relevância: o fato de que – desde a época em que foi criado o crédito rural até a atualidade –, na maioria dos casos, recursos financeiros são retirados em grandes quantidades, e exclusivamente por grandes produtores ou proprietários, que atuaram muitas vezes como intermediários para o financiamento dos pequenos produtores, cobrando-lhes taxas de juros não condizentes àquelas estipuladas nas agências bancárias. Isto é,

cobravam dos pequenos produtores juros mais altos pelo valor sacado no banco (LEME, 1999).

Delgado (2002) salienta que a superprodução cafeeira dos anos 1930, aliada à crise geral da economia mundial no período, levou de certa forma o sistema econômico nacional a uma inversão, o que propiciou condições críticas para sua transformação. Essa situação só foi superada de maneira rápida e retardatária no período do pós-guerra. Nesse cenário econômico, sobretudo a agricultura paulista se diversificou e ocupou recursos ociosos advindos da erradicação da produção cafeeira, propiciando, assim, o avanço das economias sucroalcooleiras e da cotonicultura, que até então dominava o setor mais tradicional da agricultura nordestina.

Ainda nesse período, a agricultura sofreu uma grande diversificação conforme salientado por Delgado (2002):

Observe-se que, no período considerado (1930 - 1946), a diversificação e o crescimento físico do conjunto da produção agrícola (exceto café) ocorrem em geral a taxas superiores ao crescimento populacional. Sobressaem em especial as produções de algodão, arroz e mandioca, cujo crescimento físico entre os anos mencionados é de 212%, 203% e 134%. Em segundo plano, as de cana-de-açúcar e do cacau crescem respectivamente 59% e 90% no período, enquanto que a população apresenta incremento em torno de 60% (DELGADO, 2002, p. 211)

Esse período também é marcado pela criação de várias instituições estatais, que tinham como meta a execução de um amplo leque de políticas agrícolas que iam muito além da mera articulação econômica com o Estado. A atuação dessas instituições regulavam a produção, a distribuição e o preço desses produtos. Foi durante esse período que se instituiu o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e a CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira). Dessa forma, o governo brasileiro desenvolveu políticas que não eram voltadas especialmente ao âmbito nacional, e sim ações específicas destinadas a cadeias produtivas de exportação (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002).

O **segundo período (1946 – 1964)** antecede o Regime Militar no Brasil. Destaca-se pela substituição dos produtos importados na economia nacional, pela valorização do café. Logo em seu início, a política cambial brasileira desestimulou a exportação de grande parte dos produtos agrícolas – com exceção do café, que detinha mercado consumidor externo “garantido”. O declínio nas exportações dos produtos brasileiros não gerou crise agrícola, pois acompanhou o crescimento do mercado consumidor interno, que passou a absorver toda produção que antes era voltada à exportação (LEME, 1999).

Szmrecsanyi e Ramos (2002) salientam que o país enfrentou dificuldades nesse período, devido à deficiência de uma infraestrutura de transportes e armazenamento. Entretanto, a expansão do sistema rodoviário, a construção de armazéns e silos no Centro Sul e a construção de Brasília possibilitaram um maior dinamismo ao país, gerando uma maior integração entre as regiões, principalmente, a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Neste cenário, durante as décadas de 1950 e 1960, a sociedade brasileira põe em pauta a questão agrária vigente, colocando em cheque a eficiência do modelo de agricultura implantado no país. Tal modelo se baseava principalmente: na concentração de terras (a estrutura fundiária brasileira tinha como base o latifúndio); má remuneração para os empregados rurais; índices de produtividade inferiores aos estimados; aumento da produção via expansão da fronteira agrícola; pouca adesão de práticas tecnológicas inovadoras, principalmente em relação à mecanização agrícola; baixo grau de integração com a indústria; e articulação limitada com o mercado interno. Acrescentando, temos no início da década de 1960, uma estagnação do processo de industrialização, uma crise financeira do setor público, uma instabilidade política e déficits no sistema de abastecimento interno, o que gerou a alta dos preços no decorrer de 1960-1964, bem como a superprodução de café em 1961 (DELGADO, 2002).

Delgado (2002) descreve que o movimento social pela reforma agrária toma força durante os governos federais de Getúlio Vargas e João Goulart, sendo que, neste último, destaca-se maior atuação dos movimentos devido à resistência do Congresso, sobretudo, à trava normativa representada por dispositivos que inibiam a desapropriação de terras para a reforma agrária, inscritos na Constituição de 1946. Essa agitação só acalorou os debates da época sobre a questão agrária brasileira e fez com que, cada vez mais, os movimentos sociais se organizassem. A partir disso, surgiram movimentos de várias frentes e com diferentes formas de luta pela posse da terra e por melhores condições de trabalho no campo brasileiro.

O **terceiro período** (1965 -1980), proposto por Szmrecsanyi e Ramos (2002) é marcado pelo início do processo de integração da agricultura com o setor industrial e o meio urbano, acelerando o processo de modernização da conservadora agricultura brasileira, chamado de “Revolução Verde”. Durante o ano de 1964, os militares, por meio do golpe, tomaram o poder e intensificaram o centralismo e o autoritarismo através de medidas no plano econômico que orquestravam o ritmo e a direção da expansão do capital. Os militares conduziram, desta forma, uma transformação do processo de desenvolvimento nacional.

Em 1965 é instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural, com o objetivo de proporcionar aos agricultores linhas de crédito acessíveis e a preços baixos, almejando investimentos e modernização do setor, o que desencadeou o crescimento do grau de mecanização e do uso de produtos químicos nas propriedades rurais (MERA; DIDONET, 2010).

A expansão das fronteiras agrícolas, o processo de migração e a colonização de áreas ainda não ocupadas no território nacional foram fortemente estimuladas durante esse período. O incentivo tinha como objetivo desmobilizar as reivindicações pela Reforma Agrária que atuavam naquele momento. Pode-se inferir que o crédito rural foi a ferramenta crucial para promover a tão almejada “modernização da agricultura”. O modo de concessão do crédito rural durante esta época era desproporcional. Os recursos eram repassados somente aos grandes e médios produtores, uma vez que eles eram os únicos que conseguiam apresentar ao Banco as garantias legais exigidas para o pagamento da dívida: hipoteca do imóvel e penhor agrícola. Deste modo os pequenos produtores se mantinham na marginalidade devido à falta de recursos. Como saída muitos se valiam de arrendamentos e/ou atravessadores que lhes cobravam juros extorsivos pelo empréstimo. A modernização da agricultura brasileira ocorreu, portanto, de forma bastante desigual (LEME, 1999).

Szmrecsányi e Ramos (2002) destacam a garantia de preços mínimos (PGPM) como a segunda política mais importante desse período. Seu objetivo era manter a renda do agricultor estável, proporcionando condições compensadoras a seus produtos. A PGPM, aliada ao seguro rural, era instrumento de defesa aos possíveis riscos que acometessem a produção agrícola. O reflexo disso era o fato de que os preços agrícolas vigentes na época não acompanhavam os níveis inflacionários, proporcionando ganhos a quem estava à jusante da produção conforme descrito no fragmento:

Evidentemente, os maiores ganhos foram retirados pelos capitais situados à jusante da produção agropecuária, - seja pelos atuantes no processamento/beneficiamento, seja por aqueles solidamente instalados na comercialização, que foram capazes de defender/impôr seus interesses (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 245).

No tocante às políticas tecnológicas, em grande parte deste período, houve um alcance limitado devido ao fato de ser subordinada à concepção quantitativa e imediatista imposta no contexto da modernização conservadora. Como principal ação tem-se a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972, com o intuito de realizar pesquisas que promovessem o avanço tecnológico no campo brasileiro. Contudo, esse

objetivo foi alcançado em um prazo maior que o esperado (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002).

A partir de 1975, após o segundo choque do petróleo, a agricultura brasileira passou a ter uma nova função: produzir alternativas energéticas ao petróleo (GONÇALVES NETO, 1997). Em suma, a integração existente entre os setores agrícola e industrial obteve grande incentivo da expansão do crédito rural e do setor agroindustrial que houve durante a década de 1970. Entretanto, durante a década de 1980, esta integração foi enfraquecida em função da diminuição dos recursos destinados ao crédito rural nesta época (LEME, 1999).

Delgado (2002) aponta que o processo de modernização e integração agroindustrial não ocorreu de forma uniforme no território brasileiro, dando-se praticamente nas regiões Sudeste e Sul. Já na região Centro Oeste, o processo foi desencadeado após a década de 1980. As demais regiões do país, Norte e Nordeste, têm passado pelo processo de modernização da agricultura desde início da década de 1990.

No decorrer dos anos 1990, a economia brasileira passou por readequação e pela adoção de políticas neoliberais, o que foi possível devido à abertura comercial, seguida da liberalização dos fluxos financeiros, das privatizações de empresas estatais, da desregulamentação de mercados – que ao longo da história foram protegidos (cadeias de trigo, café, leite e cana-de-açúcar) – e da instituição de novas políticas de preços mínimos e de crédito rural. E é neste contexto que surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (REZENDE, 2003).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000: O PAPEL DO PRONAF

Schneider, Mattei e Cazella (2004) destacam o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como o maior marco que ocorreu na esfera das políticas públicas para a agricultura familiar. Para o meio rural brasileiro, a criação desse programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que anteriormente era designada por termos como: pequenos produtores; produtores familiares; produtores de baixa renda; ou, ainda, agricultores de subsistência. Deve-se salientar que o cenário da agricultura brasileira no início da década de 1990 estava fortemente afetado, principalmente a região Meridional do Brasil, em função do processo de abertura comercial e da

desregulamentação dos mercados, o que promoveu uma concorrência árdua com os países do Mercosul.

Assim, a década de 1990 foi marcada por fatores cruciais para a mudança dos rumos do desenvolvimento rural, em especial, na esfera governamental. De um lado, os movimentos sociais ganharam força e começaram a se organizar e encaminhar suas reivindicações e lutas para a denominada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares. De outro, os agricultores foram afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciados pela criação do Mercosul. O problema ocorreu nos três estados do sul do país, e principiou importantes movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT). Frente a estas pressões, o governo brasileiro, no mandato de Itamar Franco, instituiu o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). O programa foi o precursor do PRONAF, de modo que foi preciso que o PROVAP fosse totalmente reformulado durante o governo FHC (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

O PRONAF foi instituído pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.191, de 24 de agosto de 1995, com objetivo de conceder crédito de custeio e investimento na atividade produtiva familiar. Tendo como público alvo pequenos agricultores que apresentavam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), o limite de financiamento de projetos grupais ou coletivos era de R\$ 50 mil, respeitando-se o limite individual de R\$ 10 mil. No primeiro momento as taxas de juros eram de 16% ao ano (a.a.) e as de rebate de 25%. Durante o decorrer de 1996, o PRONAF foi reformulado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que apresentava algumas mudanças no texto legal. Algumas dessas mudanças foram: a redução da taxa de juros, que baixou para 9% a.a.; o limite de crédito de custeio passou a R\$ 5 mil; o de investimento por beneficiário individual aumentou para R\$ 15 mil; e o crédito coletivo subiu para R\$ 75 mil, respeitando o crédito individual (Aleixo et. al, 2007).

O Decreto nº 1.946/1996, em seu Artigo 2º, parágrafo 2º, assenta os objetivos e as diretrizes do programa:

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (Brasil, 1996).

Carneiro (1997) salienta que a agricultura familiar antes da criação do PRONAF era relegada a segundo plano pelo Estado, e que conseguiu sobreviver em meio à competição de condições e recursos orientados para benefício da agricultura empresarial e de grande porte, das grandes propriedades rurais – setores que foram amplamente favorecidos durante o processo de modernização da agricultura brasileira. A autora destaca, ainda, que o PRONAF significou um grande avanço das políticas públicas voltadas para o âmbito rural.

É nesse sentido que a proposta de um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado para as demandas dos trabalhadores – sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações – representa um considerável avanço em relação às políticas anteriores. Tal tentativa de ruptura é intencional e explícita no próprio texto do Pronaf, quando ele chama a si o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado (Pronaf, 1996, p. 14 apud Carneiro, 1997, p. 70).

Apesar desse avanço, Carneiro (1997) atenta que é preciso dar atenção às concepções que conduziram a criação do PRONAF, ou seja, observar que o programa foi baseado na experiência de agricultores europeus, principalmente os franceses. Segundo a autora é necessário ainda levar em conta as especificidades das conjunturas e os contextos históricos de cada realidade antes de importar programas sociais.

Nos países da Europa, dando destaque à França, os agricultores no pós-guerra receberam financiamentos através de um sistema de proteção social: o sistema de seguridade social dos assalariados urbanos. A autora chama atenção ao fato que a França deu ênfase a financiamentos e a fundos perdidos como forma de garantia da reprodução social dos agricultores e que pôde regularizar o controle dos mercados através da criação do PAC (Política Agrícola Comum). Nesse mesmo período, o Brasil destinou grande parte dos recursos financeiros (crédito rural) à efetivação da modernização da agricultura em vez de fortalecer a pequena produção. Carneiro (1997), embasada nos documentos iniciais do PRONAF, ressalta que as orientações produtivas se mesclavam com princípios mais amplos na geração de emprego e na inclusão social e, conseqüentemente, na incitação de um padrão de desenvolvimento sustentável.

Segundo Guanziroli (2007), o PRONAF foi criado em uma época em que o alto custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. Nesse sentido, o autor destaca que o principal argumento adotado era que os agricultores familiares, por estarem descapitalizados e não apresentarem altos índices de produtividade estavam em uma situação abaixo do desejável para concorrer com o mercado.

Portanto, o crédito do PRONAF é destinado ao custeio da safra ou da atividade agroindustrial, ao investimento em máquinas e à compra de equipamentos e/ou infraestrutura de produção. Para contratar o crédito, o agricultor familiar interessado deve obter a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) por meio de sindicato rural ou empresa de assistência e extensão rural (Emater, INCRA), que a fornecerá de acordo com a renda anual e as atividades exploradas pelo agricultor, mediante às diretrizes e às linhas específicas de crédito a que o produtor tem direito (CASTRO; RESENDE; PIRES, 2014).

No âmbito institucional, o PRONAF deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 1999, e foi incorporado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), participando então do bojo de programas da Secretária da Agricultura Familiar (SAF). O PRONAF Infraestrutura e Serviços teve seu foco de ação alterado em 2003, passando da escala municipal para a territorial, e integrando a Secretária do Desenvolvimento Territorial (SDT) (GUANZIROLI, 2007).

De acordo com Grisa (2012), o PRONAF, desde sua criação, passou por mudanças importantes que afetaram em diferentes graus o teor da política pública que foi instituída em 1995/96. Dentre elas destacamos algumas: i) a criação do PRONAF especial custeio (“Pronafinho”), voltado a agricultores menos capitalizados (1997); ii) uma nova classificação

dos agricultores nos grupos A, B, A/C, C, D e E, com base na renda, condição socioeconômica e recebimento de benefício da reforma agrária (1999 e 2003); iii) a elaboração de novas linhas de crédito como o “PRONAF Agroindústria (1998), o PRONAF Floresta (2002), o PRONAF Alimentos (2003), o PRONAF Agroecologia (2003), o PRONAF Turismo Rural (2003), o PRONAF Mulher (2003), o PRONAF Jovem Rural (2003), o PRONAF Semi-Árido (2003), o PRONAF Máquinas e equipamentos (2003), o PRONAF Eco (2007), o Mais Alimentos (2008) e o PRONAF Sustentável (2009)”;

iv) readequação da classificação dos grupos C, D e E em uma única categoria nomeada “agricultores familiares”, sendo que os mesmos podem acessar vários valores com taxas de juros anuais diferenciadas (2008).

Soma-se a essas mudanças o fato de que tem sido recorrente o aumento dos recursos alocados para o PRONAF, a diminuição dos juros e o aumento das quantias financiadas e do teto da renda bruta dos agricultores para que se enquadrem no programa.

Entretanto, é possível observar, no âmbito do Programa, desigualdades na distribuição do crédito entre regiões e agricultores. Há pesquisas que levantam a crítica de que o PRONAF, ao modificar suas normas de contrato, promoveu uma (re)concentração de renda antes distribuída. Citamos como exemplo a pesquisa de Souza et al. (2013), que averiguou desigualdade na distribuição do crédito e analisou a evolução dos financiamentos do Pronaf no país.

A partir de dados como número e valor médio dos contratos e localização geográfica, os pesquisadores verificaram que, na fase inicial do Programa, houve aumento de contratos firmados, bem como maior dispersão dos financiamentos para estados cuja agricultura familiar é mais pobre, como a região Nordeste por exemplo. A expansão de crédito se deu, segundo esses autores, até 2006, e foi expressiva no aumento de contratos estabelecidos com os agricultores. Contudo, observou-se que, a partir de então, a expansão de crédito se deu em função, principalmente, do aumento do tamanho médio dos contratos e da participação de estados cuja agricultura é mais capitalizada. Desse modo, os autores promovem uma crítica à seguinte mudança no Pronaf: de uma distribuição mais dispersa entre agricultores mais pobres (região Nordeste) passou-se a firmar mais contratos de concessão de créditos com estados que concentram mais renda (regiões Centro-Oeste e Sudeste) e com agricultores que dispõem de mais capital (SOUZA et al., 2013).

2.4 POLÍTICAS COM ABORDAGEM TERRITORIAL

A partir do fim da década de 1990, o estado brasileiro passa a incluir no bojo de suas políticas públicas estratégias para alavancar o desenvolvimento local rural de forma mais eficiente. Neste período iniciaram-se consideráveis mudanças institucionais, políticas, sociais e econômicas no Brasil. Tais transformações começaram durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a criação do PRONAF (1996) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (1999), os objetivos de ambos é propiciar melhores condições de vida as famílias rurais das regiões e municípios mais deprimidos, além de incitar uma nova cultura de gestão pública, que houvesse a participação direta da sociedade civil. Desta forma, surgiram diversos conselhos municipais pelo território do país (educação, saúde, assistência social, desenvolvimento rural, etc.) alguns destes passam a ser obrigatórios para que os municípios consigam acessar recursos oriundos do Governo Federal (2012). Assim efetivou-se a transferência do poder decisório aos estados municípios e atores sociais locais. No que tange ao desenvolvimento rural, as modificações ocorreram devido as exigências do “PRONAF Infraestrutura e Serviços” – que selecionava apenas municípios com base em critérios rurais e sociais, exigindo a formação do “CMDRS” – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (SILVA, 2012).

Os CMDRS deviam ser em sua formação de pelo menos 50% de representantes da agricultura familiar e também elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). A presença do “CMDRS” e do “PMDRS” era uma pré-condição para adquirir os financiamentos de “infraestrutura e serviços”. Os “CMDRS” estabelecem, entre a sociedade civil local e o poder público local, as preferências que favoreçam a promoção do desenvolvimento endógeno. Isso desencadeou uma nova fase de gestão social participativa nas ações do poder público local – estimulando a gestão descentralizada (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A partir a adoção da dimensão territorial do desenvolvimento desencadeou a ampliação das políticas públicas de desenvolvimento rural. Tal adoção visou superar a ainda dominante concepção setorial da ação do Estado. Com isso, os territórios rurais, que representam a complexidade da vida e o modo de produzir no campo, puderam impor novas demandas às políticas públicas. Neste cenário, surgiu o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (o PRONAT, criado em 2003), com investimentos em infraestrutura na agricultura familiar, que possibilitaram a agregação de valor à produção e benfeitorias nas condições de vida da população rural (MATTEI, 2014).

Em sentido mais amplo, a abordagem territorial representa um avanço na consolidação e no fortalecimento da democracia devido ao fato de ter como base os princípios da gestão participativa e a valorização dos atores sociais. A abordagem consiste em adotar uma visão que busque a integralização dos indivíduos com o espaço em que vivem e o poder público para, então, produzirem soluções para os problemas com base em interfaces e diálogos. Pode-se dizer que o território, dessa maneira, passa a ser o espaço da ação e da interação entre os atores e o Estado, tendo como objetivo a manutenção da coesão e identidade coletiva. Nesse sentido, a implementação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em 2003, em conjunto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), são exemplos de como o Estado brasileiro vem sinalizando o seu interesse em superar o enfoque setorial que marcou historicamente as políticas públicas (RAMBO et al., 2012).

De acordo com Abramovay (2005) a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial detinha a ambição de transpor um dos mais graves entraves das políticas de desenvolvimento rural, devido ao modo como foram concebidas e executadas as políticas deste cunho durante a década de 1990 no Brasil: o municipalismo, e em numerosos casos, o “prefeiturismo”. Os recursos passaram a serem transferidos aos grupos de municípios que se classificam como territórios, o que, em princípio, deve ter possibilitado melhoria do alcance e efeitos das transferências de recursos.

A Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT – busca identificar e fomentar a consolidação de territórios rurais, formados pelo conjunto de municípios com proximidade geográfica e coesão social e que detém predominância de elementos rurais, como, por exemplo, baixa densidade demográfica e pequena população. Para definir os Territórios Rurais, a SDT utiliza os seguintes critérios: presença de municípios com até 50 mil habitantes; concentração considerável de agricultores familiares, agricultores assentados pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias acampadas, fatos que caracterizam altas demandas sociais; municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e com o Desenvolvimento Local (Consad) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (TARSITANO, 2012).

Tal iniciativa, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), repercutiu positivamente no conjunto do governo, desencadeando o mesmo a criar, durante o ano de 2008, o Programa Território da Cidadania (PTC). O programa consiste em uma política do Governo Federal que engloba a estrutura administrativa de aproximadamente vinte ministérios e se reveste de ações estratégicas destinadas ao desenvolvimento em regiões mais

deficitárias através do mecanismo da universalização de programas básicos de cidadania. Além disso, propõe-se a mescla de ações das diferentes esferas governamentais que promovem o comprometimento e a participação da sociedade civil (MATTEI, 2014).

Segundo Mattei (2014), ainda durante o ano de 2008, foram formados 60 territórios de Cidadania, número que foi dobrado no ano seguinte. O autor elenca alguns critérios exigidos para que um território se enquadre na modalidade *Território da Cidadania*:

1) locais com menor IDH; 2) maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; 3) maior concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas; 4) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; 5) maior organização social. Ficou definido também que cada unidade da federação teria pelo menos um território a ser atendido pelo PTC (MATTEI, 2014, p. 6)

Com vistas a fortalecer e assegurar o processo de gestão social dos territórios rurais forma-se em cada um deles os conselhos de desenvolvimento territorial rural sustentável (Codeters), espaços públicos formados paritariamente por representantes do poder público local e da sociedade civil. Eles são as maiores autoridades nas deliberações do território no que concerne às ações prioritárias de desenvolvimento rural sustentável, com intuito principal de compartilhar o poder de decisão e propiciar o “empoderamento” dos atores sociais no sentido de desenvolver as habilidades coletivas necessárias (BRASIL, 2005).

O orçamento do programa para os projetos territoriais também inclui recursos para a realização de oficinas, custeio das despesas para as assembleias gerais, além do pagamento de um assessor territorial, que é a figura essencial no território para a coordenação das atividades do respectivo Codeter (SILVA, 2013).

Em 2014, houve mudança na forma de assessoria aos Territórios da Cidadania e de Identidade, sendo selecionados projetos de universidades apresentados em edital específico do CNPq em parceria com o MDA. Nesse sentido, verifica-se a prática de projetos de extensão, que visam facilitar articulação entre os coordenadores e, sobretudo, contribuir para:

Proporcionar espaço para reflexão sobre a importância dos projetos para o fortalecimento da Agricultura Familiar; criar oportunidades de conhecimento mútuo entre coordenadores dos projetos e dos seus conteúdos; oportunizar a troca de experiências e socialização de informações pertinentes à implementação dos projetos; favorecer a possibilidade de articulação em rede para a troca de experiências entre as equipes de diferentes projetos; recuperar e manter o envolvimento dos Coordenadores participantes de Editais anteriores.

(Fonte: Portal Território da Cidadania/Comunidades e Extensão Universitária³)

Assim, em vez de um assessor foi criada uma equipe composta por um coordenador, dois assessores (de gestão social e de inclusão produtiva) e um estudante, sendo que nos Territórios da Cidadania também incluía-se um assessor para trabalhar as questões de gênero.

Os conselhos territoriais foram criados no sentido de dar um caráter mais vasto de envolvimento social em relação aos já existentes conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS), sem, entretanto, substituí-los ou extingui-los. Esperava-se que a constituição de uma nova institucionalidade mudasse as microrrelações de poder estabelecidas a partir da ligação direta de transferência de recursos entre governo federal e prefeituras municipais, e que fossem ampliados os canais de diálogo de modo que os atores sociais fossem envolvidos na definição de projetos estratégicos para os territórios (SILVA, 2013).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é a principal ferramenta destinada ao planejamento e à gestão social nos territórios. Esse documento é elaborado pelos consultores contratados pelo MDA e por atores sociais locais (agricultores familiares, gestores públicos, representantes de ONGs, sindicatos, instituições de pesquisa, entre outras), por meio de metodologias participativas para averiguação, problematização de informações e definição da visão de futuro do território, sob a coordenação de seu respectivo Codeter. Logo, o PTDRS “relaciona-se com dois processos distintos: a noção de contratualização entre os atores do território e a articulação de políticas públicas” (Kato, Zimmermann e Wesz Junior, 2012, p. 68).

No decorrer de 2010, a política de Desenvolvimento Territorial ganhou um novo impulso, quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDRAF) instituiu a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) que, resumidamente, expôs à sociedade brasileira um bojo de diretrizes de um novo projeto de desenvolvimento rural para o país. O desenvolvimento, nessas condições, deve estar resguardado no princípio de inclusão, ou seja, no princípio “de um rural com gente”. Dessa maneira, a PDBR norteia as ações do Estado e tenta valorizar sua função como órgão indutor do desenvolvimento das áreas rurais, se valendo da abordagem territorial como enfoque central (MATTEI, 2014).

Mattei (2014) salienta que tal política aprovada pelo CONDRAF determinou um novo marco sobre o significado do “rural” ao abordá-lo por meio de três atributos básicos e

³ Os dados referentes aos projetos de extensão vinculados ao MDA, conforme aqui apresentados, estão disponíveis no site: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/one-community?page_num=0>. Acesso em janeiro de 2015.

concomitantes: enquanto espaço de produção; espaço de relação com a natureza; e espaço de reprodução de distintos modos de vida. Com base nessas premissas, a PDBR procura construir as condições políticas básicas para promover uma profunda transição no modelo de desenvolvimento rural do país, consolidando a incorporação de relevantes segmentos sociais excluídos ao longo da história às políticas públicas e, ao mesmo tempo, readequando e priorizando as ações do Estado brasileiro a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial.

2.5 OS MERCADOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL

Polanyi (1980) elucida que os mercados são recorrentes dos processos específicos e enraizados da interação social, pregresso às economias capitalistas. Em tais mercados, o impulso para se produzir e trocar não advinha de interesses unicamente econômicos, mas podiam estar vinculados a diversos fatores sociais que variam de acordo com cada agrupamento humano, seja as ações que visam à preservação dos laços familiares ou ainda alguma posição social, a aderência a um código de honra ou ainda aos valores tradicionais etc. (POLANYI, 1980).

No início do Governo Lula, em 2003, a agenda das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural ganhou um novo tema: a criação de mercados institucionais para a agricultura familiar brasileira. Os mercados institucionais correspondem à compra de produtos (alimentos) pelo governo federal e/ou estadual e/ou municipal sem licitação. Grisa (p. 2010) define o conceito mercados institucionais da seguinte forma:

Por “mercado institucional designa-se uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas. (GRISA, p. 103, 2010)

Segundo a autora o PAA articula a produção e comercialização de alimentos de agricultores familiares fazendo que haja uma interação de vários atores ao nível nacional e nos contextos locais. Sendo que o formato desta rede de interações e o papel dos atores e a forma como tais interagem estão condicionados pela ação das instituições que foram especificamente instituídas para tal arranjo de mercado. Fica evidente que no decorrer do

tempo e de acordo com a evolução deste mecanismo de troca, alguns dos atores acrescentem novas diretrizes e normas que alteram aquelas já existentes. Embora, a consolidação do mercado está condicionada ao reconhecimento político-institucional destas mudanças (GRISA, 2010).

Entretanto, os mercados institucionais, não são políticas públicas exclusivas da atualidade. Em 1930, o Governo Federal adquiriu e queimou toneladas de café. Durante a década de 1940, as Aquisições do Governo Federal (AGF) se deram por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Já as aquisições destinadas à merenda escolar datam desde a década de 1960, e o Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB) surgiu durante a década de 1970. Estes são alguns exemplos de mercados institucionais no Brasil.

O que se tem de diferente de outrora – se compararmos o quadro acima apresentado ao período recente da história econômica brasileira – são as finalidades dos mercados institucionais. Recentemente, esses mercados, em sua maioria, dirigem-se à agricultura familiar e consistem em políticas que mantêm relação direta com a construção da segurança alimentar e nutricional do país e com a temática de sustentabilidade (SCHMITT; GRISA, 2013).

2.5.1 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente chamado de “merenda escolar”, é o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Também é considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no sentido de atender universalmente aos escolares e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2014). O PNAE tem sua gestão realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os recursos são destinados a suprir, parcialmente, as exigências nutricionais dos alunos (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE, 2014).

O Programa surgiu no início da década de 1940 a partir de reivindicações do então Instituto de Nutrição que defendia a proposta de que o Governo Federal deveria fornecer alimentação aos estudantes da rede pública de ensino. Contudo, não foi possível sua execução por indisponibilidade de recursos financeiros. Durante a década de 1950, foi elaborado um

amplo Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado “Conjuntura Alimentar” e o “Problema da Nutrição no Brasil” (FNDE, 2014).

O documento continha a primeira estrutura de um programa de merenda escolar em âmbito nacional sob a responsabilidade pública. Do plano original, somente o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi) – atualmente Unicef –, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, em princípio, à campanha de nutrição materno-infantil (FNDE, 2014).

Atualmente a abrangência do atendimento do PNAE ampliou substancialmente, de um pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 43 milhões de escolares em 2013. Nessas condições, houve um aumento considerável no volume de recursos repassados pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal, atingindo 3,5 bilhões de reais no ano de 2013 (BRASIL, 2014).

Em 1993, houve o início do processo de descentralização administrativa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que reduziu a atuação do Estado. Em contrapartida, surge nesse período grande estímulo para a participação popular no bojo das ações de gestão do programa (PIPITONE et al., 2003). Os principais objetivos da descentralização, descritos por estes autores, foram: i) regularizar o fornecimento da merenda; ii) melhorar a qualidade das refeições; iii) suprir os hábitos alimentares; iv) diversificar a oferta de alimentos; v) incentivar a economia local e regional; vi) conter os custos operacionais e vii) fomentar estímulos para a participação da comunidade local na execução e no controle do Programa.

O PNAE teve outros importantes avanços dos quais podemos citar: a obrigatoriedade da existência de um nutricionista responsável técnico, a ampliação e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e a constituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs). Graças às parcerias desenvolvidas entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o PNAE – cuja responsabilidade constitucional é compartilhada entre todos os entes federados –, engloba inúmeros atores sociais tais como: gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar entre outros (BRASIL, 2014).

O PNAE passa a integrar o rol de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, a partir da Lei n.º 11.947 de 16 de junho. Com essa lei, o governo federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e para o projeto de alfabetização de jovens e adultos e estabeleceu um “elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a

agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares” (MALUF, 2009, p.1).

Após a sanção da lei, ao menos 30% dos recursos totais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as secretarias estaduais de educação, prefeituras e escolas federais de educação “deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).

Schmitt e Grisa (2013) salientam que a aquisição de alimentos da agricultura familiar, também destinada ao atendimento da alimentação das escolas públicas, foi uma mudança que veio a agregar na construção de mercados institucionais para a agricultura familiar, além de contribuir na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

2.5.2 Particularidades do programa de aquisição de alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos, popularmente conhecido como PAA, foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 10 de julho de 2003 e Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012. O programa integra atualmente o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), sendo que o PAA foi uma das principais estruturas do Programa Fome Zero (PFZ) do governo federal, em conjunto com o Programa Bolsa Família, a partir da proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), foi iniciado durante o Governo Lula (2003 – 2010) (CRUZ et al., 2014).

A parceria entre o PAA e o Programa de segurança alimentar, atual “Brasil sem Miséria”, é mantida pelo atual governo Dilma Rousseff, haja vista que: “uma das metas do Brasil sem Miséria para a zona rural brasileira é aumentar o número de agricultores familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”⁴.

A execução do PAA tem mostrado o caráter estruturante do programa, uma vez que propiciou “mudanças em diferentes níveis do processo de produção e nas capacidades organizacionais dos agricultores” (CHMIELEWSKA; LOURETE; SOUZA, 2010, p. 34). Segundo os pesquisadores, verifica-se que o programa tem promovido a geração de renda para os agricultores familiares participantes, apoiado na produção de gêneros alimentícios que

⁴ Fonte: <<http://www.saladeimpresadilma.com.br/2014/09/10/ms-programa-de-aquisicao-de-alimentos-fortalece-a-agricultura/>>. Acesso em janeiro de 2015.

se enquadrem nos hábitos alimentares locais e regionais – devido aos preços superiores praticados no mercado – e, ainda, tem estimulado as formas coletivas de organização.

A proposta vem de encontro com os objetivos do programa, conforme descrito no Art. 2º, apresentado abaixo:

Art. 2º O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012, p. 1).

Em suma, o programa tem como objetivos combater a fome e a miséria das populações em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos, através da compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares sem a necessidade de licitação, via mercado institucional, e posteriormente, realizar a sua doação para entidades sociais (CRUZ et al., 2014).

A coordenação do PAA é realizada por um órgão colegiado (interministerial) de caráter deliberativo vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e seu principal objetivo é orientar e acompanhar a implementação do PAA. Esse colegiado é composto por um representante titular e um representante suplente de cada um dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. De acordo com o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, o grupo gestor é responsável por definir, no âmbito do PAA:

1. a forma de funcionamento das modalidades do Programa;
2. a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;
3. a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos;
4. as condições de doação dos produtos adquiridos;
5. as condições de formação de estoques públicos;
6. os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores;
7. as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares;
8. a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno; e
9. outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (BRASIL, 2012, p. 6)

Além dos órgãos públicos citados, o PAA ainda conta com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (Conseas) ou conselhos semelhantes, que atuam como mecanismo de controle social dos projetos, buscando gerar maior confiabilidade à sua fiscalização e execução (VIEIRA; GROSSI, 2010).

Atualmente o programa conta com cinco modalidades: a) Compra com Doação Simultânea; b) Compra Direta da Agricultura Familiar; c) Apoio à Formação de Estoques; d) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite; e e) Compra Institucional⁵.

A Modalidade **Compra com Doação Simultânea** tem como objetivo promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e as necessidades locais de suplementação alimentar e promover o desenvolvimento da economia local. Os alimentos entregues pelos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos), e, em determinadas condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA, à rede pública e filantrópica de ensino.

Os recursos dessa modalidade são oriundos do MDS, que os repassa via convênios para os estados e municípios. E por meio do Termo de Cooperação, também são repassados recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para participar, os agricultores familiares devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nesse contexto, há possibilidade de comercializar sua produção para o PAA de forma organizada e, também, individual. O limite de venda dos produtos é de até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por ano (BRASIL, 2014).

A Modalidade **Compra Direta da Agricultura Familiar** possibilita a compra de produtos específicos definidos pelo Grupo Gestor do PAA para a construção de estoques

⁵ Fonte: Cartilha “Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar”. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

públicos, a fim de prover o abastecimento social ou a venda. Os produtos adquiridos pela Compra Direta são destinados principalmente à composição de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Os recursos para a execução dessa modalidade são advindos do MDS e MDA, por meio de Termos de Cooperação, bem como os recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, responsável pela operacionalização (BRASIL, 2014).

Cada unidade família pode comercializar um limite de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), preços de referência definidos pelo Grupo Gestor do Programa. Assim como a modalidade anterior, os agricultores familiares para participar devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e estar organizados, preferencialmente, em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, mas também podem participar individualmente. Os principais produtos adquiridos por esta Modalidade são: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju e castanha-do-brasil. Para serem adquiridos, os produtos devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação vigente e serem entregues em Polos de Compra (Unidades Armazenadoras próprias da Conab ou credenciadas, depósitos ou outros locais indicados) (BRASIL, 2014).

A coordenação e o gerenciamento dos estoques públicos de alimentos pertencentes ao PAA ficam a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em articulação com o MDA e o MDS. Deve-se salientar que quando os estoques formados por alimentos adquiridos com recursos do MDS devem ser prioritariamente *doados*. Entretanto, os produtos podem ser vendidos em casos excepcionais, mediante autorização do Ministério. Já quando são formados por alimentos adquiridos via recursos do MDA, devem ser prioritariamente *vendidos*. A doação só é permitida em situações de risco de perda de qualidade dos produtos estocados; de inviabilidade da remoção, manutenção ou venda de forma econômica ou, ainda, de ações para a promoção de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2014).

A Modalidade ***Apoio à Formação de Estoques*** foi criada com o intuito de fornecer aos agricultores familiares instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor. A modalidade consiste em disponibilizar apoio financeiro para a formação de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou, ainda, destinar os alimentos aos estoques públicos. A Conab realiza sua operacionalização, por meio de Termos de Cooperação firmados com o MDS e o MDA (BRASIL, 2014).

Para poder acessar essa modalidade, a organização de agricultores deve enviar uma Proposta de Participação à Conab do Estado. Na proposta deve constar a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados, os quais devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Após a aprovação, a organização (cooperativa e/ou associação) emite a Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e, por seguinte, a Conab disponibiliza o recurso. Cada unidade familiar pode participar com o limite financeiro de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por ano, de modo que os valores totais descritos na Proposta de Participação não devem ultrapassar R\$ 1,5 milhão por cada organização/ano (BRASIL, 2014).

A Modalidade ***Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite*** foi criada com o intuito de promover o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também de motivar a produção leiteira dos agricultores familiares. Essa modalidade é apenas executada na Região Nordeste e nos municípios do Norte de Minas Gerais. Os recursos para sua execução são oriundos do MDS, que realiza repasses por meio de convênios para os governos estaduais do Nordeste e de Minas Gerais. Os estados conveniados contratam laticínios que serão responsáveis pela: recepção, coleta, pasteurização, embalagem e transporte do leite aos pontos de distribuição às famílias beneficiadas (BRASIL, 2014).

Para aderir a essa modalidade, o agricultor familiar precisa cumprir as seguintes exigências: possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), produzir no máximo 150L de leite/dia e ter comprovante de vacinação dos animais. O valor limite de comercialização que cada produtor pode receber é de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por semestre, diferente das demais modalidades, em que o limite é anual. Caso esse valor não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte (BRASIL, 2014).

A Modalidade ***Compras Institucionais*** possibilita estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirirem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, sem a necessidade de licitação. O Grupo Gestor do PAA, visando propiciar maior efetividade de participação dos agricultores familiares e buscando ampliar os seus mercados, emitiu a Resolução nº 50/2012/GGPAA, que consiste nas Compras Institucionais. Com isso, visa gerar aumento na renda para quem produz e acesso à alimentação adequada e saudável para a população e o fortalecimento da economia da região. Tais compras são permitidas a instituições que fornecem alimentação, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros (BRASIL, 2014).

Podem participar dessa modalidade agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam a DAP. As cooperativas e associações que possuam DAP Jurídica também podem vender nesta modalidade, desde que seja respeitado o limite por unidade família, que é de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por ano independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, 2014).

Silva (2013b) aponta que Programa de Aquisição de Alimentos gerou grandes benefícios às camadas rurais que produzem em baixa escala e detém dificuldade em agregar valor à produção. Desde então, a partir da pequena produção, esses agricultores têm como meta produzir maior quantidade e melhor qualidade. São também motivados a participarem em outros programas de compras institucionais do governo. O PAA possibilitou a muitos agricultores o acesso a um mercado que até então era inexistente em algumas economias locais, pois, sem a garantia da venda de olerícolas e frutas, muitos agricultores não cultivavam hortas e acabavam baseando sua atividade agrícola apenas na pecuária leiteira.

Tais resultados, explicam de certo modo, o motivo pelos quais os recursos destinados à execução do PAA pela Conab têm sido incrementados significativamente desde sua implantação. Como se pode verificar na Tabela 2, durante o período de 2003 a 2013 foram investidos cerca de 3 bilhões de reais no Programa. No ano de 2013, o valor aplicado atingiu R\$ 224 milhões. A previsão é que em 2014 haja um dispêndio de R\$ 500 milhões. A evolução dos recursos aplicados ao PAA demonstra o reconhecimento do Governo Federal na importância do programa no contexto da estratégia Fome Zero/Brasil sem miséria e como parte das ações governamentais no âmbito das políticas de segurança alimentar (CRUZ et al., 2014).

A seguir a Tabela 2 apresenta a evolução dos recursos aplicados nos anos de 2003 a 2013 por região.

Tabela 2 - Evolução dos recursos (R\$) aplicados nos anos de 2003 a 2013, por região.

ANO	CENTRO OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.964
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
TOTAL	183.819.325	900.293.916	241.488.017	647.716.360	1.035.971.026	3.009.288.644

Fonte: CRUZ et al. (2014). adaptado pelo autor.

De acordo com a Tabela 2, houve um aumento expressivo nos valores investidos nas regiões Nordeste e Sudeste de 2007 para 2008. Segundo Cruz et al. (2014) podemos destacar os seguintes estados como responsáveis por tal incremento na região Nordeste: o Maranhão, com incremento de 6,8 milhões e a Bahia com 7,2 milhões. Já na região Sudeste se destacam Minas Gerais com 19 milhões e São Paulo com 10 milhões.

Paralelamente, durante o mesmo período, nas regiões Sul e Norte, pode-se notar um pequeno decréscimo nos recursos disponibilizados, principalmente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia. Cruz et al. (2014) aponta o estado de Santa Catarina como responsável pelo decréscimo. No ano de 2008, houve um grande volume de chuvas que atingiram a região, causando enchentes que comprometeram as atividades dos agricultores familiares e a infraestrutura local, e que afetaram, consequentemente, a operacionalização do PAA pela Conab.

No decorrer de 2013 foram executados apenas 38% dos recursos em comparação ao ano de 2012. A redução dos recursos executados pode ser atribuída a vários fatores, como por exemplo: a seca ocorrida no Nordeste; o envolvimento das Superintendências Regionais (houve um deslocamento de servidores que trabalham com o PAA) para o programa Venda em Balcão; a diminuição da demanda de Compra Direta; o cancelamento da Formação de Estoque com liquidação física; a readequação dos normativos; averiguação de irregularidades que paralisaram as ações em alguns estados, inclusive, em São Paulo; e outros fatores que somados culminaram neste desfecho (CRUZ et al., 2014).

Nesses onze anos, a região que mais recebeu recursos do programa foi a Região Sul, com um total de R\$ 1.035.971.026 (34,4% do total de recursos investidos em todas as regiões); em seguida temos a Região Nordeste com um total de R\$ 900.293.916, (29,9 % do total de recursos); em terceira vem a Região Sudeste com R\$ 647.716.360 (21,5% do total de recursos); a Região Norte vem em quarto lugar, com apenas R\$ 241.488.017 aplicados nesses

últimos onze anos. Por último, vem a Região Centro Oeste com 6,1%, um total de R\$ 183.819.325 aplicados (CRUZ et al., 2014).

Segundo Cruz et al. (2014), a partir dos dados da CONAB, é possível apontar que no período de 2003 a 2013 participaram do PAA um total de 882 mil famílias de agricultores e agricultoras. Os Estados que merecem destaques são: São Paulo, com aumento de 5.221 famílias de agricultores e o Rio Grande do Sul com 7.496 famílias de agricultores em 2012, comparado ao ano anterior. Os autores salientaram ainda que, em quase todos os anos, houve aumento no número de famílias de agricultores, com exceção dos anos de 2007 para 2008, nas Regiões Norte e Sul e em 2012, na Região Nordeste. Já em 2013 houve uma redução em todos os estados. Aponta-se como principais razões para a diminuição nesses períodos: as chuvas ocorridas em Santa Catarina em 2008; a alta dos preços do feijão em Rondônia em 2008; e a seca que acometeu a Região Nordeste durante 2012-2013.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota o conceito de agricultura familiar como a forma de produção e o modo de vida em que o trabalho e a gestão do estabelecimento é predominantemente familiar, incluindo produtores com distintas lógicas produtivas e de reprodução social, bem como de diferentes graus de tecnificação e de inserção no mercado (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1999).

O eixo teórico-metodológico apoia-se no conceito de estratégia (BOURDIEU, 1990; 1994) para entender como os produtores organizam a produção e suas relações sociais a partir de critérios complexos e que não podem ser apreendidos apenas por uma análise tecnoeconômica. A análise do PAA enquanto política pública será realizada a partir da concepção de que o Estado não é um bloco homogêneo, e sim permeado por lutas e conflitos em vários níveis, portanto pretende-se utilizar a noção de campo (BOURDIEU, 1983) para analisar a formatação e os efeitos do PAA ao nível do município.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica referente às políticas públicas (conceitos), mais especificamente aquelas voltadas para agricultura e para o setor rural; e algumas políticas públicas destinadas à agricultura familiar, especialmente aquelas ligadas a comercialização. Também foram levantados dados secundários referentes à abrangência do PAA na região e sobre as características gerais do município.

Concomitantemente à etapa anteriormente descrita, realizou-se um levantamento das principais atividades e características das associações e cooperativas que fornecem produtos para o PAA no município. Estes dados foram obtidos com base em documentos oficiais e depoimentos dos técnicos da extensão rural que articulam as ações do PAA no município.

Em seguida foram aplicados 38 questionários ao todo, aos agricultores familiares residentes nos assentamentos e/ou reassentamento de reforma agrária do município de Pereira Barreto que participaram do PAA durante o ano de 2012. Estes 38 pesquisados representam 40% do total de produtores participantes que residem nos seguintes locais: Assentamento Terra é Vida (15); Assentamento Olga Benário (10); Assentamento Eldorado dos Carajás (11) e Reassentamento Hortifrutigranjeiro (2). O objetivo do questionário foi o de levantar o perfil socioeconômico e tecnológico dos produtores familiares, os resultados e significados que o Programa de Aquisição de Alimentos obteve na vida dessas famílias que compõem as associações que destinam sua produção ao programa em Pereira Barreto.

A aplicação dos questionários foi realizada, entre os meses de junho de 2013 e fevereiro de 2014, em visitas individualizadas aos estabelecimentos. Os dados foram fornecidos por profissionais de assistência técnica e extensão rural.

Marconi e Lakatos (2005) salientam que o questionário é um instrumento de coleta de dados, formado por uma série ordenada de perguntas, sobre uma situação deliberada. As perguntas abertas possibilitam ao informante responder livremente e emitir opiniões. Já as perguntas fechadas são aquelas que o informante define sua resposta de acordo com as opções apresentadas.

Ao elaborar o questionário, buscou-se manifestar os objetivos específicos da pesquisa a partir de itens delimitados e pontuais. Conforme aponta Gil (2002), a elaboração do questionário não segue normas rígidas, contudo deve considerar os seguintes aspectos: o escopo do problema proposto; a clareza e a precisão das perguntas; a possibilidade de uma única interpretação. Do mesmo modo, a elaboração do questionário deve evitar sugerir respostas (postura tendenciosa), questões que explorem a intimidade e/ou que deem abertura para respostas defensivas ou socialmente indesejáveis.

Nesse sentido, estruturou-se o questionário com vistas à caracterização dos produtores e da unidade de produção. Em termos socioeconômicos, buscou-se a descrição dos tipos de atividades realizadas, a tecnologia e mão de obra empregada. Também foram incluídas questões sobre as formas de financiamento e a gestão das atividades, as estratégias e as formas de organização da produção e da comercialização utilizadas; os principais produtos comercializados com o PAA; o cumprimento das exigências do programa, ou seja, se há

sazonalidade dos produtos e se os agricultores avaliam que as demandas das entidades que são beneficiadas pelo programa estão sendo atendidas. Quais políticas públicas estes produtores têm acessado além do PAA, também foram verificadas no questionário.

Em seguida, após a tabulação e a análise preliminar dos dados dos questionários, realizaram-se entrevistas com os articuladores do PAA no município: os presidentes das associações (duas entrevistas ao todo – 50%) e os representantes de entidades beneficiadas (sete entrevistas ao todo – 40% do total de entidades assistências beneficiadas). No que diz respeito à escolha das entidades filantrópicas entrevistadas visou-se uma distribuição que abrangesse os diferentes públicos alvos de ação do conjunto das entidades beneficiadas. O objetivo foi verificar questões mais gerais do funcionamento do programa, como os desafios relativos à organização, os benefícios e as dificuldades do programa no município. Para tanto se valeu de um roteiro semiestruturado, composto de questões temáticas gerais, mas com flexibilidade para tratar de outras questões durante a entrevista, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Nesse sentido, ressalta-se aqui a adoção da entrevista semi-estruturada. Com esse método, propõem-se perguntas abertas e fechadas, de modo que o entrevistado possa discorrer e ponderar sobre o problema levantado (SELLTIZ et al., 1987). Isto é, a entrevista semi-estruturada se dá a partir de um conjunto de questões previamente definidas, visando assumir contexto semelhante ao de uma conversação informal, a fim de que o entrevistado sinta-se mais à vontade para explicar seu ponto de vista. Além disso, o entrevistador pode conduzir o assunto – desde que seja oportuno – para aquilo que lhe interessa analisar. Assim, ele pode adicionar questões que permitam maior elucidação e objetividade, e evitar fugas ao tema da entrevista (SELLTIZ et al., 1987). A adoção desse tipo de entrevista se deu em função da necessidade de delimitação do volume das informações, e de direcionamento e pontualidade das respostas; ações facilitadas por esse tipo de intervenção mais “aberta” do entrevistador.

Após essa etapa, será realizada a análise do conjunto dos dados dos questionários, das entrevistas e das observações diretas, com vistas à escrita da dissertação. A análise dos resultados da pesquisa foi realizada com base na bibliografia consultada e nas categorias teóricas de estratégia e campo de Pierre Bourdieu. A pertinência desses conceitos sociológicos está na possibilidade de interpretar o PAA como estratégia de reprodução social e enquanto política pública. Os dados serão apresentados na forma de tabelas, gráficos e transcrição de depoimentos, de modo a facilitar a análise quantitativa e qualitativa do conjunto dos dados levantados.

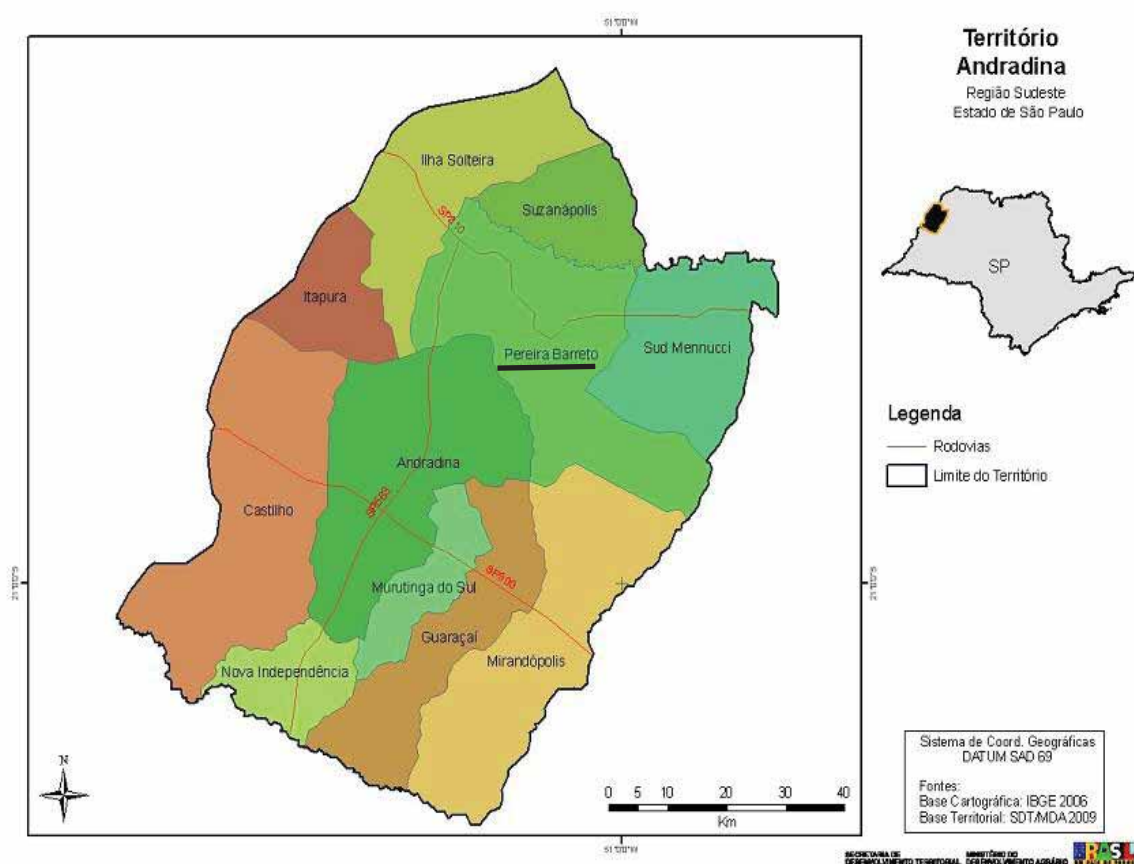
O que motivou a escolha de Pereira Barreto para se desenvolver a presente pesquisa é fato deste município ser pioneiro na execução de projetos do PAA na microrregião em que este inserido desde o ano de 2007.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E ESTABELECIMENTOS PARTICIPANTES DO PAA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ANDRADINA

A presente pesquisa tem como enfoque a análise dos resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA para os agricultores familiares do município de Pereira Barreto, que está inserido na microrregião de Andradina, atual Território Rural Professor Cory e pertencente à mesorregião de Araçatuba. A microrregião é constituída por 11 municípios, totalizando uma área de 6.888,149 km². Os municípios que a compõem são: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, *Pereira Barreto*, Sud Menucci e Suzanópolis.

Figura 1- Microrregião de Andradina.



Fonte: Brasil (2009).

De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (2010), sua população foi estimada em 181.710 habitantes e sua densidade demográfica em 26,36 hab./km².

A Tabela 3 contém informações sobre a população desta microrregião. Nota-se que os municípios de Guaraçaí (-5,2%) e Pereira Barreto (-0,3%) tiveram uma redução da sua população, as demais cidades apresentaram crescimento populacional, destacando-se Nova Independência (48,7%), Suzanápolis (21,3%) e Castilho (20,4%). A maior população rural está presente em Castilho (4.417 habitantes) fato este se explica pelo fato que o município em questão possui em seu território 11 assentamentos rurais, com 1137 famílias assentadas. Já a menor população rural pode ser observada em Nova Independência (622 habitantes).

Tabela 3 - Dados sobre a evolução da população entre 2000 e 2010, área total, e densidade demográfica em 2010, da Microrregião Geográfica de Andradina e de seus respectivos municípios.

Município	População 2000	População 2010	Urbana	Rural	Área total Km2	Densidade demográfica Hab./Km2
Andradina	55.161	55.334	51.649	3.685	964,2	57,39
Castilho	14.948	18.003	13.586	4.417	1065,8	16,89
Guaraçaí	8.894	8.435	6.654	1.781	569,9	14,8
Ilha Solteira	23.996	25.064	23.520	1.544	656,2	38,19
Itapura	3.838	4.357	3.482	875	301,4	14,46
Mirandópolis	25.936	27.483	24.455	3.028	918,8	29,91
Murutinga do Sul	3.971	4.186	2.573	1.613	250,8	16,69
Nova Independência	2.063	3.068	2.446	622	265,8	11,54
Pereira Barreto	25.028	24.962	23.235	1.727	978,9	25,5
Sud Mennucci	7.365	7.435	6.389	1.046	591,3	12,57
Suzanápolis	2.790	3.383	2.258	1.125	328,5	10,3
Total	173.990	181.710	160.247	21.463	6.892	

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com dados da Fundação Seade (2012), a renda per capita observada na Microrregião estudada corresponde a R\$ 635,82, enquanto que a média do estado é de R\$ 853,75. O setor agropecuário é responsável por 8,17% dos vínculos empregatícios na região de Andradina, este percentual é mais do que o dobro da média estadual, que corresponde a 2,5% (SEADE, 2012). A partir dos dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), na Microrregião de Andradina, a agricultura familiar abrange 4.580 estabelecimentos agropecuários, representando 78,68% do total. Porém, a área ocupada por esses agricultores corresponde a 82.538ha (18,12% da área total ocupada com estabelecimentos agropecuários). Já a agricultura não familiar detém 1.241 estabelecimentos, o que representa 21,32% dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião, ocupando 372.942ha (81,88% da área total).

Esses dados corroboram a má distribuição da propriedade da terra, fato que não é exclusivo dessa Microrregião, pois essa característica corresponde, conforme salientam Buainain et al. (2003), à principal distorção da estruturação fundiária no país. Embora haja essa configuração no cenário agrário da Microrregião de Andradina, nos últimos anos, podem-se destacar avanços no que diz respeito às iniciativas voltadas para a desconcentração de propriedades, devido à forte presença de movimentos sociais de luta pela terra.

Segundo dados do INCRA (2014) atualmente esta microrregião conta com 38 Projetos de Assentamentos Rurais distribuídos pelo seu território, totalizando uma área de 64.326,147ha, com a capacidade de assentar 3531 famílias, entretanto existem 3466 famílias assentadas na área descrita, o município que possui o maior número de assentamentos em seu território é o de Castilho tendo 11 projetos de assentamentos, com 1137 famílias assentadas, vale destacar que os municípios de Mirandópolis (quatro projetos de assentamento) e Murutinga do Sul (três projetos de assentamentos) possuem um alto número de famílias assentadas, os dois tem exatamente 462 famílias assentadas cada um, dentre os projetos de assentamentos desta microrregião, temos 28 assentamentos criados, cinco em fase de consolidação, três em fase de instalação e um assentamento já consolidado.

Os assentados desta microrregião enfrentam muitas dificuldades para se fixarem na terra, tais como: falta de infraestrutura, contratempos no acesso ao crédito, assistência técnica incipiente, baixo nível de organização dos agricultores e alta vulnerabilidade no momento de adquirir insumos e realizar a comercialização da produção. Porém, conseguem alcançar uma produção significativa, tanto em produtos de origem animal como também nos de origem vegetal. Os produtos são destinados ao autoconsumo das famílias e para o mercado local.

A principal atividade nos assentamentos desta microrregião é a pecuária leiteira, sendo que esta propicia uma maior renda aos assentados. O leite produzido é entregue aos pequenos

laticínios, à Nestlé ou, ainda, é vendido diretamente nas cidades do entorno pelos próprios agricultores. A principal atividade geradora de renda nesses assentamentos são os produtos de origem animal (HESPANHOL; COSTA; SANTO, 2003; SANT'ANA et al., 2007).

4.2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO ESTUDADO

Inicialmente o núcleo Pereira Barreto vinculava-se a uma fazenda federal que, em 1858, alojou o Estabelecimento Naval de Itapura, uma colônia militar localizada na região do Rio Tietê. Desta forma, seu desenvolvimento ocorreu em terras do município de São José do Rio Preto, o antigo povoado de Itapura que, em 29 de outubro de 1909, foi elevado a distrito, e posteriormente, em 16 de outubro do ano seguinte foi transferido para o município de Penápolis. Seu processo de povoamento foi marcado pela imigração japonesa, dando alusão às figuras de Kumito Miyasaki, que comprou um quinhão das terras do coronel Jonas Alves de Melo, e para a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda-Bratac - empresa japonesa que, em 1929, também fez investimentos em uma grande propriedade, situada entre os rios Tietê e Paraná, e, logo, bastante propícia ao cultivo e à implantação da pecuária. Em 23 de dezembro de 1924, novamente o distrito foi transferido, só que desta vez para o município de Monte Aprazível. Sua denominação foi alterada para Novo Oriente em 29 de setembro de 1934. O nome Pereira Barreto apenas foi adotado em 30 de novembro de 1938, quando, finalmente, conseguiu autonomia municipal (SEADE, 2010).

No ano de 1990, o município transformou-se quase que em uma ilha fluvial, em decorrência da formação do lago da hidrelétrica de Três Irmãos no rio Tietê. A cidade que, até então, tinha tradições agropecuárias perdeu grande parte de suas terras agricultáveis. Em 13 de abril de 2000, foi elevada à categoria de Estância Turística pelo Governo do Estado, fato que garante ao município uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional, como também, o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais (SEADE, 2010).

4.3 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DOS (RE) ASSENTAMENTOS E REASSENTAMENTOS

4.3.1 Assentamento Terra é Vida

O Assentamento Rural Terra é Vida foi homologado pelo INCRA em 07 de Janeiro de 2004, com extensão de 543,4582 ha, assentando de forma igualitária 39 famílias pelo seu território, os lotes tem áreas entre 8,9 à 9,97 hectares, distando apenas 25 km do centro urbano. O assentamento detém Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Todos os lotes são cercados em seu perímetro, além de alguns possuírem divisórias internas para melhor alocação das atividades agropecuárias. Todos os lotes têm energia elétrica, e as fontes de água potável são originadas através da captação em poços semiartesianos, cuja perfuração foi disponibilizada por recursos do INCRA e do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

O assentamento não conta com escola, de modo que as crianças são levadas em transporte municipal até as escolas na cidade. Grande parte das famílias beneficiárias tem como principal atividade rentável a pecuária leiteira, complementando as suas rendas com a comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (CARVALHO, 2013).

É comum observar nos lotes os cultivos sazonais em pequena escala principalmente das seguintes culturas: quiabo, abóbora, milho, feijão guandu e caupi, urucum, maracujá, hortaliças folhosas, melancia e uma grande variedade de produtos que serão apresentados durante a discussão desse trabalho. É comum também a criação de animais de pequeno e médio porte (frango/galinha caipira, suínos) voltados para o autoconsumo e comercialização, sendo que o escoamento da produção é realizado pelos próprios produtores. As famílias assentadas já foram assistidas no que diz respeito aos Créditos de Instalação (Apoio Inicial, Fomento, Habitação e complemento da Habitação), Apoio Mulher (parcial), além de acessarem financiamentos (PRONAF A e A/C) (CARVALHO, 2013; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2014).

4.3.2 Assentamento Olga Benário

O Assentamento Olga Benário foi criado em 18/09/2008, com extensão de 757,5762 hectares divididos em 49 lotes com áreas de 12ha. Anteriormente denominado Fazenda

Jamaica, o assentamento beneficiou 49 famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária e teve sua homologação em fevereiro de 2009. Todas as famílias aptas já tiveram acesso aos créditos de instalação (Apoio Inicial, Fomento, Adicional do Fomento, Habitação), Apoio Mulher. Também acessaram os financiamentos (PRONAF A e A/C). As estradas internas foram abertas graças ao convênio Municipal/INCRA, sendo concluída pela CODASP.

As fontes de água das famílias são oriundas de poços cacimba, perfurados com recursos do INCRA, sendo destinado inicialmente um poço para cada duas famílias. Porém, atualmente várias famílias já possuem poços semiartesianos em seus lotes. Assim que se concluíram as construções das moradias, o Programa Luz para todos disponibilizou energia elétrica para as famílias assentadas. Além da infraestrutura citada acima, o assentamento conta com um tanque resfriador de leite e com um barracão comunitário com materiais disponibilizados pelo INCRA, que atendem as famílias aí assentadas e aquelas que residem no Assentamento Eldorado dos Carajás.

No que concerne à educação, algumas crianças em idade escolar estudam no Patrimônio Primeira Aliança, outras nas escolas estaduais de Pereira Barreto – o que lhes causa desgaste pela longas distâncias percorridas e pelas más condições da estrada externa.

A principal atividade aí desenvolvida é a pecuária leiteira. Os produtores comercializam o leite para a COAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo). O sistema de produção neste assentamento é diversificado e mecanizado. Há um predomínio da pastagem nos lotes, entretanto pode-se ressaltar a presença de pequenas áreas com cultivos de frutas, olerícolas de folhas e frutos, mandioca. Há também, em grande parte dos lotes, a presença de criações animais de pequeno e médio porte (frango/galinhas caipiras, suínos). (CARVALHO, 2013; INCRA, 2014).

4.3.3 Assentamento Eldorado dos Carajás

O Assentamento Eldorado dos Carajás foi criado em 08/03/2010. Possui uma área de 761,0452ha, com 51 famílias assentadas, cada lote com 13 hectares. As famílias tiveram acesso aos créditos de instalação (Apoio Inicial, Fomento, Adicional do Fomento, Habitação), Apoio Mulher, como também aos financiamentos (PRONAF A alguns conseguiram acessar o A/C).

De forma análoga ao Assentamento Olga Benário, as estradas internas foram abertas graças ao convênio Municipal/INCRA, sendo concluída pela CODASP. As fontes de água são poços cacimba perfurados com recursos via INCRA e/ou dos próprios agricultores.

Este assentamento foi beneficiado pelo Programa “Luz para todos” somente no ano de 2014, devido a este fato, enfrentaram muitas limitações para produzir e se fixar nos lotes. A principal atividade rentável é a pecuária leiteira, em seguida observam-se diversas áreas com pequenos cultivos de olerícolas (jiló, berinjela, quiabo e maxixe) e frutíferas, que são cultivadas com o objetivo de comercialização para a CONAB (via PAA). Há também, em grande parte dos lotes, a presença de criações animais de pequeno e médio porte (frango/galinhas caipiras, suínos). Neste assentamento, podemos destacar que muitos agricultores assentados, além das atividades agrícolas, desempenham atividades ligadas à pesca profissional, o que implica no aumento da renda e no recebimento de um salário mínimo durante o período da piracema (INCRA, 2014; Notas cadernos de campo do autor, 2014).

4.3.4 Reassentamento Complexo Hortifrutigranjeiro

Pode-se constatar que há uma escassez de bibliografia sobre o Complexo Hortifrutigranjeiro, apesar disso, foi possível levantar alguns dados. Fundado em 1991, o Hortifrutigranjeiro conta com 73 lotes, e recobre uma área de 432 hectares. Em seu Complexo, abriga antigos proprietários rurais que tiveram suas terras submissas pelo enchimento do lago Três Irmãos (HESPANHOL; COSTA; SANTO, 2003).

Pôde-se constatar ainda que sua criação se deu pela pressão da Cooperativa Agrícola da Fazenda Tietê (fundada em 1935), que congregava grande parte dos produtores rurais de Pereira Barreto. Os projetos que previam a construção desse Complexo começaram a ser elaborados já em 1983, quando a Cooperativa determinou que a desapropriação de terras deveria ser compensada àqueles produtores rurais (GONÇALVES, 2011). Logo, o Hortifrutigranjeiro foi resultado logrado pela mobilização da Cooperativa e de sua articulação política.

Atualmente, estimativas informais apontam que das 70 famílias assentadas originalmente, somente 20 ainda permanecem no Complexo. Outra questão relevante sobre esse reassentamento é a disputa entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a Cesp pela responsabilidade de registros e repasses dos títulos das propriedades aí localizadas (GONÇALVES, 2011).

4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES E DAS FAMÍLIAS

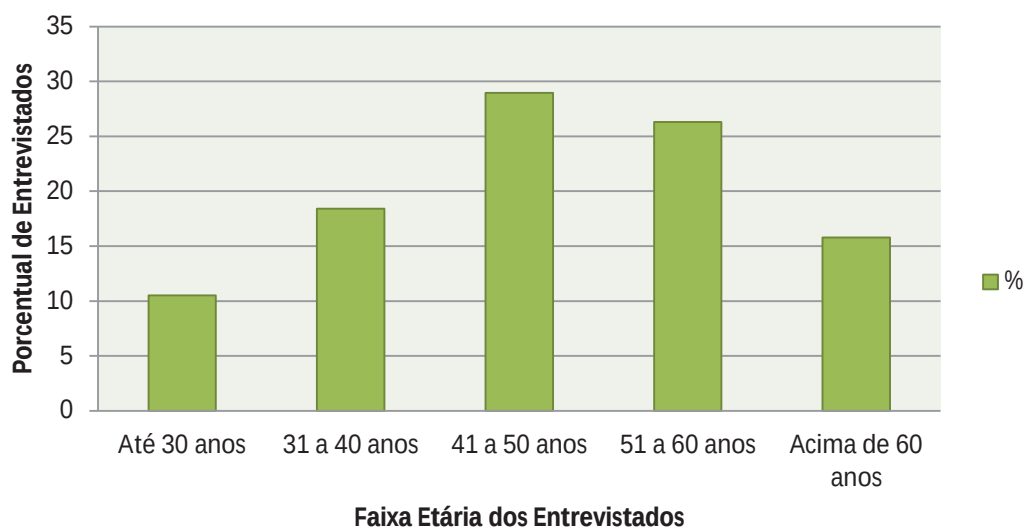
Os resultados a seguir correspondem aos agricultores residentes nos Assentamentos Terra é Vida, Olga Benário, Eldorado dos Carajás e ao Reassentamento Hortifrutigranjeiro. Como já mencionado, os entrevistados correspondem a 40% dos agricultores participantes do PAA, totalizando 38 agricultores entrevistados. No caso do Reassentamento Hortifrutigranjeiro, temos apenas duas entrevistas devido ao fato de haver apenas seis agricultores aí residentes que participam do programa. Os demais agricultores relacionados no portal transparência do PAA residem em outras localidades, mas fazem parte da associação de agricultores do Reassentamento.

Do total de entrevistados, temos que 47% (18) são mulheres e 53% (20) são homens. É interessante salientar que embora o número de homens entrevistados seja maior, pode-se perceber, durante a pesquisa de campo, que, na maioria dos casos, são as mulheres que ficam com a responsabilidade de organizar quais produtos serão entregues, a administração da horta, os processos de assepsia e a embalagem dos produtos (notas do caderno de campo).

Apesar da grande maioria dos entrevistados ter sido assentada há seis anos ou menos, a maior concentração em termos de faixa etária está entre 41 e 50 anos, correspondendo a 29% dos pesquisados e, logo em seguida, está a faixa etária de 51 a 60 anos com 26%. Juntas somam 55% dos titulares dos lotes pesquisados e vale ressaltar ainda que 16% possuem mais 60 anos (Figura 2).

Tal resultado é semelhante aos de outras pesquisas (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005; SHIKI, 2009) que apontaram um “envelhecimento” da população dos agricultores familiares, incluindo áreas de assentamentos rurais, devido ao fato destes impulsionarem a saída dos filhos para a cidade no intuito de estudar e/ou trabalhar, estes não retornam mais ao assentamento ou ao estabelecimento familiar. Castro (2004) atribui essa contradição existente ao fato de muitos pais defenderem a saídas dos filhos do meio rural para o urbano, em busca de uma “vida melhor”, entretanto lamentam, na maioria dos casos, esta saída devido aos laços de afetividade e à diminuição da mão de obra disponível no estabelecimento.

Silva (2012), pesquisando responsáveis por lotes da mesma Microrregião, constata que a idade média da população entrevistada é de 55 anos e que a faixa etária que apresenta maior concentração é a de 51 a 60 anos, naquele caso observa que quase 70% dos titulares e mais de 50% dos cônjuges tinham idade superior a 50 anos.

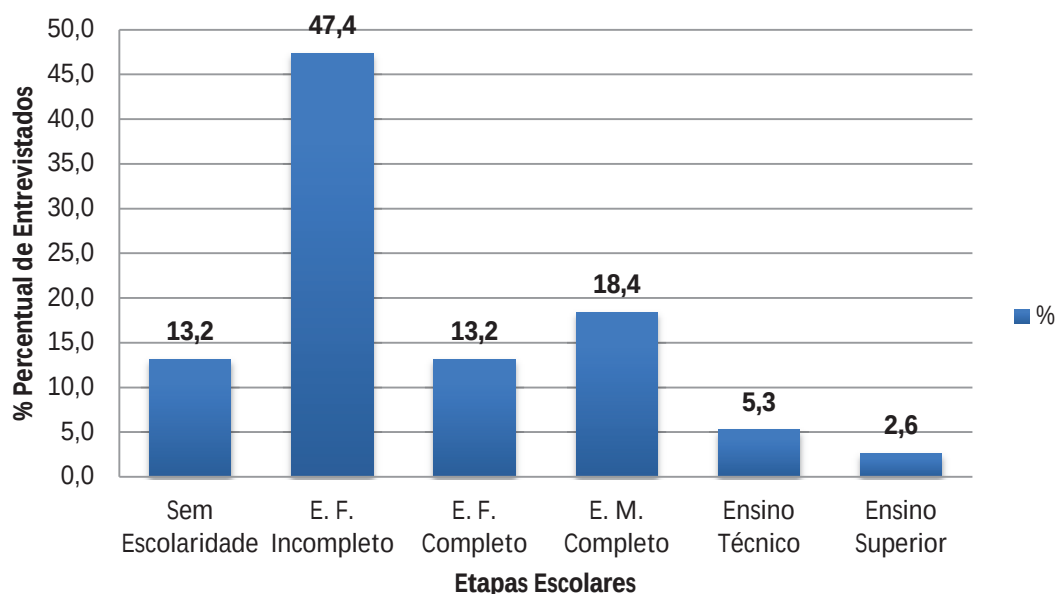
Figura 2- Faixa Etária dos Entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

No que diz respeito à escolaridade dos entrevistados (Figura 3), temos que a grande maioria frequentou, ao menos, o ensino fundamental, mesmo que de forma incompleta: 47% cursaram esta fase escolar de forma irregular não o concluindo (nesta classe estão as antigas séries escolares, classificadas da 1ª a 8ª série, que corresponde atualmente ao período do 2º ao 9º ano. O percentual que completou o ensino fundamental é de apenas 13,2%, já os que concluíram o ensino médio somam 18,4%, enquanto apenas 5,3% possuem algum curso técnico e 2,6% concluíram o ensino superior. Dentre os entrevistados 13,2% se declararam sem escolaridade.

Sant'Ana et al. (2007), desenvolvendo pesquisas nessa região, aponta que no caso da educação formal, as famílias assentadas apresentam geralmente baixa escolaridade e que a evolução significativa ocorre na geração seguinte (filhos). Outro fator destacado em sua pesquisa é que a análise a partir do gênero indicou que não ocorreram diferenças significativas em relação ao grau de escolaridade do casal responsável pelo lote.

Segundo Hage e Almeida (2010), o alto número de pessoas do meio rural sem acesso à educação é algo inaceitável, pois é inimaginável refletir sobre o desenvolvimento do campo sem que haja de forma efetiva a educação dos seus sujeitos. O autor considera que a educação deve ocupar lugar de primordial importância para que as demais políticas obtenham êxito, pois se a educação sozinha não promove a transformação social, sem ela não há como se obter mudanças efetivas.

Figura 3- Distribuição da Escolaridade dos Entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

O tempo que cada entrevistado reside nos lotes varia de acordo com o período em que foi criado o assentamento e/ou reassentamento. Do total 42,1% (16) estão assentados entre 3 e 5 anos, 15,8% (6) entre 6 e 8 anos, 39,5% (15) estão assentados de 9 a 11 anos e apenas um (2,6%) dos reassentados possui tempo de moradia de 22 anos no lote. Ao averiguar a origem dos agricultores antes de se fixarem no (re)assentamento, tem-se que a metade residia no perímetro urbano ou rural do município de Pereira Barreto, o que facilitou, segundo os seus relatos, a luta pela terra; logo após aparece o município de Mirandópolis com 15,8%, Andradina com 13,1% e outras localidades que somadas totalizam 21,1% dos pesquisados (foram citadas várias cidades do entorno de Pereira Barreto e algumas cidades de outros estados, tais como, Água Clara, Naviraí, Bataguassu, Três Lagoas – MS e vilas rurais do interior do Paraná).

Quando indagados em quais atividades trabalhavam antes de se tornarem assentados da reforma agrária ou ainda reassentados, inúmeras atividades foram mencionadas, o que indica uma significativa heterogeneidade entre os entrevistados. Dentre as atividades realizadas, os trabalhos ligados ao campo foram a resposta mais frequente (84,21%). Ao todo, obtivemos o relato de 53 atividades diferentes (pois cada entrevistado arrolava todas as profissões que exercera durante sua vida antes de ir morar no lote). A partir de análise posterior, as atividades foram agrupadas em cinco categorias (Tabela 4): agricultura (84,21%), comércio (7,89%), autônomo (28,95%), indústria/agroindústria (13,16%) e ex-funcionários públicos (5,26%).

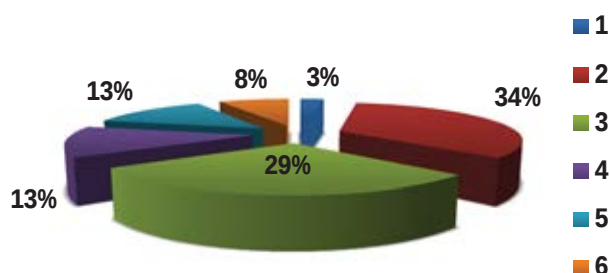
Tabela 4- Atividades remuneradas exercidas pelos entrevistados antes do (re) assentamento.

Atividades/Ramo	Nº de Assentados	% de Assentados
Agricultura	32	84,21
Autônomo	11	28,95
Industria/Agroindústria	5	13,16
Comércio	3	7,89
Ex Funcionários Públicos	2	5,26

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Os dados apresentados na Tabela 4, nos permite constatar que trata-se de uma situação semelhante à descrita por Buainain et al. (2007) a respeito da vivência dos agricultores no meio rural. Segundo estes autores, existem dois grupos distintos, entre os agricultores que afirmaram ter trabalhado em atividades agrícolas durante ao menos uma etapa da vida. O primeiro deles é composto por aqueles agricultores que detém longa experiência e tradição na agricultura em geral, vivendo nos estabelecimentos rurais como parceiros ou arrendatários. Já o segundo grupo é formado por agricultores que passaram pelo processo de *desruralização* e retornaram ao campo, desempenhando atividades como assalariados rurais ou através de políticas de reforma agrária.

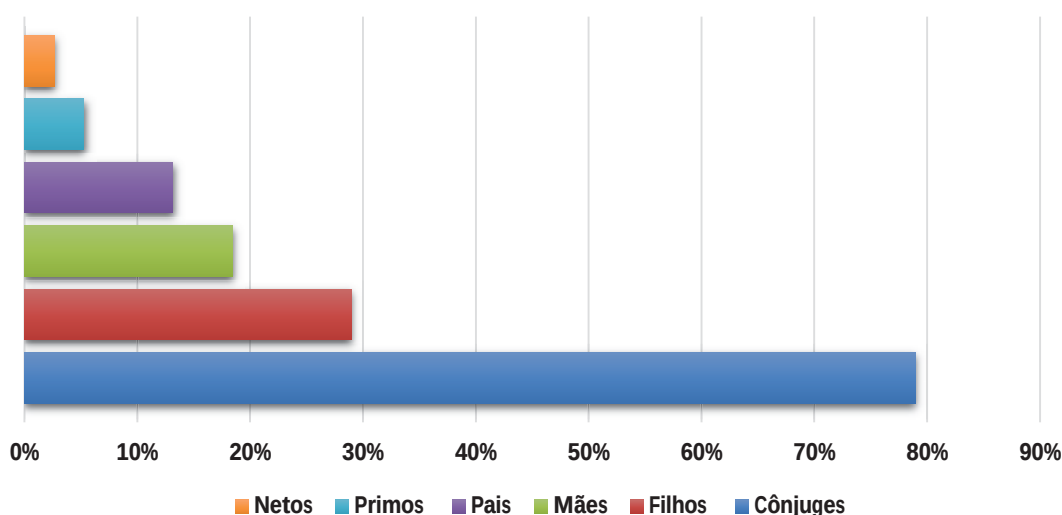
No que diz respeito à composição familiar (Figura 4) dos entrevistados, tem-se que a maior parte das famílias são constituídas por duas pessoas (34%), o entrevistado e o seu cônjuge; e logo em seguida, com 29%, são as famílias formadas por três pessoas, geralmente o casal titular do lote e um filho ou neto. As famílias formadas por quatro e cinco pessoas representam 13% dos entrevistados, com seis membros são 8% e apenas um (3%) dos entrevistados mora sozinho.

Figura 4- Composição familiar.

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Os familiares que trabalham no lote (Figura 5), auxiliando nas atividades agropecuárias corriqueiras, são em grande maioria os cônjuges (79%), seguidos dos filhos (29%). Os genitores dos entrevistados também participam do trabalho no lote, sendo que as mães representam 18% e os pais 13%. Além desses entes, pode-se observar a presença de primos (5%) e netos (3%) trabalhando no lote. Dentre as famílias entrevistadas constatou-se que em 11 delas (29%), ao menos um dos filhos trabalha no lote e em cinco famílias (13%) mais de um filho auxilia nos afazeres. A média da idade dos familiares que trabalham no lote é de 45 anos, sendo que o mais jovem possui 15 anos e o mais idoso, ativo, tem 78 anos.

Figura 5- Familiares que trabalham no lote.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-2014).

Em relação à mão de obra de terceiros para ajudar no serviço do lote, tem-se que apenas oito (21%) entrevistados se valem desse recurso, sendo que seis contratam diaristas e dois trocam dias de serviços com os vizinhos e amigos.

4.5 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS

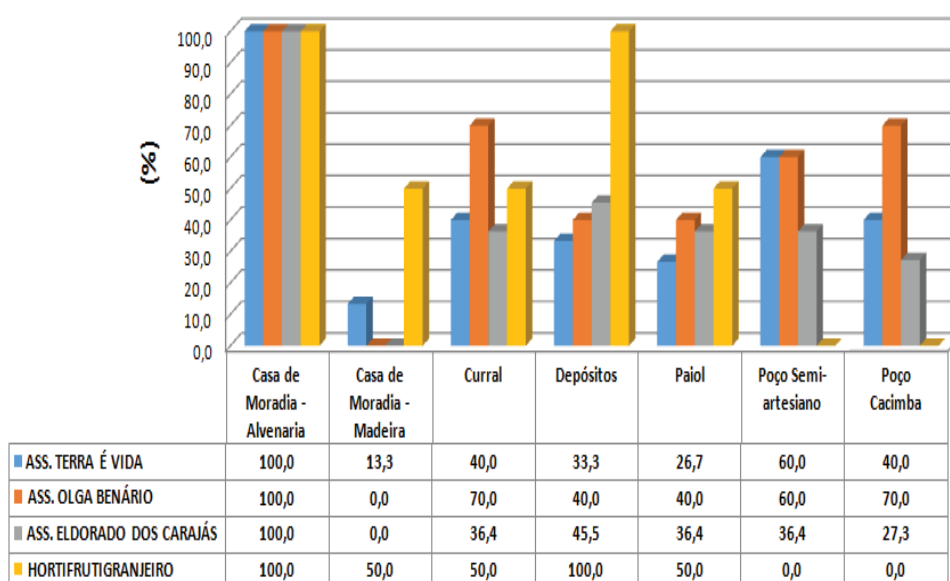
Averiguou-se também a infraestrutura dos lotes participantes do PAA. A caracterização consistiu no levantamento das benfeitorias, das máquinas e dos equipamentos presentes. A figura 6 contém as principais benfeitorias encontradas nos lotes. Nota-se que em todos os assentamentos e no reassentamento pesquisados, há um predomínio de moradias de alvenaria, sendo que apenas no Assentamento Terra é Vida e no Hortifrutigranjeiro há ainda

edificações de madeira destinadas à moradia. Em alguns casos, essas casas abrigam outro núcleo familiar, tais como as mães, os pais, e/ou, ainda, os filhos dos entrevistados que constituíram uma nova família sem se retirarem do lote.

De acordo com Carvalho (2013), as moradias dos assentamentos da Microrregião de Andradina, na qual o município de Pereira Barreto está inserido, são em sua maioria, 98,8 %, de alvenaria. A autora salienta que destas 59,9% possuem paredes rebocadas, e apenas 1,2% são de madeira. Carvalho pôde observar ainda que não há casas de pau a pique ou de lona. Apesar disso, nas visitas, observou-se que muitas casas estão em más condições de conservação – as casas não têm forro por exemplo. Esse fato implica detrimento da saúde dos moradores. Além da poeira a que ficam expostos diariamente, nota-se que a situação fica mais crítica nos períodos de seca e de chuva, pois os moradores, nessas condições, ficam mais propensos às gripes.

Carvalho (2013) destaca que as casas geralmente são construídas com os recursos destinados à habitação que o INCRA libera quando as famílias são assentadas, após um extenso período e muitas complicações burocráticas. Mesmo quando este recurso é liberado com certa agilidade pelo Governo por meio do INCRA, o valor de R\$ R\$15.000,00 é insuficiente para construir uma moradia que atenda os padrões mínimos das necessidades de uma família, por menor que esta seja.

Figura 6- Benfeitorias presentes nos lotes pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Em vista da forte presença da pecuária leiteira e ou de corte nos (re)assentamentos rurais verificou-se que, após as moradias, a benfeitoria mais corriqueira observada são os currais. No Assentamento Terra é Vida pode-se observar que 40% dos lotes dos entrevistados possuem tal estrutura; já no Assentamento Olga Benário em 70% há um curral; no Assentamento Eldorado dos Carajás estão presentes em 36,4% dos lotes pesquisados e em 50% dos lotes do Reassentamento Hortifrutigranjeiro.

Ainda com base na figura 6, pode-se inferir que os lotes entrevistados contam, além das casas de moradia e currais, com depósitos. Vale mencionar que, embora o Assentamento Eldorado dos Carajás tenha pouco tempo de criação, destaca-se por ter a segunda maior porcentagem desta benfeitoria. Os paióis também foram citados por parte relevante dos agricultores entrevistados. Os paióis geralmente são constituídos de pequenos espaços, edificadas com madeira ou alvenaria a fim de guardar ração animal, tanto para os animais de pequeno porte (galinhas e suínos) e grande porte (vacas leiteiras), como também acondicionar parte das colheitas (milho) que são destinadas para a alimentação animal. Os paióis são mais frequentes nos (Re)Assentamentos Hortifrutigranjeiro (50%), Olga Benário (40%) e Eldorado dos Carajás (36,4%).

Em relação às fontes de água, os assentados contam com poços semiartesianos ou do tipo cacimba. Os Assentamentos Terra é Vida e Olga Benário têm ambos, em seus lotes, 70% de poços do tipo semiartesianos. Pode-se destacar que, no Assentamento Olga Benário, todos os lotes pesquisados possuem ao menos um poço, sendo que em três lotes há presença dos dois tipos de poços.

O Assentamento Eldorado dos Carajás tem um baixo índice de poços semiartesianos devido ao fato que, durante o período em que foi realizada a pesquisa de campo, não havia energia elétrica nos lotes, logo, os assentados que implantaram esse tipo de poço se valiam de bombas movidas a óleo diesel.

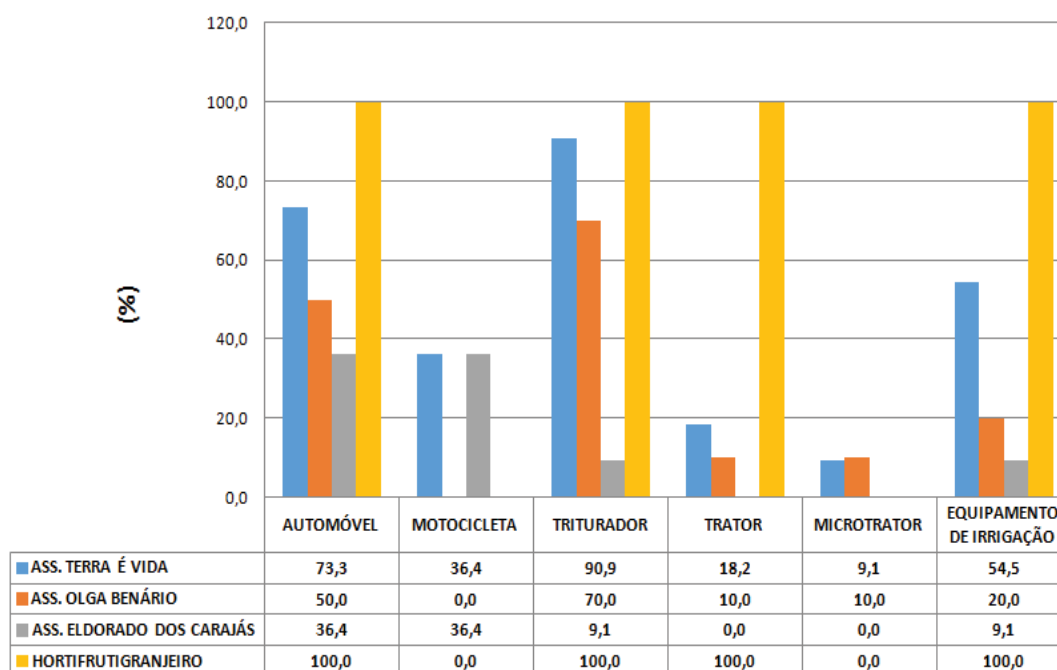
O Reassentamento Hortifrutigranjeiro recebe água encanada e tratada pela tubulação municipal. Silva (2012) aponta que – quanto ao uso de poços do tipo cacimba como única fonte de água para o consumo familiar e para os animais – deve-se ter ressalvas em função do alto risco de a água ser insuficiente para as famílias e para a exploração agropecuária. Ademais, esses poços comumente apresentam maior vulnerabilidade a contaminações.

No que diz respeito às máquinas e aos equipamentos (figura 7), os automóveis estão presentes em todos os (re)assentamentos pesquisados, e em percentual bastante considerável. A maior porcentagem é de 100% (dois produtores) no Reassentamento Hortifrutigranjeiro; em segundo está o Assentamento Terra é Vida com 73,3% dos lotes. Os altos índices se devem ao

tempo de criação do (re)assentamento, pois ambos são os mais antigos e mais próximos do município. Por serem mais antigos, pode-se inferir que ambos caminham para a estabilidade e consolidação das atividades agropecuárias. Já as motocicletas estão presentes apenas nos lotes dos Assentamentos Terra é Vida e Eldorado dos Carajás; ambos detêm 36,4%.

Uma das marcas da pecuária leiteira é a presença de trituradores. Seu uso relaciona-se, sobretudo, ao preparo dos alimentos destinados aos animais (cana, capim napier e milho. Observa-se nos lotes pesquisados dos (re)assentamentos, os seguintes percentuais: Hortifrutigranjeiro (100%), Terra é Vida (90,9%), Olga Benário (70%) e Eldorado dos Carajás (9,1%). O baixo índice do último assentamento citado deve-se à falta de energia elétrica na época da pesquisa de campo.

Figura 7- Principais máquinas e equipamentos presentes nos lotes



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

As máquinas propriamente ditas, tratores, implementos agrícolas e microtratores também foram observados nos lotes, principalmente no Reassentamento Hortifrutigranjeiro (100%). O local possui trator e todos os implementos agrícolas necessários para o preparo do solo e adequação dos canteiros de hortícolas. Pode-se observar também a presença de tratores e microtratores nos lotes dos demais assentamentos. No caso dos tratores, faz-se ressalva para os Assentamentos Terra é Vida (18%) e Olga Benário (10%); já os microtratores também estão presentes nos assentamentos descritos, na porcentagem de 9,1% e 10% respectivamente.

Os agricultores durante a entrevista salientaram que a conquista se deve à participação no PAA, que os impulsionou a investir no cultivo das olerícolas (Notas do caderno de pesquisa).

Os equipamentos de irrigação foram observados em todos os locais pesquisados. Para facilitar a análise agruparam-se todos os tipos observados com o termo “equipamentos de irrigação”. Sob esse termo estão os equipamentos que irrigam por meio de fitas gotejadoras, microaspersores e aspersores. Todos os lotes do Reassentamento Hortifrutigranjeiro contam com tais equipamentos. Já nos Assentamentos Rurais pode-se destacar que o Terra é Vida é o que possui maior número de lotes irrigantes 54,5%, seguido do Olga Benário com 20% e Eldorado dos Carajás com 11%.

Silva (2012) levantou também as máquinas e equipamentos nos assentamentos da Microrregião estudada. Segundo a autora, há predomínio de trituradores, presentes em 73% dos lotes. Já os equipamentos de irrigação foram observados em 37% dos lotes pesquisados, dando destaque aos sistemas de gotejamento. A autora salienta que entre os produtores pesquisados 43% possuem tratores, embora a maioria dessas máquinas seja antiga (fabricada nas décadas de 1960 ou 1970), e ainda apresentam baixa potência, o que, em muitos casos, resulta na dependência que os agricultores ainda têm de alugar tratores de terceiros e/ou associações de produtores, grupos e, ainda, prefeituras municipais.

4.6 EXPLORAÇÃO ANIMAL

No que diz respeito à produção animal (Tabela 5, os agricultores responderam mais uma resposta a tal indagação), apurou-se quais são as principais criações presentes nos lotes. Pode-se observar que a pecuária, tanto leiteira quanto de corte, é de suma importância, distribuindo-se da seguinte forma: bovinocultura de corte (10,5%) e leiteira (76,3%). A média de animais em cada lote é de respectivamente 23 e 20. Além da pecuária, verificou-se também a presença das aves (47,4%) como fonte de carne e ovos para o autoconsumo e comercialização informais. Os suínos estão presentes em 73,7% dos lotes pesquisados e são criados com o intuito de suprir as necessidades familiares.

Tabela 5- Exploração Animal presente nos lotes dos produtores pesquisados.

Animais	Nº de Produtores	% de Produtores	Média de Animais
Bovinos (corte)	4	10,5	23
Bovinos (leite)	29	76,3	20
Aves	18	47,4	51
Suínos	28	73,7	7

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

A tabela 6 contém informações sobre a distribuição do número de animais existentes nos lotes. Observa-se que as maiores concentrações estão entre 11 e 20 (47,4%), e 21 e 30 (21,1%) cabeças de gado.

Tabela 6- Distribuição de bovinos nos lotes.

Nº de Cabeças	Lotes (nº)	Lotes (%)	Média de Cabeças
1 a 10	4	10,5	8
11 a 20	18	47,4	17
21 a 30	8	21,1	25
31 a 40	1	2,6	33
Acima de 50	2	5,3	53

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

A pecuária leiteira nos assentamentos pesquisados é uma das principais fontes de renda mensal para os agricultores. Os agricultores entrevistados que a praticam são cooperados da COAPAR, cooperativa que recolhe todos os dias a produção e a encaminha para a Nestlé do Brasil S/A e Laticínio Tânia de Guaraçaí – São Paulo. A produção total de todos os associados gira em torno de 12000 mil litros de leite por dia, coletados nos lotes dos produtores associados. O objetivo da COAPAR é obter um preço melhor na comercialização coletiva do leite do que aquele que cada produtor obteria ao negociar individualmente (Notas do caderno de campo).

De acordo com Carvalho (2006), a cadeia produtiva do leite é uma das alternativas que o pequeno produtor tem para se manter no campo, principalmente, por se compor da seguinte forma: pode ser implantada em áreas reduzidas; apresenta baixo risco comercial; possui baixo risco tecnológico quando comparada a outras atividades, como a fruticultura e a olericultura; e mantém um fluxo mensal de renda (fator mais atraente).

Carvalho (2013) aponta ainda que os assentados da Microrregião de Andradina enfrentam dificuldades para desenvolver a pecuária leiteira no período da seca, devido à baixa qualidade e disponibilidade da pastagem.

Apurou-se também o nível tecnológico empregado na bovinocultura, tanto para o fim de corte como para a finalidade leiteira. Os resultados apresentados na tabela 7 englobam as duas modalidades. Quando indagados sobre as possíveis fontes de alimentos para os animais durante o período da seca e sobre as tecnologias empregadas no trato dos animais, os agricultores entrevistados citaram que: fornecem ao gado sal mineral (100%); administram regularmente vermífugos ao rebanho (97%); durante o período de estiagem, ministram

volumoso no cocho (64%) e ração concentrada como forma de complementar a alimentação animal (61%). Apenas 12% relataram rotacionar a pastagem como forma de manejo para dificuldades que os acometem. A reprodução dos animais ocorre de forma natural (monta), sem que haja um controle dos cruzamentos. Apenas 3% dos agricultores se valem de inseminação artificial como forma de reprodução.

Tabela 7- Principais tecnologias empregadas e complementação alimentar na bovinocultura dos lotes.

Tecnologias Empregadas	Lotes (nº)	% Bovinocultores
Sal mineral	33	100
Vermífugos	32	97
Volumoso no cocho	21	64
Ração	20	61
Inseminação artificial	1	3
Rotação de Pastagens	4	12

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

4.7 EXPLORAÇÃO VEGETAL

*“Me diga sinceramente uma coisa, Mr. Buster...
O Sr. sabe lá o que é ter uma jabuticabeira no quintal?”.*
(Vinicius de Moraes, **Olhe Aqui, Mr. Buster**)

Foram levantadas também informações sobre a produção vegetal dos lotes, dando ênfase à produção destinada ao PAA. Averiguou-se: i) quais produtos foram entregues; ii) as principais tecnologias empregadas nos sistemas de cultivo; e iii) se os agricultores realizam algum processamento nos alimentos antes da entrega para o PAA.

Os agricultores relataram entregar, em média, nove tipos de produtos durante a execução do PAA no decorrer dos anos de 2012 e 2013. Alguns chegaram a entregar uma variedade de vinte produtos diferentes, enquanto aquele que menor número entregou, disse ter ofertado apenas três tipos de alimentos. Os alimentos mais citados foram: abóbora, mandioca, alface e cheiro verde. Para uma análise mais detalhada, dividiu-se os alimentos em cinco categorias: folhosas; olerícolas de fruto; raízes e tubérculos; frutas e grãos.

Em relação ao cultivo de olerícolas folhosas, a Tabela 8 contém a relação das mais frequentes em termos do número e do percentual de agricultores que as cultivam. Destacam-se a alface cultivada por 44,7% dos produtores pesquisados; o cheiro verde (consiste em maços mistos de cebolinha com salsa ou coentro) presente em 42,1% dos estabelecimentos; o almeirão (34,2%); a rúcula (34,2%) e a couve (15,8%). Em relação às folhosas, é interessante salientar que o Assentamento Terra é Vida é o maior fornecedor, o que se deve à

disponibilidade de transporte. Além disso, este Assentamento é um dos mais próximos da cidade, o que causa menos danos e estresses nas olerícolas folhosas durante o transporte.

Tabela 8- Relação de Olerícolas Folhosas, nº e percentual de agricultores que as cultivam.

OLERÍCOLAS FOLHOSAS	Nº DE AGRICULTORES	% DE AGRICULTORES
ALFACE	17	44,7
CHEIRO VERDE	16	42,1
ALMEIRÃO	13	34,2
RÚCULA	13	34,2
COUVE	6	15,8
REPOLHO	3	7,9
ACELGA	2	5,3
AGRIÃO	1	2,6
BRÓCOLIS	1	2,6
CHICÓRIA	1	2,6
MOSTARDA	1	2,6

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

No que diz respeito às áreas destinadas a hortas, os entrevistados não souberam quantificá-las de forma precisa. Foram observadas hortas com tamanhos e formatos diferentes, entretanto, a disposição mais comum é aquela instalada no entorno da casa da moradia principal, ou seja, as hortas são formadas nos quintais.

O número total de produtores que mencionaram produzir hortaliças folhosas é de 22, o que representa 57,9% do total de produtores pesquisados. Em relação às tecnologias empregadas na produção de folhosas, o cálculo dos percentuais foi realizado com base no total destes 22 agricultores (os resultados estão dispostos na Tabela 9).

O preparo do solo mecânico foi a principal prática adotada pelos agricultores para o cultivo das hortaliças folhosas (59,1%). Geralmente, os agricultores contratam este serviço de forma terceirizada ou ainda se valem das máquinas e implementos agrícolas da associação de agricultores do assentamento ao qual são associados. Aqueles que não se valem desta opção preparam o solo com o auxílio de tração animal (27,3%), e os demais preparam o solo com uso de instrumentos manuais (enxada e enxadao). Todos os agricultores fazem os plantios em nível.

No que diz respeito à adubação e à calagem dos canteiros das hortas, temos que 68,2% dos produtores recorrem às fontes minerais sintéticas para a adubação. Ademais, a adubação orgânica também é observada na produção dos lotes. Os agricultores relataram que essa é a

principal fonte nutricional no cultivo das folhosas (95,5%). Muitos deles se valem das duas fontes – adubação mineral e orgânica – concomitantemente, uma completando a outra. O uso regular de calcário durante o preparo do solo foi narrado por 36,4% dos agricultores entrevistados. Mas apenas 13,6% dos agricultores realizam análise do solo regularmente, visando a correção do solo e uma adubação equilibrada dos cultivos. Os que fazem se baseiam nas orientações que recebem dos responsáveis técnicos do INCRA, Casa da Agricultura e, em alguns casos, de vendedores das lojas agropecuárias.

Em relação às sementes e mudas, para a produção de hortaliças folhosas, tem-se que 100% dos produtores usam sementes certificadas. Não foi apurado quantos agricultores usam bandejas para a formação de mudas, apesar disso, durante as visitas aos lotes, observou-se que as mesmas estavam presentes na maioria dos produtores de folhosas.

O uso de agroquímicos para o controle de pragas, doenças e plantas daninhas também foi levantado. Apenas 4,5% dos agricultores usam herbicidas para o controle das plantas invasoras dos canteiros. Em contrapartida, 77,3% dos produtores utilizam outros insumos químicos, como inseticidas e fungicidas no manejo das hortas. Muitos produtores afirmaram não usar nenhum produto químico; visando uma produção orgânica (elaboram caldas e preparados orgânicos para a manutenção da sanidade das hortaliças).

Dentre os 22 produtores de folhosas, 40,9% detêm equipamentos de irrigação, que estão divididos em fitas gotejadoras, microaspersores e aspersores. Os agricultores que não possuem esses equipamentos realizam regas constantes com o auxílio de mangueiras e regadores manuais.

Tabela 9- Principais tecnologias e insumos empregados na produção de hortaliças folhosas.

PRINCIPAIS TECNOLOGIAS E INSUMOS EMPREGADOS NA PRODUÇÃO DE FOLHOSAS	% DE LOTES
Semente Certificada	100,0
Plantio em nível	100,0
Adubo orgânico	95,5
Outros agrotóxicos	77,3
Adubo mineral	68,2
Preparo do solo mecânico	59,1
Irrigação	40,9
Calcário	36,4
Preparo do solo com tração animal	27,3
Análise de solo	13,6
Herbicidas	4,5
Semente Crioula	0

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Em relação à categoria das olerícolas de frutos, temos na Tabela 10 o número e percentual de agricultores que cultivam esta categoria de alimentos. As principais olerícolas são: abóbora (94,7% dos entrevistados à cultiva), quiabo (52,6%), berinjela (39,5%), jiló (39,5%) e maxixe (18,7%). É interessante salientar que os agricultores entrevistados dos Assentamentos Olga Benário e Eldorado dos Carajás relataram produzir uma maior quantidade desta categoria de alimentos em relação aos outros, em função da longa distância até o município de Pereira Barreto e pelo fato de que o produto não sofre muitas escoriações durante o transporte.

Nesta classe, foram citadas 14 espécies vegetais. Todos os 38 agricultores entrevistados cultivam ao menos uma das olerícolas de fruto citadas. A principal cultura, apontada pela análise dos dados, foi a abóbora (paulista e comum). Silva (2012) salienta que os agricultores familiares da mesma Microrregião estudada, exploram geralmente as olerícolas que apresentam baixo custo de produção e que não necessitam de tecnologias caras, muito menos de infraestrutura específica. Além disso, as que detêm ciclos curtos de produção são mais difundidas entre os mesmos, o que gera retorno financeiro relativamente mais rápido.

Tabela 10- Relação de olerícolas de frutos, nº e percentual de agricultores que as cultivam.

OLERÍCOLAS DE FRUTOS	Nº DE AGRICULTORES	% DE AGRICULTORES
ABÓBORA	36	94,7
QUIABO	20	52,6
BERINJELA	15	39,5
JILÓ	15	39,5
MAXIXE	7	18,4
PIMENTA	5	13,2
TOMATE CEREJA	4	10,5
TOMATE	3	7,9
CAXI	2	5,3
CHUCHU	2	5,3
PEPINO	2	5,3
PIMENTÃO	2	5,3
PIMENTA DOCE	1	2,6
VAGEM	1	2,6

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-2014).

Conforme citado anteriormente, a abóbora é a principal olerícola produzida pelos agricultores entrevistados devido às várias características que possui. Dentre elas, salienta-se

sua rusticidade, a baixa exigência de tratos culturais, a alta produtividade e, enfim, sua dupla finalidade: alimentação humana e animal. A rusticidade se traduz em maior facilidade de cultivo, pois é menos exigente em irrigação, muitos agricultores não realizam nenhum tipo de adubação e nem controle de pragas e doenças.

Em relação à caracterização da produção das olerícolas de frutos, a Tabela 11 traz a relação de produtores dessa categoria de alimentos e a práticas culturais adotadas. Tem-se que o principal método de preparo de solo é o mecânico (57,9%). Apenas 18,4% dos agricultores realizam calagem antes do plantio, mas a adubação mineral sintética e orgânica é realizada por 55,3% dos entrevistados.

É interessante destacar que 23,7% dos agricultores usam sementes crioulas para o plantio de algumas das olerícolas aqui descritas, principalmente, para o cultivo de abóbora, quiabo e maxixe. Já os produtores que usam sementes certificadas representam porcentagem de 73,7%.

Tabela 11- Principais tecnologias e insumos empregados na produção de olerícolas de frutos.

PRINCIPAIS TECNOLOGIAS E INSUMOS EMPREGADOS NA PRODUÇÃO DE OLER. DE FRUTOS	% DE LOTES
Plantio em nível	100,0
Semente Certificada	73,7
Outros agrotóxicos	57,9
Preparo do solo mecânico	57,9
Adubo mineral	55,3
Adubo orgânico	55,3
Irrigação	23,7
Semente Crioula	23,7
Calcário	18,4
Preparo do solo com tração animal	13,2
Análise de solo	10,5
Herbicidas	2,6

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Ainda quanto ao uso de insumos e tecnologias referentes às olerícolas de frutos observou-se que os sistemas de irrigação estão presentes em 23,7% dos lotes; apenas 10,5% dos agricultores narraram se valer de análise do solo para programar as adubações destas culturas; em relação aos agroquímicos utilizados no controle de pragas e doenças, tem-se que 57,9% dos produtores se valem dessa estratégia, enquanto apenas 2,6% usam herbicidas no controle das plantas invasoras. Todos os produtores fazem seus plantios em nível.

A Tabela 12 contém a relação de raízes e tubérculos, cultivados e entregues ao PAA pelos agricultores entrevistados. O maior destaque se dá para a mandioca, que é cultivada em 89,5% dos lotes pesquisados.

Os produtores relataram que cada um tem uma cota de entrega semanal: 100 kg. As raízes entregues devem ser lavadas para a retirada do excesso de terra e acondicionadas em caixas plásticas para a pesagem e registro de entrega individual. Em menor escala de produção, temos o cultivo de cenoura (18,4%), da batata doce (13,2%), da beterraba (13,2%) e do rabanete (13,2%).

Tabela 12- Relação de raízes e tubérculos, número e percentual de agricultores que os cultivam.

RAÍZES E TUBÉRCULOS	Nº DE AGRICULTORES	% DE AGRICULTORES
MANDIOCA	34	89,5
CENOURA	7	18,4
BATATA DOCE	5	13,2
BETERRABA	5	13,2
RABANETE	5	13,2

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Dentre os lotes pesquisados, observa-se o cultivo de raízes e tubérculos em 94,7% do total. Nesse caso os agricultores mencionaram com exatidão apenas as áreas dos mandiocais. A área média por lote é de 0,75ha, sendo que a maior é de 2,0ha, e a menor com 0,0125ha (125m²); já a área com maior frequência é de 1ha, seguida da de 0,5 há. Os agricultores relataram realizar plantios escalonados como forma de planejar as colheitas.

Silva (2012) salienta que a cultura da mandioca na Microrregião de Andradina consiste em uma das principais atividades realizadas pela agricultura familiar em assentamentos rurais. As áreas destinadas aos cultivos variam de 0,2 hectares a 3,6 hectares; já a produção varia de 600 kg/ano a 50 toneladas/ano. O destino principal da produção, de acordo com a autora, é a fabricação artesanal de farinha, muitas vezes, realizada no próprio lote. Alguns produtores a comercializam *in natura*, tanto no setor varejista como diretamente ao consumidor e aos mercados institucionais.

As características tecnológicas de produção das olerícolas incluídas no grupo de raízes e tubérculos estão contidas na Tabela 13.

O preparo do solo mecânico é o mais usual nessa categoria de cultivo (91,7%). A adoção da calagem pré-plantio só é costume de 27,8% dos agricultores, sendo que aqueles que fazem adubação química frequentemente somam 52,8%, e a adubação orgânica 27,8%. O

sistema de irrigação, nesta categoria, só está presente em 16,7% dos lotes dos entrevistados. Provavelmente esses sistemas são usados nos plantios de todos os tubérculos citados (rabanete, cenoura, beterraba) com exceção da batata doce.

Apenas 33% dos produtores realizam o controle de pragas e doenças nas culturas de raízes e tubérculos, sendo que um produtor (2,8%) se vale de herbicidas para o controle das plantas invasoras.

Tabela 13- Principais tecnologias e insumos empregados na produção de raízes e tubérculos.

PRINCIPAIS TECNOLOGIAS E INSUMOS EMPREGADOS NA PRODUÇÃO DE RAÍZES E TUBERCULOS	% DE LOTES
Plantio em nível	100,0
Preparo do solo mecânico	91,7
Adubo mineral	52,8
Outros agrotóxicos	33,3
Adubo orgânico	27,8
Calcário	27,8
Semente Certificada	19,4
Preparo do solo com tração animal	16,7
Irrigação	16,7
Análise de solo	16,7
Herbicidas	2,8
Semente Crioula	0

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-2014).

As frutas também participam do rol de alimentos entregues ao PAA no município de Pereira Barreto, sendo cultivadas por um total de 28 agricultores entrevistados. Os entrevistados citaram 11 tipos de frutas que costumam encaminhar ao Programa. A cultura que aparece com maior frequência é o mamão, produzido por 26,3% dos agricultores. Em seguida, foram citadas a banana (18,4%); a acerola (15,8%); o coco verde (15,8%); o maracujá (15,8%); a melancia (13,2%); o limão taiti (7,9%); a carambola (5,3%); e com a participação de 2,6% o abacaxi, a laranja e a manga (Tabela 14).

Tabela 14- Relação de frutas, número e percentual de agricultores que as cultivam.

FRUTAS	Nº DE AGRICULTORES	% DE AGRICULTORES
MAMÃO	10	26,3
BANANA	7	18,4
ACEROLA	6	15,8
COCO VERDE	6	15,8
MARACUJÁ	6	15,8
MELANCIA	5	13,2
LIMÃO TAITI	3	7,9
CARAMBOLA	2	5,3
ABACAXI	1	2,6
LARANJA	1	2,6
MANGA	1	2,6

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Quanto às tecnologias empregadas no cultivo das frutas mencionadas, o plantio foi realizado em áreas que tiveram o preparo do solo mecânico em 64,3% dos lotes entrevistados que cultivam frutas. Já o preparo do solo com tração animal pode ser observado em 14,3%. Muitos agricultores realizaram o plantio das mudas das frutíferas com auxílio de instrumentos manuais (cavadeira, enxada e enxadão). A adubação, tanto orgânica quanto mineral, é realizada em 64,3% dos lotes, sendo que o uso de calagem, visando à correção da acidez do solo antes do plantio, é realizado em apenas 28,6% dos lotes. Por fim, a análise do solo para implantação dos pomares foi feita em apenas 14,3% dos lotes.

Os sistemas de irrigação usados no cultivo das frutíferas também foram computados. Apenas 14,3% dos agricultores reportaram fazer irrigação dos pomares com o auxílio de regadores manuais e mangueiras.

Já a origem das mudas e das sementes empregadas nas propriedades são do tipo certificadas em apenas 46,4% dos lotes. Consequentemente, pode-se destacar que o uso de sementes/mudas crioulas foi empregado em 71,4% dos lotes, ou seja, os próprios agricultores formam suas mudas e se valem das sementes crioulas para realizar os plantios. Essa estratégia é usada pelos agricultores familiares a fim de reduzir a dependência do uso de insumos externos na propriedade e para preservar espécies regionais.

O uso de agrotóxicos para o manejo de pragas e doenças das frutíferas pode ser observado em 71,4% dos lotes dos entrevistados, enquanto o controle de plantas invasoras é realizado em apenas 3,6% dos lotes.

Tabela 15- Principais tecnologias e insumos empregados na produção de frutíferas.

PRINCIPAIS TECNOLOGIAS E INSUMOS EMPREGADOS NA PRODUÇÃO DAS FRUTAS	% DE LOTES
Plantio em nível	100,0
Semente Crioula	71,4
Outros agrotóxicos	71,4
Adubo mineral	64,3
Adubo orgânico	64,3
Preparo do solo mecânico	64,3
Semente/Mudas Certificada	46,4
Calcário	28,6
Prep. do solo tração animal	14,3
Irrigação	14,3
Análise de solo	14,3
Herbicidas	3,6

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Os grãos mencionados pelos entrevistados estão listados na Tabela 16. Observam-se quatro tipos de alimentos: feijão caupi (também conhecido como feijão-catador) cultivado por 57,9% dos agricultores; milho verde (21,1%); feijão guandu (13,2%) e feijão carioca (2,6%). Os agricultores relataram que entregam os feijões caupi e guandu ainda nas vagens sem nenhum tipo de beneficiamento, apenas limpeza e alocação nas caixas de entrega para posterior pesagem e emissão de recibo de entrega.

Tabela 16- Relação de grãos, número e percentual de agricultores que os cultivam.

GRÃOS	Nº DE AGRICULTORES	% DE AGRICULTORES
FEIJÃO CAUPI	22	57,9
MILHO VERDE	8	21,1
FEIJÃO GUANDU	5	13,2
FEIJÃO CARIOCA	1	2,6

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

No que diz respeito às tecnologias adotadas no cultivo dos grãos comercializados via PAA, tem-se que os produtores adotaram, em sua maioria, o preparo mecânico do solo para o plantio (88,5%). Nas observações de campo, verificou-se que, em muitos lotes, os plantios são consorciados geralmente com milho, e/ou, com algumas frutíferas como o mamão. A adubação mineral é a predominante no cultivo dos grãos, sendo observada em 80,8%; já a adubação orgânica está presente em 46,2%, enquanto o uso de corretivos é adotado em apenas 26,9% dos lotes. Somente 3,6% dos estabelecimentos entrevistados mantêm sistemas de

irrigação nestes cultivos. As sementes certificadas são usadas por 46,2% dos agricultores, sendo que há predomínio do uso de sementes crioulas (69,2%), especialmente no caso dos produtores de feijão caupi, variedade tradicionalmente cultivada e preservada pelos produtores que mantêm um banco de sementes para efetuar os futuros plantios.

O uso de inseticidas e fungicidas (outros agrotóxicos) no controle das pragas e doenças foi constatado em 57,7% dos lotes, mas apenas 3,8% controlam as plantas invasoras com o auxílio de herbicidas. Deve-se salientar que todos os cultivos são realizados em nível.

Tabela 17- Principais tecnologias e insumos empregados na produção dos grãos cultivados.

Principais tecnologias e insumos empregados na produção de grãos	% de lotes
Plantio em nível	100,0
Preparo do solo mecânico	88,5
Adubo mineral	80,8
Semente Crioula	69,2
Outros agrotóxicos	57,7
Adubo orgânico	46,2
Semente Certificada	46,2
Calcário	26,9
Análise de solo	19,2
Preparo do solo com tração animal	11,5
Irrigação	3,8
Herbicidas	3,8

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Com base nos resultados apresentados, pode-se observar uma grande diversidade de alimentos produzidos pelos agricultores familiares entrevistados. Os produtores, em sua maioria, mantêm parte dos cultivos na forma convencional, ou seja, baseado no uso de insumos externos aos estabelecimentos rurais (adubos sintéticos, inseticidas, fungicidas e sementes certificadas). Entretanto, muitos almejam implantar o manejo orgânico na propriedade e já utilizam de caldas e preparos alternativos para o controle de algumas pragas e doenças. Citam, inclusive, que em alguns alimentos como a alface, por exemplo, não aplicam, por precaução, nenhum agrotóxico, isso porque se preocupam com esses produtos e os seus efeitos residuais.

Como estratégia para os cultivos, os agricultores procuram acumular recursos que recebem, como o pagamento da entrega dos produtos ao PAA, visando o pagamento da hora/máquina e/ou óleo diesel usado pelos tratores da associação ao qual estão vinculados. Quando realizam o preparo do solo, os produtores planejam quais áreas serão aradas para os futuros plantios, bem como para a implantação da horta, das quadras (talhões com área

correspondente a um quarto de alqueire ou aproximadamente 0,6 hectare) para a implantação de mandioca e plantios de abóbora.

As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação aos cultivos foram: a falta de água (devido à seca que acometeu o estado nos últimos meses de entrega de alimentos) e de energia elétrica (esta última dificuldade citada é exclusiva do Assentamento Eldorado dos Carajás que, somente durante o segundo semestre de 2014, foi contemplado com o Programa Luz para Todos).

Durante a aplicação dos questionários, pôde-se observar que o predomínio de cultivos de alface, abóbora, feijão caupi, mamão e mandioca, deve-se ao fato de que essas culturas dependem de baixo nível tecnológico e de poucos tratos culturais, com exceção da alface (esta possui alta demanda).

A infraestrutura dos lotes entrevistados do Complexo Hortifrutigranjeiro é mais completa no que concerne à presença de cultivos protegidos (áreas cercadas com telados de polipropileno). Já nos assentamentos não foram observadas tais estruturas. Algumas hortas são cercadas com telas, visando impedir o acesso das galinhas, lebrões e até mesmo antas. Algumas famílias ainda não estão consolidadas nas atividades agrícolas, e muitas narraram nunca terem trabalhado com o cultivo de hortaliças em geral, somente com grãos. Para compreender esta questão pode-se recorrer à noção de *habitus* de Bourdieu, pois este busca explicar como o produtor rural adquire e estrutura suas experiências. Isso porque a situação particular enfrentada pelo ator social está objetivamente estruturada, ou seja, há um modo de operar o trabalho agrícola já consolidado, que é repetido e reproduzido por agentes posicionados nesse campo social (ORTIZ, 1983). É somente ao adquirir essa experiência, ao adquirir a matriz de percepção e a ação propícia a essa estrutura social, que o agente tem condições de se estabelecer e se posicionar estrategicamente no meio rural.

Ademais, apurou-se um rol de 45 diferentes tipos de alimentos entregues pelos produtores ao Programa. Segundo os dados do Portal Transparência do PAA, juntas, as quatro associações de que os produtores entrevistados fazem parte, entregaram um total de 50 tipos diferentes de alimentos, durante a execução do projeto do ano de 2012. As categorias dos alimentos também foram redimensionadas, como, por exemplo, o caxi, um alimento regional citado pelos produtores, foi incluído junto à soma de abóboras que foram entregues.

A Tabela 18 foi construída a partir dos dados disponíveis *online* no Portal Transparência do PAA. Nesta Tabela estão contidas as quantidades (em kg) de cada produto que foi comercializado e os totais.

Tabela 18- Relação dos produtos e quantidades comercializadas pelas associações pesquisadas do município de Pereira Barreto (SP).

PRODUTOS	(RE)ASSENTAMENTOS RURAIS				
	T. V.	O. B.	E. C.	C. H.	TOTAL
ABACATE> FORTUNA		1.609,00			1.609,00
ABÓBORA> (Classificação sem características -CSC)	5.300,00	10.857,00	2.242,00	2.242,00	20.641,00
ABOBRINHA> BRASILEIRA		3.521,00			3.521,00
ABÓBORA> PAULISTA	9.070,00		8.081,00	3.081,00	20.232,00
ACELGA> (CSC)		4.724,00	650,00	650,00	6.024,00
ACEROLA> (CSC)		709,00			709,00
ALFACE> CRESPA		1.546,00			1.546,00
ALFACE> LISA		1.824,00			1.824,00
ALFACE> AMERICANA	11.270,00	1.170,00	6.971,00	2.871,00	22.282,00
ALMEIRÃO> (CSC)	12.310,00		1.595,00	1.595,00	15.500,00
ALMEIRÃO> PÃO DE AÇÚCAR		665,00			665,00
BANANA> MAÇÃ	2.100,00		500,00	500,00	3.100,00
BANANA> NANICA		1.249,00			1.249,00
BATATA> DOCE	4.100,00	1.899,00	600,00	600,00	7.199,00
BERINJELA> (CSC)	3.735,00	3.739,00	2.000,00	2.000,00	11.474,00
BETERRABA> (CSC)	2.500,00	2.669,00			5.169,00
BRÓCOLIS> (CSC)		2.625,00	500,00	500,00	3.625,00
CEBOLA> (CSC)			500,00	500,00	1.000,00
CENOURA> (CSC)	5.860,00	2.728,00	2.800,00	2.800,00	14.188,00
CHEIRO VERDE> (CSC)	1.004,00	1.221,00	3.998,00	998,00	7.221,00
CHICÓRIA> (CSC)			750,00	750,00	1.500,00
CHUCHU> (CSC)		3.259,00			3.259,00
COCO> VERDE	2.525,00	843,00	5.938,00	2.828,00	12.134,00
COUVE> (CSC)	1.700,00	5.818,00	2.910,00	2.910,00	13.338,00
COUVE-FLOR> (CSC)		3.624,00			3.624,00
ESCAROLA> (CSC)			500,00	500,00	1.000,00
FEIJÃO> COMUM			3.810,00		3.810,00
FEIJÃO> COMUM TIPO 1 E 2	4.642,00	1.114,00		3.810,00	9.566,00
GOIABA> VERMELHA		1.248,00	5.300,00	5.300,00	11.848,00
JILÓ> REDONDO	6.251,00	362,00	1.751,00	1.751,00	10.115,00
LARANJA> PERA		500,00			500,00
LIMÃO> TAITI	600,00	1.645,00			2.245,00
MAMÃO> FORMOSA	500,00	1.084,00			1.584,00
MANGA> HADEM		1.084,00			1.084,00
MARACUJÁ> AZEDO	600,00	316,00			916,00
MAXIXE> (CSC)	1.700,00	2.093,00	1.250,00	1.250,00	6.293,00
MELANCIA> (CSC)	3.450,00	3.008,00			6.458,00
MELÃO> AMARELO	1.000,00				1.000,00
MILHO> VERDE EM ESPIGA	6.800,00	4.178,00			10.978,00
PEPINO> COMUM	4.752,00	3.613,00	6.500,00	500,00	15.365,00
PIMENTA> VERDE AMERICANA	1.100,00		600,00	600,00	2.300,00
PIMENTÃO> VERDE		1.595,00			1.595,00
QUIABO> (CSC)	6.700,00	1.821,00	7.400,00	7.400,00	23.321,00
RABANETE> (CSC)	2.850,00	2.930,00	400,00	400,00	6.580,00
RAIZ DE MANDIOCA> (CSC)	7.550,00	8.977,00	25.566,00	15.366,00	57.459,00
REPOLHO> (CSC)	2.005,00	3.868,00	1.402,00	1.402,00	8.677,00
RÚCULA> (CSC)	3.150,00	869,00	3.598,00	598,00	8.215,00
TANGERINA> PONKAN	8.645,00	2.842,00			11.487,00
TOMATE> (CSC)	2.800,00	1.688,00			4.488,00
VAGEM> FEIJÃO CORADO	1.620,00				1.620,00
TOTAL	128.189,00	101.134,00	98.112,00	63.702,00	391.137,00

Fonte: Portal Transparência do PAA (2014). Organizado pelo autor.

De acordo com o Portal Transparência do PAA, as associações a que os produtores entrevistados estão ligados, conseguiram comercializar juntas, durante a execução do programa de 2012, um total de 391.137,00 kg de alimentos, resultando num montante de R\$ 465.300,00. Para uma melhor visualização, organizou-se os dados em duas tabelas (Tabela 19 e 20). Observa-se, assim como citado anteriormente, que o Assentamento Terra é Vida comercializou uma maior quantidade em quilos de olerícolas folhosas, mesmo apresentando uma variedade menor que a dos demais assentamentos. A maior variedade de hortaliças folhosas foi do Assentamento Olga Benário, seguida do Assentamento Eldorado dos Carajás e do Reassentamento Complexo Hortifrutigranjeiro.

Em relação às olerícolas de frutos tem-se que a maior quantidade produzida foi no Assentamento Terra é Vida, seguido do Olga Benário, que entregou uma maior variedade de produtos. A maior quantidade (em quilos) de produtos entregues durante a execução do projeto de 2012 do PAA é de alimentos desta categoria, de modo que o volume total foi de 122.604 quilos, com onze tipos de vegetais diferentes.

As raízes e os tubérculos correspondem à terceira categoria de alimentos mais comercializada pelas associações de produtores. Juntas somam 91.095 quilos de alimentos, sendo as principais fontes de carboidratos e energia para os beneficiários que recebem os alimentos.

A maior variedade (12) de frutas é observada no Assentamento Olga Benário, e a maior quantidade deste grupo de alimentos foi comercializada pelo Assentamento Terra é Vida. Segundo declarações dos representantes das entidades beneficiadas (colhidas nas entrevistas), as frutas foram destinadas mais frequentemente à creche e ao hospital.

Já os grãos correspondem à categoria menos comercializada pelos produtores, de modo que o total entregue pelas associações pesquisadas foi de cerca de 26 toneladas.

Tabela 19- Variedade de alimentos comercializados pelos (Re) Assentamentos.

GRUPOS DE PRODUTOS	NÚMERO DE PRODUTOS DIFERENTES			
	Assentamento Terra é Vida	Assentamento Olga Benário	Assentamento Eldorado dos Carajás	Complexo Hortifrutigranjeiro
Folhosas	6	11	10	10
Olerícolas de fruto	9	10	8	8
Raízes e tubérculos	4	4	5	5
Frutas	8	12	3	3
Grãos	3	2	1	1

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2014).
Organizado pelo autor.

Tabela 20- Quantidade de alimentos comercializados pelos (Re) Assentamentos

GRUPOS DE PRODUTOS	QUANTIDADE DE PRODUTOS (em kg)				
	Assentamento Terra é Vida	Assentamento Olga Benário	Assentamento Eldorado dos Carajás	Complexo Hortifrutigranjeiro	TOTAL
Folhosas	31.439	27.954	22.874	12.774	95.041
Olerícolas de fruto	41.408	32.548	29.824	18.824	122.604
Raízes e tubérculos	22.860	19.203	29.366	19.666	91.095
Frutas	19.420	16.137	11.738	8.628	55.923
Grãos	13.062	5.292	3.810	3.810	25.974
TOTAL	128.189	101.134	98.112	63.702	391.137

Fonte: Dados do portal transparência do PAA (2014).

Organizado pelo autor.

Os valores comercializados por cada associação estão descritos na Tabela 21. O maior projeto, em termos monetários, foi o do Assentamento Terra é Vida que comercializou R\$156.510,00, durante a execução do ano de 2012, o que representa 33,6% do montante total comercializado pelas quatro associações pesquisadas. Embora o Assentamento Eldorado dos Carajás tivesse inúmeras dificuldades e limitações em relação à produção dos alimentos entregues para o Programa, o mesmo conseguiu atingir o segundo maior montante em reais. Uma possível explicação para isso seria a escolha dos vegetais pelos agricultores, que selecionaram aqueles com maior valor comercial.

Tabela 21- Valores totais comercializados pelas associações em 2012.

ASSOCIAÇÕES DOS (RE) ASSENTAMENTOS	VALOR TOTAL (R\$)
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO TERRA É VIDA	156.510,00
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO	109.980,00
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO COMPLEXO HORTIFRUTIGRANJEIRO DE PEREIRA BARRETO	80.370,00
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJAS-ASPRAEC	118.440,00
TOTAL	465.300,00

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2014).

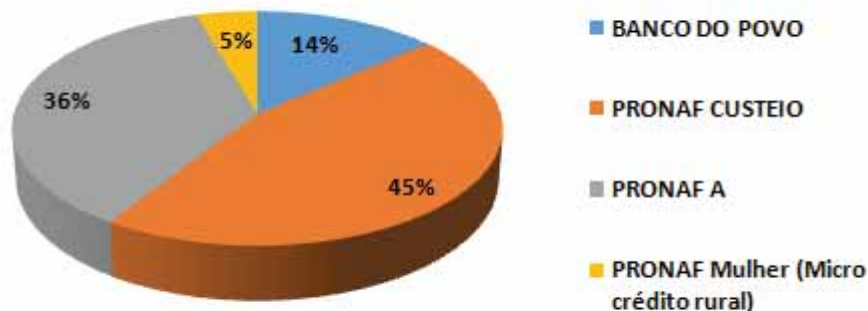
Organizado pelo autor.

4.8 CRÉDITO RURAL

Em relação ao crédito rural recebido pelos agricultores pesquisados, averiguou-se que 20 (52,6%) dos 38 produtores possuem algum tipo de crédito ativo. A Figura 8 ilustra as principais linhas de crédito adotadas e mostra que: 45% dos produtores acessaram o PRONAF Custeio; 36% acessaram o PRONAF A; 14% dos agricultores possuem empréstimos no Banco do Povo; e 5% declaram ter se beneficiado do microcrédito PRONAF Mulher.

Os demais agricultores entrevistados declararam como motivos para não terem créditos ativos, a não necessidade de acessar as linhas de créditos que os abrange como público alvo e, ainda, o receio de contraírem dívidas que não teriam condições pagar.

Figura 8- Linhas de crédito acessadas pelos agricultores entrevistados (financiamentos ativos)

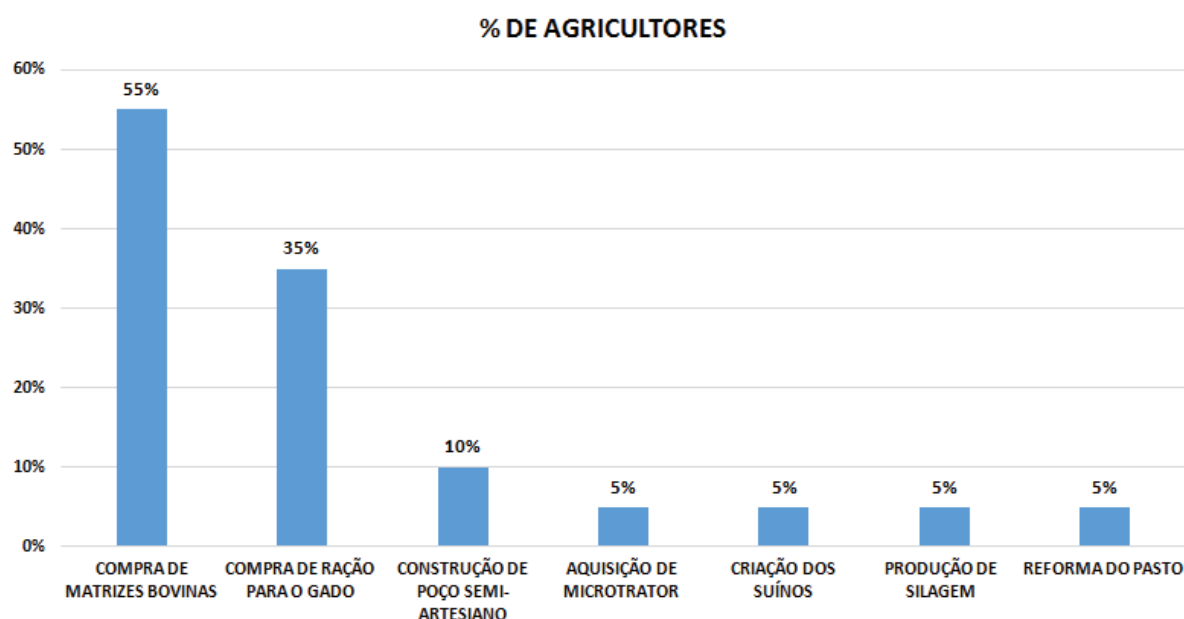


Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

No que diz respeito às aplicações dos recursos disponibilizados pelas linhas de crédito rural (Figura 9), obteve-se os seguintes resultados: 55% dos produtores investiram na aquisição de matrizes bovinas; 35% acessaram o crédito no intuito de comprar ração para o gado nos períodos de estiagem e como forma de complementação alimentar das vacas leiteiras; 10% dos agricultores investiram na perfuração de poços semi-artesianos; 5% direcionaram os recursos para a criação de suínos; 5% alocou-os na reforma da pastagem e 5% dos produtores adquiriram microtratores para o trabalho na horta.

Silva (2012) salientou que, nesta Microrregião, pode-se observar que entre os produtores assentados existe uma tradição de aplicar invariavelmente os recursos advindos do PRONAF A na compra de matrizes bovinas. Tanto é que tais agricultores normalmente se referem a esta linha de crédito como o “Pronaf do gado”. Nesta pesquisa, o mesmo fato ocorreu, pois quando os agricultores foram indagados sobre algum financiamento ativo no banco, eles perguntaram: “*você quer sabe o Pronaf das vacas?*”.

Figura 9- Finalidades do Crédito Rural contratado pelos produtores pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

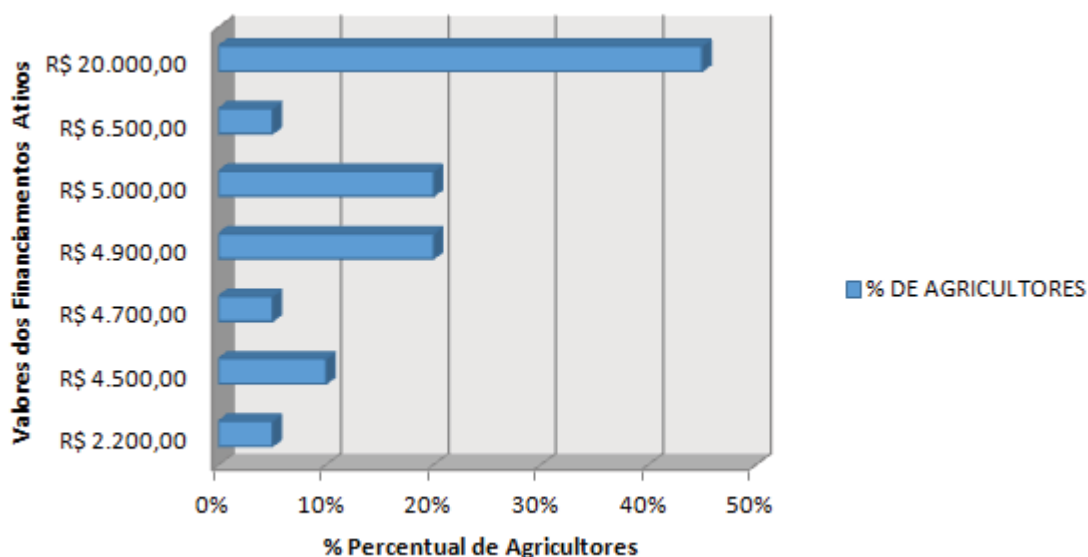
Os valores financiados pelos produtores são apresentados na Figura 10. Os dados mostram que 45% dos produtores tomaram crédito no valor de R\$20.000,00 com o intuito de adquirir matrizes bovinas (PRONAF A). Apenas uma das entrevistadas relatou ter usado o dinheiro para adquirir um trator usado. Segundo afirmou na entrevista, ela já detinha algumas matrizes e destinou esse dinheiro para a compra de maquinário agrícola a fim de obter autonomia das atividades no lote.

Outros dados obtidos demonstram que 40% dos produtores que financiaram entre R\$4.900,00 e R\$5.000; 5% relataram ter financiado R\$ 4.700,00; 10% declararam ter financiado R\$ 4.500,00 e 5% ter financiado apenas R\$ 2.200,00.

Ao proceder à análise dos resultados quanto à questão do crédito rural, observa-se que geralmente os agricultores recorrem à linha do PRONAF A para a aquisição de matrizes bovinas, como já mencionado. A linha de financiamento PRONAF Custeio é destinada, na

maioria dos casos, para a compra de ração para o gado; enquanto que os financiamentos realizados no Banco do Povo são direcionados, em grande parte, à perfuração dos poços semiartesianos; e os recursos do PRONAF Mulher à melhoria das criações dos suínos.

Figura 10- Valores (em R\$) dos financiamentos ativos dos agricultores pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Tendo em vista a ligação do crédito rural com o PAA, pode-se observar que nenhum dos agricultores investiu os recursos diretamente na melhoria da produção dos alimentos que são entregues ao PAA. Os recursos foram destinados, em sua maioria, para a evolução da pecuária leiteira e para a infraestrutura do lote. Apesar disso, verifica-se que os recursos alocados na perfuração de poços semiartesianos e na compra do microtrator beneficiam indiretamente a produção destinada ao PAA, pois tais investimentos possibilitam uma maior disponibilidade de água para os cultivos e proporcionam facilidade no preparo dos canteiros das hortas. É possível que os próximos financiamentos tenham um perfil diferente, mais ajustado às necessidades desta nova atividade presente nos lotes.

4.9 RENDAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS

*Não tenho sabença, pois nunca estudei
Apenas eu sei o meu nome assiná
Meu pai, coitadinho! Vivia sem cobre
E o fio do pobre não pode estudá.
(Patativa do Assaré, **O Poeta da Roça**)*

Nesta seção, serão discutidos os dados referentes às rendas não agrícolas e agrícolas. Dos dados levantados, 50% dos agricultores declararam ter alguma renda não agrícola, e os outros 50% dependem unicamente da renda produzida pelas atividades agropecuárias dos lotes pesquisados. As fontes de renda não agrícolas citadas pelos agricultores entrevistados foram: aposentadorias, outros benefícios previdenciários e empregos formais (os assentados que trabalham fora geralmente estão empregados nas Usinas Sucroalcooleiras circunvizinhas e em uma fazenda produtora de grama para jardinagem).

A Tabela 22 contém os dados que ilustram a disposição das rendas. Os percentuais foram calculados levando em conta somente as famílias que detinham renda não agrícola. Das 11 (58%) famílias que recebem aposentadoria, duas possuem dois membros aposentados e uma família apresenta três aposentados; enquanto as demais (8) recebem apenas uma aposentadoria. O número total de pessoas aposentadas vivendo nos lotes dos produtores pesquisados é de 15 pessoas. Além destas famílias com aposentados, existem outras três que recebem algum benefício previdenciário. Por outro lado, das 38 famílias que compõe este estudo, cinco possuem emprego fixo não agrícola; e há um total de sete pessoas que exercem atividades remuneradas fora do assentamento. Ademais, observa-se que em dois lotes duas pessoas trabalham fora do assentamento.

Tabela 22- Relação de rendas não agrícolas dos agricultores pesquisados.

Tipos de renda não agrícola	Nº de Famílias	% de Famílias
Aposentadorias	11	58
Benefícios Previdenciários	3	16
Empregos formais	5	26

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Delgado e Cardoso Júnior (2000), salientam que as diferenças entre rendas domiciliares ressaltam a relevância da previdência social para o setor rural brasileiro, principalmente, no tocante à redução da pobreza. Entretanto, não se deve deixar de mencionar outros aspectos, como os efeitos da previdência social na melhoria da qualidade de vida dos

agricultores beneficiados, contribuindo também para sua permanência no campo e, alguns casos, para viabilizar a reprodução social da agricultura familiar.

Para uma melhor compreensão de como se distribuiu a renda proveniente das aposentarias, dos benefícios previdenciários e dos empregos formais não agrícolas dessas 19 famílias, organizou-se a Tabela 23 que contém informações sobre as faixas de renda (expressas em salários mínimos) que cada família recebe mensalmente, proveniente de fonte não agrícola. O exame dos dados mostra que 58% destas famílias recebem mensalmente 1,0 salário mínimo; 16% recebe 1,5 salário mínimo; 11% recebe 2,0 salários mínimos; e 16% recebe 3,0 salários mínimos.

Tabela 23- Distribuição das famílias pesquisadas em função do valor da renda não agrícola.

Renda não agrícola por lote (em salários mínimos)	Nº de Famílias	% Famílias
1,0	11	58%
1,5	3	16%
2,0	2	11%
3,0	3	16%

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Carvalho (2013) verificou que 64,3% dos agricultores entrevistados da Microrregião de Andradina – que é foco desta pesquisa – recebem algum tipo de benefício, seja aposentadoria rural ou urbana, auxílio doença, auxílio maternidade, ainda que por um período curto. Além disso, há pensões e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo. A autora aponta que esse tipo de renda, previdenciária ou assistencial, é a garantia destes agricultores obterem uma entrada monetária regular que é revertido, em períodos mais difíceis da produção, para a saúde e/ou para situações adversas que necessitam de um aporte extra de recursos.

No tocante às rendas agropecuárias obtidas pelos agricultores entrevistados, observou-se que as principais são: o leite e os alimentos comercializados via PAA. Apenas três agricultores comercializam a produção vegetal em outros canais que não seja o institucional. Os produtores que responderam quanto recebem em média por mês pela produção leiteira somam-se 14. A partir desses dados foi composta a Tabela 24, na qual verifica-se que: a maior parcela dos agricultores recebe em média de R\$ 500,00 a R\$ 650,00 por mês (29% dos produtores); a segunda maior parcela recebe R\$ 701,00 a R\$ 850,00 mensalmente (21% dos produtores). Além disso verifica-se que duas faixas de renda são obtidas por 14% dos

produtores, sendo elas de R\$ 651,00 a R\$ 700,00 e R\$ 901,00 a R\$ 1050,00. Apenas 7% dos pesquisados conseguem atingir o teto de R\$1.500,00 por mês com a comercialização do leite.

Tabela 24- Faixas de renda obtida pelos agricultores com a comercialização do leite.

Renda obtida com a comercialização do leite (R\$)	Número de Agricultores	% de Agricultores
500 a 650	4	29%
651 - 700	2	14%
701 - 850	3	21%
851 - 900	1	7%
901 - 1050	2	14%
1051 - 1100	1	7%

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Dentre os entrevistados, apenas três não conseguiram atingir a cota anual de entrega de alimentos do PAA. Um deles conseguiu entregar apenas R\$ 800,00 em alimentos, outro R\$ 1.200,00 e o último conseguiu atingir apenas R\$1.500,00. Os demais atingiram a cota completa que durante o projeto, em 2012, era de R\$ 4.500,00 por ano.

Os três agricultores que comercializam em outros canais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, supermercado local e vendas esporádicas nas ruas da cidade), relataram obter mensalmente uma renda de R\$4.000,00; R\$3.000,00 e R\$800,00. Os dois primeiros valores referem-se a agricultores que residem no Complexo Hortifrutigranjeiro, e em suas trajetórias verifica-se que já eram olericultores profissionais, que assumiram o objetivo de comercializar com o PAA para escoar a produção excedente dos seus cultivos. O agricultor que recebe o valor de R\$800,00, reside no Assentamento Terra é Vida e também participa do PNAE, além de comercializar, esporadicamente, nas ruas da cidade.

5 O PAA E OS AGRICULTORES FAMILIARES DE PEREIRA BARRETO – SP.

*“O tempo passa e a luta não termina,
a chuva fina continua com seu véu.
Igual a eu, outro roceiro agradece
Deus nas alturas, e os milagres do céu.”*
(Pena Branca e Xavantino, **Oração do Camponês**)

Nesta seção tratar-se-á dos efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos na vida dos produtores, do impacto que o Programa desencadeou na produção agropecuária e, por fim, dos objetivos alcançados.

5.1 ÉPOCA DE INÍCIO E MOTIVAÇÃO DOS AGRICULTORES PARA PARTICIPAREM DO PAA

No que diz respeito à participação dos agricultores ao PAA, tem-se que: 21% dos produtores participaram desde o primeiro projeto que foi instituído no município; 21% aderiu ao Programa no segundo projeto no decorrer do ano de 2009; 13% aderiu no decorrer de 2010; e 13% durante o ano de 2011. Já em 2012, tem-se que 32% dos agricultores entrevistados começaram a entregar os alimentos – agricultores estes residentes no Assentamento Eldorado dos Carajás.

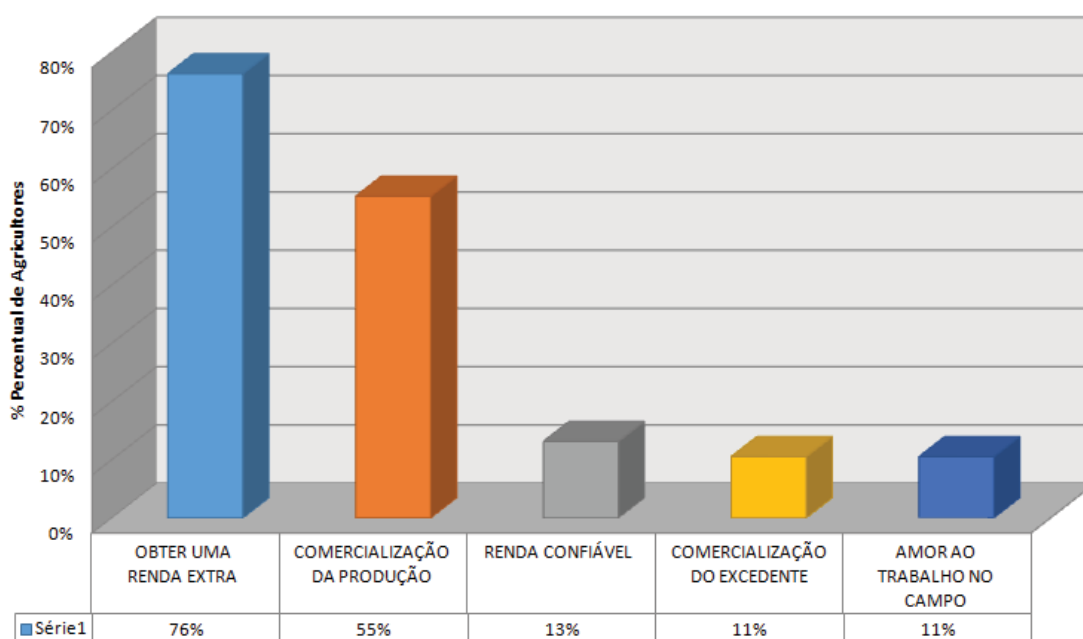
A inclusão dos produtores aos projetos das associações se deu por vários meios. A pesquisa apurou que a principal forma foi a divulgação de informações para os agricultores nas reuniões das associações as quais estavam ligados (47% dos entrevistados). A segunda forma se deu através do trabalho de divulgação dos responsáveis técnicos da Casa da Agricultura de Pereira Barreto (39% dos entrevistados). Os presidentes das associações também incentivaram a adesão dos agricultores, uma vez que 18% afirmaram que passaram a participar do PAA após o convite dos presidentes das associações. Outros 11% dos agricultores declaram que aderiram ao PAA após reuniões informativas com os responsáveis técnicos do INCRA (representado pela COATER na região), nesse caso, profissionais que prestam assistência técnica e extensão rural e que visitam regularmente os lotes entrevistados. Por fim, 8% dos agricultores entrevistados mencionaram que decidiram participar do Programa pelo incentivo e pelas informações que os vizinhos dos lotes lhes passaram. Apenas 3% dos agricultores disseram ter procurado o presidente da associação para tentar participar e conseguido somente após muita insistência integrar o programa. Salienta-se aqui que os

agricultores entrevistados citaram mais de uma resposta quando indagados sobre o modo como aderiram ao PAA.

A motivação que fez os agricultores entrevistados participarem do Programa também foi averiguada pela pesquisa. Alguns agricultores mencionaram mais de uma motivação, de modo que, para melhor compreensão, organizou-se os dados na Figura 11. Os motivos mais citados pelos agricultores foram: a obtenção de uma renda extra (76%) e a possibilidade de comercializar a produção (55%); uma vez que muito produtores não conseguiam realizar a comercialização direta ao consumidor, tampouco para o varejo, devido à distância entre os lotes e a cidade. Os Assentamentos Olga Benário e Eldorado dos Carajás estão mais distantes do núcleo urbano do município em que estão localizados, o que dificulta a comercialização das hortaliças produzidas.

Além disso, o fato da compra ser institucional, ou seja, o fato de haver segurança de pagamento pela produção agrícola foi a motivação manifestada por 13% dos agricultores. Outros 11% declararam que o Programa é uma forma de comercializar a produção excedente, tanto do autoconsumo quanto da produção que é comercializada por outros canais. Por fim, 11% dos entrevistados mencionaram que sua principal motivação para participarem do Programa é o amor ao trabalho do campo.

Figura 11- Motivos que levaram os agricultores pesquisados a aderirem ao PAA.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

5.2 MUDANÇAS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS APÓS ADEÇÃO AO PAA

As atividades agropecuárias, após a adesão dos produtores ao PAA, também sofreram alterações. Assim, apuraram-se quais foram as principais mudanças que os agricultores observaram em seus lotes, questão que recebeu mais de uma resposta por parte dos agricultores. Agrupando-se as respostas, tem-se que as principais mudanças foram: o aumento do número de culturas (42%) e das áreas plantadas (8%). Os produtores também reportaram outras mudanças como, por exemplo: *inserção da horticultura no lote; maior estímulo para o trabalho no campo; planejamento da produção; policultivo; aumento do cultivo da mandioca; aumento na produtividade; aumento o número de bovinos, compra de algumas bezerras com o dinheiro que recebeu do PAA; comercialização da produção; compra de medicamentos para os bovinos; diminuição das perdas de produção; inserção da fruticultura no lote; maior investimento no lote; maior organização no lote; mais trabalho, mais dificuldades; não cultiva outras culturas além da mandioca; passou a comercializar a produção que antes era unicamente para o autoconsumo*. Cada uma dessas afirmações foi citada por apenas um agricultor.

A ampliação dos cultivos nos lotes foi apontada por 23 dos 38 agricultores entrevistados (60,5%). Os agricultores passaram a plantar em média sete tipos de vegetais que não tinham costume. O aumento do número de culturas mais citado foi o de seis e oito culturas (ambos com cinco citações); dois produtores relataram acrescentar 10 tipos diferentes de culturas no lote; e um relatou que passou a cultivar 15 tipos de alimentos diferentes – o que não fazia antes –, e declarou que, se o Programa não continuar, irá somente diminuir as áreas e manter o cultivo, uma vez que não precisa mais adquirir esses produtos nos supermercados. Esse fato evidencia que a produção também é destinada ao autoconsumo e este é considerado importante.

Marioto (2013) aponta que após a inclusão dos agricultores familiares ao Programa pode-se notar que nas propriedades e lotes rurais entrevistados houve um aumento significativo na diversificação produtiva. O autor salienta que este fato é algo muito positivo, embora, a diversificação produtiva em áreas pequenas de produção agropecuária não é algo novo, o elemento que o autor destaca não é a questão ligada ao policultivo, mas sim a ação governamental para que os agricultores viabilizem e ampliem essa prática.

Em relação às mudanças tecnológicas adotadas no cultivo, apenas sete agricultores relataram ter implementado algo novo nos tratamentos culturais das hortaliças e dos demais vegetais, sendo que a mudança mais notada pelos agricultores foi um maior uso de defensivos

agrícolas (citado por três agricultores). Dois deles adquiriram microtratores para auxiliar para a lida com a horta e demais afazeres dos lotes. Outras mudanças que foram citadas apenas uma vez são: *a realização de um projeto de irrigação; aquisição de mudas; cultivo do repolho*. Segundo uma entrevistada, os tratos do repolho são diferentes daqueles que já tinha costume, logo foi preciso adquirir equipamentos de irrigação e mudar o sistema de irrigação de aspersor para microaspersor. O motivo da mudança foi promover maior economia de água.

5.3 DIFICULDADES DE PARTICIPAÇÃO NO PAA

As dificuldades encontradas pelos produtores, no que diz respeito à comercialização dos alimentos para o PAA, também foram averiguadas. Cada agricultor mencionou mais de um motivo, de modo que se pode salientar que a principal dificuldade é o transporte dos alimentos (34% dos entrevistados). Este serviço de transporte dos alimentos dos lotes à cidade, para posterior distribuição às entidades beneficentes, é realizado pela prefeitura de Pereira Barreto. O entrave é que, caso haja algum imprevisto, como, por exemplo, caso o caminhão quebre, ou ainda, caso chova durante o período da manhã ou da noite, não é possível o veículo deslocar-se aos assentamentos e recolher os alimentos, pelo risco de atolamento na estrada. As declarações de alguns produtores evidenciam o quanto o problema é corriqueiro e também problemas de qualidade do transporte: *“o caminhão muitas vezes atola e perde a viagem”*; *“só com o meio de transporte, nosso assentamento é muito longe e o caminhão só vem uma vez por semana”*; *“a dificuldade é o transporte, devido à falta de cuidado, os alimentos chegam muitas vezes danificados”*. Como não são avisados com antecedência, os agricultores narraram que, inúmeras vezes, perderam alimentos já limpos, pesados e acondicionados para entrega.

O segundo maior entrave na comercialização dos alimentos narrado pelos agricultores é o atraso do pagamento pelos produtos entregues (11% dos entrevistados). O comentário de uma das entrevistadas demonstra o fato (embora ressalte também a importância receber): *“Algumas vezes o pagamento chega atrasar até três meses ou mais, mas o mais importante é que ele vem”*.

Outro problema é a limitação da cota, mencionado por 8% dos entrevistados. Os agricultores que conseguem manter a produção durante todo o período do projeto apontaram o baixo valor da cota anual (em 2012 era de R\$4.500,00) como séria dificuldade, já que apresentavam condições de manter a produção, porém não conseguem comercializar em outros meios. Já outros 8% apontaram que a limitação de mão de obra é a maior dificuldade

enfrentada no lote. Um olhar mais atento para os dados permite verificar que esses agricultores desenvolvem as atividades com apenas o auxílio eventual dos cônjuges.

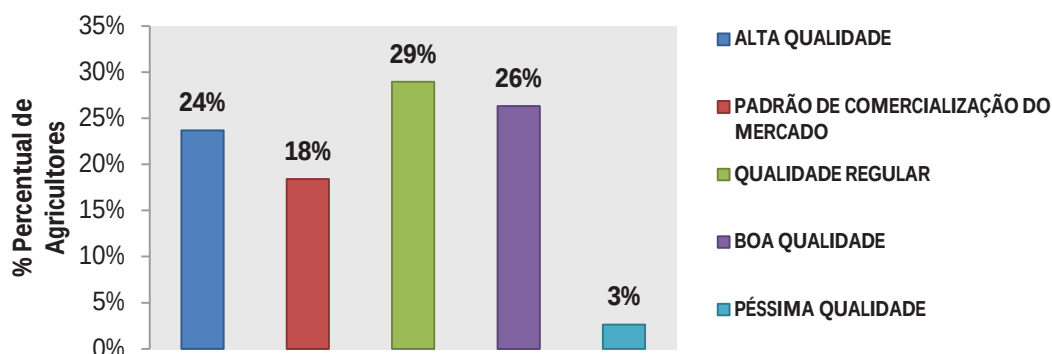
Não menos importante e citado por alguns agricultores familiares pesquisados foi o problema da falta de água (8%). Eles se queixam que os poços cacimba não proporcionam a quantidade de água necessária para a limpeza e irrigação dos alimentos cultivados, o que desencadeia também em dificuldade de manutenção da qualidade das verduras folhosas (3% dos agricultores).

5.4 AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES QUANTO À QUALIDADE DOS PRODUTOS QUE ENTREGAM AO PAA

Quanto à percepção dos produtores sobre a qualidade dos alimentos encaminhados ao PAA, tem-se os dados apresentados na Figura 12, que ilustram a seguinte situação: 29% dos produtores declararam que seus produtos possuem “qualidade regular”; 26% afirmaram que são de “qualidade boa”. Um dos agricultores pesquisados faz a seguinte menção: *“tem muito que melhorar ainda, por mais que eu ache que meus produtos são de boa qualidade”*, pois tem consciência de que não tem conseguido produzir conforme os padrões do mercado.

Outros 24% afirmaram que a mercadoria encaminhada ao Programa é de “alta qualidade”. Em seguida, 18% dos produtores declararam que seus produtos têm qualidade semelhante a aqueles que são encontrados nos supermercados e no varejo em geral. Por fim, 3% classificaram seus próprios produtos como “péssimos”. Um destes produtores faz a seguinte observação: *“a gente tem falta de estrutura, faltam muitas coisas, como a falta de água e insumos fazem como que os produtos não fiquem com o padrão de mercado desejado pela Conab”*.

Figura 12- Avaliação da qualidade dos seus produtos, feita pelos agricultores pesquisados.

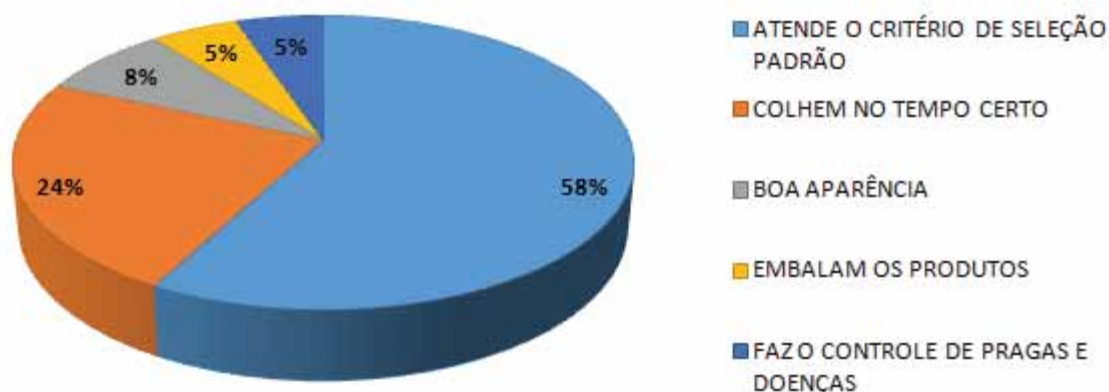


Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Averiguou-se junto aos produtores se os alimentos destinados para o Programa estão de acordo com o padrão exigido por outros grupos de consumidores. Para essa questão, a grande maioria afirmou que sim (76%). Elencaram diversos motivos que fazem com que a produção esteja apta a competir com aqueles oferecidos por outros canais de comercialização (Figura 13).

De certa forma, tal indagação apurou quais são os cuidados que os agricultores mantêm com os alimentos produzidos para que tenham o padrão exigido por outros mercados consumidores. Dentre estes, 58% afirmaram que seus produtos atendem ao critério de seleção padrão e alguns comentaram como chegaram a esta conclusão: *“porque se mandar produtos com baixa qualidade eles voltam”*; *“devido à fiscalização que é feita na entrega dos produtos”* e *“o padrão é o do supermercado”*. Outro cuidado, citado por 24% dos agricultores, aparece quando argumentam que colhem os alimentos no momento certo: *“faço a colheita no ponto correto, com tamanho e cor igual ao do mercado”*. Já 8% citaram que os alimentos possuem boa aparência: *“os produtos têm boa aparência sim”*, *“porque entregava os mesmos produtos no principal mercado da cidade”*. Outros 5% relataram que mandam os alimentos todos embalados e limpos, enquanto também 5% mencionaram que, por fazerem o controle de pragas e doenças corretamente, seus produtos possuem qualidade compatível àquela encontrada nos supermercados e quitandas da cidade.

Figura 13- Cuidados que os agricultores pesquisados dispõem para entrega dos alimentos.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Os agricultores que afirmaram que os alimentos destinados ao programa não estão de acordo com o padrão de outros mercados consumidores, somam 24% dos entrevistados. Os motivos não foram apresentados pelos agricultores, que somente relataram a não conformidade ao padrão. Apenas dois apresentaram as seguintes justificativas: “*devido à falta de insumos e ataque dos animais*”; “*porque não uso venenos, os produtos têm uma aparência não muito atrativa, mas o sabor é melhor*”. Um dos agricultores narrou, ainda, o problema da falta de água: “*sem água a gente não consegue manter um padrão de qualidade que dê pra comparar com o do mercado*”.

5.5 USO DE AGROTÓXICOS

Quanto aos cuidados com os produtos químicos usados nos cultivos destinados ao PAA, buscou-se averiguar se há ou não cautela por parte dos agricultores que usam agroquímicos para o manejo de pragas e doenças. Verificou-se também se os agricultores certificam-se de qual dose devem usar e como devem preparar as caldas aplicadas nas hortaliças e demais culturas.

Cabe ressaltar que apenas 15,8% dos agricultores afirmaram não usar nenhum tipo de agrotóxico no manejo das culturas.

Entre os produtores que aplicam agroquímicos, alguns mencionaram mais de uma resposta. Desses, 26% declararam respeitar o prazo descrito no rótulo dos produtos.

Constatou-se que 5% afirmaram usar produtos químicos apenas no cultivo do feijão caupi, já nas demais culturas não aplicam nada. No trato das hortaliças folhosas e nas olerícolas de frutos, 42% dos entrevistados narraram esperar o prazo de sete dias. Há agricultores que esperam 3 dias (3%), 4 dias (3%) e 8 dias (5%) após as aplicações de agrotóxicos para fazer as colheitas. De modo geral, os agricultores adotam prazos fixos entre a aplicação dos produtos e a colheita, aparentemente sem diferenciar o produto utilizado.

Tabela 25- Período de carência respeitado pelos agricultores entrevistados.

Período de carência	% Agricultores
7 dias	42%
Respeita o prazo de carência descrito na embalagem	26%
Só usa produtos químicos no feijão	5%
8 dias	5%
15 dias	3%
20 dias	3%
3 dias	3%
4 dias	3%

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Alguns produtores (6%), no entanto, manifestaram grande preocupação quanto aos resíduos químicos que podem permanecer após a aplicação dos agrotóxicos, por isso, afirmaram usá-los somente durante o plantio e/ou no transplante das mudas.

Os agricultores que se valem de produtos químicos (32 – 84,2%) para o manejo de pragas e doenças afirmaram que a dosagem aplicada e utilizada nas caldas segue as indicações da bula dos produtos (97% dos produtores); mas, ao mesmo tempo, 25% declararam que têm dúvidas quando realizam a compra dos produtos químicos, e outros 6% buscam informações junto aos responsáveis técnicos do INCRA/COATER que lhe prestam assessoria e extensão rural em seus lotes. Novamente aqui os agricultores entrevistados deram mais de uma resposta e com aspectos contraditórios.

5.6 EXPANSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO PÓS-ADESÃO DOS AGRICULTORES AO PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos tem como um dos seus objetivos, estimular os agricultores familiares a expandir sua rede de comercialização, para tanto é preciso que os

participantes se organizem, se capacitem, planejem, aprimorem seus cultivos, para que possam se inserir em outros canais de comercialização além do institucional das compras do governo. A presente pesquisa investigou se os produtores entrevistados conseguiram conquistar esse objetivo do programa.

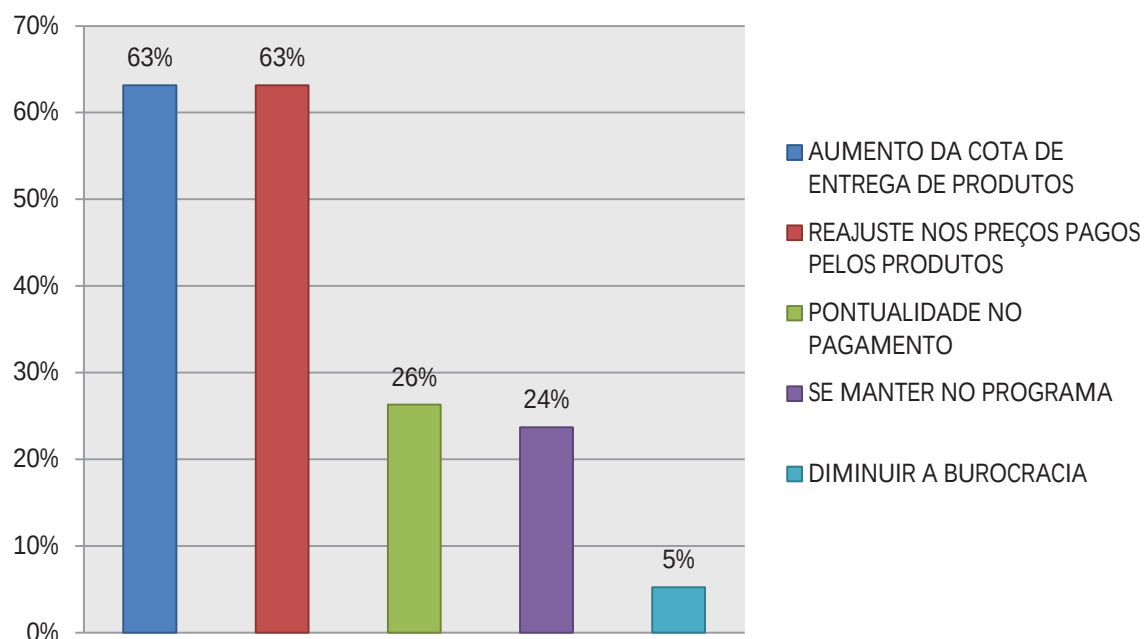
Entre todos os agricultores entrevistados apenas 7,9% passaram a comercializar sua produção em outros canais além do PAA, segundo os produtores esses canais são: cooperativa de Mirandópolis; PNAE; venda na rua; os consumidores que passam pelo seu lote; e um produtor mencionou que sempre comercializou em vários canais e que o PAA surgiu recentemente no caso dele.

Durante a aplicação dos questionários, muitos agricultores relataram que o PAA foi uma esperança no que diz respeito à comercialização de outros produtos que não fosse o leite, a maior dificuldade destes agricultores é a distância dos Assentamentos até a cidade, se queixam de que em função do gasto que teriam em levar os alimentos produzidos até a cidade para uma possível comercialização e da quantidade de produtos que conseguem produzir, não compensa, por isso só se mantêm comercializando com o PAA (portanto, se o transporte da Prefeitura for interrompido por algum motivo, a maioria dos produtores provavelmente não conseguiria continuar participando do PAA).

5.7 PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO AO PAA

Sobre as perspectivas em relação ao Programa, os produtores de modo geral demonstraram grande satisfação em participar dessa política pública. Por maiores que sejam as dificuldades encontradas para se manter, estes demonstraram ter vivo interesse na continuidade e melhoria do PAA, citando mais de uma perspectiva quando indagados sobre o assunto. Entre as principais respostas tem-se que: 63% dos entrevistados esperam que haja um *“aumento na cota de entrega dos produtos”*; 63% reivindicam que é necessário um *“reajuste nos preços pagos pelos produtos”*; 26% dos agricultores esperam que o pagamento pelos alimentos entregues seja mais pontual e que não atrasem tanto como é de costume; 24% declararam esperar *“se manter no Programa”*, ou seja, conseguir manter a produção por mais adversas que sejam as condições para tocar os cultivos – limitações tanto no sentido da falta de recursos para aprimorar os cultivos, como nas adversidades climáticas que acometem o campo, especialmente a escassez dos recursos hídricos que os impede muitas vezes de manter a produção com qualidade e volume desejados. Por fim, 5% dos agricultores esperam que diminua a burocracia na execução do Programa (Figura 14).

Figura 14- Perspectivas dos agricultores pesquisados em relação ao PAA.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

É importante ressaltar outras perspectivas citadas por alguns agricultores. Dentre elas, destaca-se a questão do valor cobrado pelo presidente da associação que realiza a prestação de contas do Programa. Isso porque alguns agricultores mencionaram o fato durante a aplicação dos questionários, entretanto, apenas um declarou a situação como perspectiva para o Programa: “*abaixar os descontos (7% do valor total das vendas para o PAA é destinado ao prestador de contas da associação)*”. Em suma, alguns dos agricultores acham que o abatimento realizado pelo prestador de contas é excessivo.

Outro fato a ser destacado é o amor que alguns agricultores devotam ao Programa, principalmente, as agricultoras pesquisadas. Uma delas relata quando indagada sobre as perspectivas que tem para o Programa: “*Amo o programa, acho o PAA uma benção de Deus, poder trabalhar na horta é um prazer que não tem preço*”. Já outra o qualifica como o melhor Programa para os assentamentos: “*é o melhor projeto que se tem no assentamento*”. Outras ainda o mencionaram durante a aplicação do questionário, acentuando sua satisfação de plantar os alimentos que serão destinados às famílias carentes, às crianças da creche e da APAE, e aos demais beneficiados do Programa; também ressaltaram o fato de que esses produtos alimentam a própria família. As mulheres agricultoras narraram que, após adesão ao Programa, diversificaram de forma significativa as refeições de suas famílias, o que é

evidenciado na seguinte declaração: *“antes a gente só plantava abóbora, agora não, a gente planta de tudo e tudo que a gente planta a gente come”*.

Alguns agricultores acreditam que o Programa além de gerar renda, fortalece a associação, o que pode ser observado nas falas dos entrevistados: (o PAA permitiu o) *“apoio para a aquisição de um trator e caminhão para a cooperativa”*; *“fortalecimento através dos projetos”* (citou a possível criação de uma cozinha comunitária).

A associação do Assentamento Olga Benário conseguiu por meio do Programa Microbacias II, do Governo Estadual, um veículo utilitário e caixas plásticas para o armazenamento dos alimentos. Essas conquistas só aconteceram depois que os agricultores começaram a participar do PAA, fato que motivou os agricultores desse assentamento a melhorar os cultivos para poderem permanecer no Programa e galgarem novos canais de comercialização. Tais observações foram feitas durante a execução dos questionários.

Os agricultores que detém melhor traquejo na produção dos alimentos declararam, durante a aplicação dos questionários, que esperam que futuramente possam entregar os alimentos em mais dias da semana. Atualmente, o caminhão passa no assentamento apenas uma vez por semana para retirada e posterior distribuição. A expectativa pela melhoria no transporte dos alimentos é ilustrada pelas respostas: *“aumento dos dias de entrega de alimentos”*; *“que melhore o transporte dos alimentos”* e *“que haja um caminhão para vir buscar os alimentos e que ele não falte”*. Essas declarações foram feitas por três agricultores diferentes. Entretanto, vários deles também fizeram observações semelhantes no decorrer da aplicação do questionário.

5.8 MUDANÇAS NA VIDA DA FAMÍLIA APÓS PARTICIPAÇÃO NO PAA

Quanto às mudanças que as famílias tiveram após a inserção no Programa, levantaram-se os principais aspectos declarados pelos agricultores (apresentadas na Tabela 22). De acordo com os dados obtidos, 29 dos 38 entrevistados perceberam alterações em suas vidas depois que integraram o Programa. Cada um desses produtores mencionou, inclusive, mais de uma mudança.

A principal mudança apontada pelos produtores foi o aumento na renda familiar (42%). Essa mudança desencadeia de certa forma outras que também foram declaradas pelos agricultores, tais como a *“renda extra (para) a manutenção da casa”* (8%) e a *“manutenção do lote”* (5%).

O “aumento na variedade de alimentos para o consumo” foi citado por 16% dos pesquisados. Durante as visitas aos lotes, vários agricultores declararam que, após a adesão ao Programa, parte da renda obtida também foi aplicada nos gastos com outros produtos alimentícios em supermercados e outros tipos de comércio, o que é explicitado nesta fala: *“depois que a gente entrou no PAA, a gente pode comprar mais alimentos para a família”*. Além disso, observou-se que os agricultores passaram a cultivar uma variedade maior de espécies vegetais, possibilitando dessa forma um autoconsumo de alimentos mais diverso às famílias participantes.

Dentre os agricultores pesquisados 21% reportaram que houve uma melhora significativa da qualidade de vida da família, os produtores também declararam que estão mais motivados para o trabalho no campo (24%), sendo que um dos entrevistados salientou que depois que a associação do assentamento aderiu ao Programa, grande parte dos produtores se mostrou mais motivado para a lida no campo: *“houve um incentivo para todos trabalharem com a terra”*.

Tabela 26- Mudanças na vida da família após a participação do PAA, segundo percepção dos agricultores pesquisados.

Mudanças na vida das famílias	Nº de agricultores	% de Agricultores
Aumento na renda	16	42%
Mais motivação para o trabalho na terra	9	24%
Melhoria na qualidade de vida	8	21%
Aumento na variedade de alimentos para o consumo	6	16%
Renda extra para a manutenção da casa	3	8%
Ampliou a rede de amigos do assentamento	2	5%
Manutenção de lote	2	5%
Ter como comercializar a produção	2	5%

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Embora mencionado por apenas 5% dos pesquisados, é significativo que alguns produtores tenham citado que após a participação a rede de amigos no assentamento aumentou (por se tratar de uma pergunta aberta nem todos que consideraram que este fato aconteceu, pode ter lembrado de citar). Sobre essa mudança, uma entrevistada comentou que passou haver um convívio maior com os demais agricultores, o que fez com que ela aprimorasse os cultivos e aprendesse técnicas sobre algumas espécies vegetais que até então desconhecia.

Outros 5% dos produtores responderam que a mudança observada em suas vidas foi a possibilidade de comercializar a produção vegetal do lote. A integração ao Programa fez com que muitas famílias – que não tinham o hábito do cultivo de hortaliças folhosas e nem de outros alimentos – fossem inseridas nessas práticas agrícolas. Durante a aplicação dos questionários, muitos agricultores declararam que antes não cultivavam nada além da mandioca e abóbora, produtos que eram destinados tanto para a alimentação familiar quanto para a complementação da alimentação animal.

5.9 APLICAÇÃO DA RENDA OBTIDA NO PAA EM BENFEITORIAS NOS LOTES PESQUISADOS

Foi investigado também se os agricultores familiares entrevistados empregam parte dos rendimentos oriundos do PAA na manutenção e/ou estruturação dos lotes em que vivem. Verificou-se que 95% dos produtores reverterem seus ganhos nos lotes, sendo que, em alguns casos, constatou-se mais de um tipo de utilização.

A principal aplicação narrada pelos agricultores foi a aquisição de insumos em geral, tais como sementes e agrotóxicos (39%). Além disso, para desenvolver os cultivos e ampliá-los, é preciso aplicar capital na construção da horta. Um dos presidentes das associações reportou que, no início do Programa, era possível adiantar alguns pagamentos para que os agricultores conseguissem ter condições para adquirir sementes, agroquímicos e ferramentas (enxadas, enxadões, pás, regadores, etc.).

Tabela 27- Investimentos realizados pelos agricultores com a renda do PAA.

Investimentos nos lotes	Nº de Agricultores	% de Agricultores
Insumos em geral	12	32%
Tela para cercado	12	32%
Manutenção de cercas (arames e lascas)	8	21%
Aquisição de bovinos (bezerros (as), vacas leiteiras)	5	13%
Equipamento de irrigação	5	13%
Preparo do solo	3	8%
Adquiriu bomba para o poço	3	8%
Comprou mangueiras	3	8%
Manutenção do lote	3	8%
Mudas de frutíferas	2	5%
Equipamento de pulverização costal	2	5%
Ferramentas de trabalho (enxada, enxadão, rastelo, regador)	2	5%

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013).

A manutenção e o reparo das cercas foram citados por 32% dos agricultores entrevistados. Esses produtores comentaram que usam parte dos recursos adquiridos pelo PAA para comprar arames e lascas ou, ainda, para pagar terceiros que efetuam os reparos.

Os agricultores também investiram na aquisição de animais para os lotes (21%), dentre os quais destacam-se bezerros e vacas leiteiras. Observou-se inclusive que a pecuária leiteira é exercida em 76,3% dos lotes, e a pecuária de corte em apenas 10,5% dos lotes.

Quanto aos investimentos destinados à melhoria da infraestrutura das hortas, constatou-se que 13% dos agricultores adquiriram equipamentos de irrigação (fitas gotejadoras e aspersores). Ademais, 13% dos produtores destinaram parte dos ganhos para o preparo do solo; 8% investiram a renda na aquisição de bombas para os poços e mangueiras; 5% aplicaram na aquisição de equipamento de pulverização costal e 5% dos agricultores investiram na compra de ferramentas de trabalho (enxada, enxadão, rastelo, regador).

Com o intuito de diversificar a produção, 8% dos produtores reverteram a renda obtida na compra de mudas de frutíferas. Tais produtores adquiriram mudas certificadas de mangueiras (variedade palmer), limão taiti, laranjas e acerola. Outros 5% dos agricultores aplicaram os rendimentos na compra de tela para cercado, destinado à construção de galinheiros e para cercados, visando proteger os cultivos contra o ataque de lebrões (animal exótico presente na região).

5.10 A RENDA DO PAA E OS INVESTIMENTOS EM BENS DE CONSUMO PARA A FAMÍLIA

A aplicação dos recursos do PAA em bens de consumo familiar também foi mensurada pela pesquisa. Os agricultores que fazem tal aplicação correspondem a 45% dos entrevistados. Outros 55% não conseguiram adquirir nem um bem de consumo para a família. Os agricultores que não adquiriram bens de consumo declararam como justificativas: “*não sobra dinheiro*” (76%); “*com a renda do PAA só compra bens para a propriedade e alimentos*” (14%); “*geralmente os filhos dão os bens de consumo*” (5%); “*ainda não terminou a casa, prefiro investir na propriedade*” (5%).

Os produtores que adquiriram bens listaram um total de 21 produtos diferentes, descritos na Tabela 28. Os percentuais foram calculados com base no total de bens citados pelos 21 agricultores que realizaram este tipo de aplicação dos recursos. Os principais bens foram: geladeira (18%); materiais de construção (9%); sofá (9%); freezer (6%); máquina de

lavar (6%) e móveis em geral (6%). Cabe ressaltar que, quando indagados sobre os bens que foram adquiridos, os agricultores demonstravam fortemente sua satisfação pelas aquisições.

Tabela 28- Relação dos bens de consumo adquiridos pelos agricultores entrevistados.

Bens de Consumo	Número de Agricultores	% de Agricultores
Geladeira	6	18%
Materiais de Construção	3	9%
Sofá	3	9%
Freezer	2	6%
Máquina de lavar	2	6%
Móveis	2	6%
Antena da internet	1	3%
Aparelho de som	1	3%
Berço	1	3%
Celular	1	3%
Comprou uma moto usada	1	3%
Computador	1	3%
Estante (rack)	1	3%
Fogão	1	3%
Guarda roupa	1	3%
Impressora	1	3%
Liquidificador	1	3%
Processador de alimentos	1	3%
Rádio	1	3%
Tanquinho	1	3%
Televisão	1	3%
Total	33	100%

Fonte: Dados de pesquisa do autor (2013-14).

6 CONTRIBUIÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PAA

“Ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

(Paulo Freire, **Pedagogia do Oprimido**, 1997, p.68).

Nesta seção, propõe-se avaliar a participação dos agricultores no interior das associações. Para tanto, questionou-se qual a relação que os mesmos têm com as associações de que fazem parte, bem como sobre as tomadas de decisões e os benefícios para suas vidas e para a produção agrícola.

6.1 PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES PESQUISADOS NAS ASSOCIAÇÕES E BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS

A tabela 29 ilustra como estão distribuídos os agricultores pesquisados em suas respectivas associações. Dos pesquisados, 37% estão ligados à Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Terra é Vida. Uma das agricultoras entrevistadas residente neste assentamento é também ligada à Associação dos Produtores Rurais do Complexo Hortifrutigranjeiro de Pereira Barreto, associação que detém apenas 8% dos pesquisados. Outros 29% dos agricultores entrevistados estão ligados à ASPRAEC (Associação de Produtores Rurais do Assentamento Eldorado dos Carajás) e 26% dos entrevistados vinculam-se à Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário.

Tabela 29- Relação percentual e número de produtores associados entrevistados.

Associação de Produtores	% Entrevistados	Nº de Entrevistados
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Terra É Vida	37	14
Associação de Produtores Rurais do Assentamento Eldorado dos Carajás – Aspraec	29	11
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário	26	10
Associação dos Produtores Rurais do Complexo Hortifrutigranjeiro de Pereira Barreto	8	3

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Constatou-se ainda que 63% dos produtores pesquisados também participam da COAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo), que possui sede em Andradina (SP), embora não tenham projetos de PAA vinculados com esta Cooperativa. Essa ligação se dá em função da

pecuária leiteira, pois grande parte dos produtores que desenvolvem a produção de leite em seus lotes entrega o produto a essa Cooperativa, visando a posterior comercialização coletiva. Com isso, alcançam melhores preços se comparados àqueles obtidos caso negociassem o leite de forma individual.

Todos os produtores narraram frequentar regularmente as reuniões das associações, entretanto somente 60,5% dos agricultores afirmaram participar das tomadas de decisões. Dessas tomadas de decisão tem-se que: 82,6% afirmaram participar de todas as decisões das associações; 8,7% declararam apenas participar das eleições das chapas; 4,4% afirmaram opinar nas decisões referentes ao trator e aos implementos agrícolas; 4,4% declararam participar das decisões referentes às compras que a associação faz.

Em relação aos benefícios em geral que as associações trazem para a vida dos agricultores, averiguou-se que 28 do total de 38 produtores afirmaram que essas organizações trazem algum benefício. Apenas 22 especificaram qual seria este benefício, que estão apresentados mais detalhadamente na Tabela 30. A análise dos dados levantados mostra que: 79% dos agricultores relataram como benefício ter acesso ao PAA; 21% definiram como benefício poder usar os tratores e os implementos agrícolas da associação; 11% a obtenção de uma renda extra; 11% o acesso ao PNAE e ao PAA; 4% a comercialização do leite a um preço justo e 4% declararam como benefício poder ter acesso a cursos de formação agrícola.

Tabela 30- Benefícios que a Associação proporciona para a vida dos agricultores

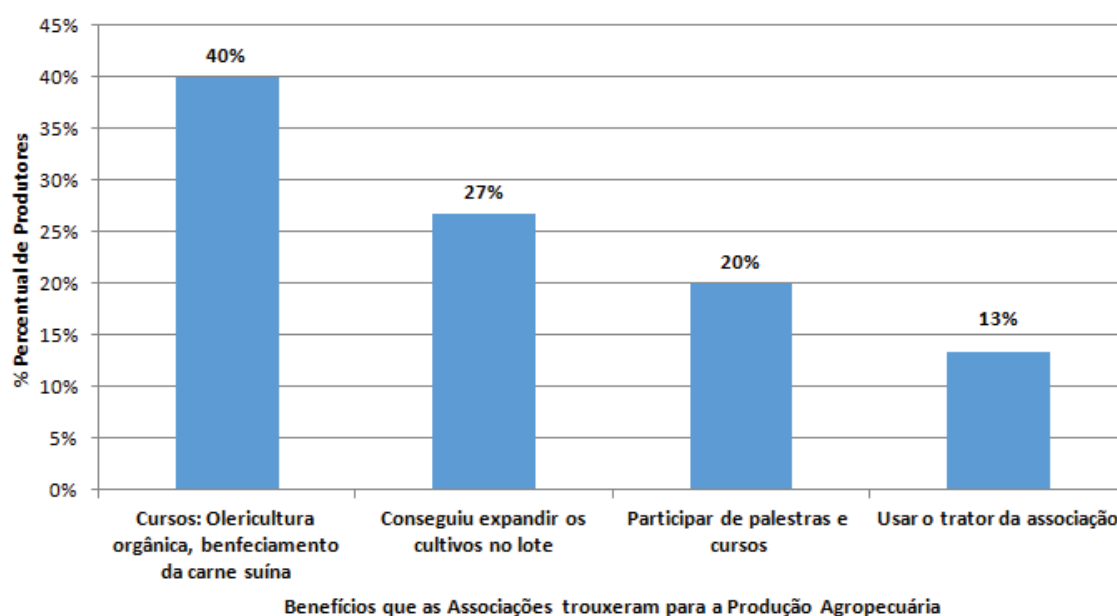
Principais Benefícios	% de Agricultores
Acesso ao PAA	79%
Acesso ao trator e aos implementos agrícolas da associação	21%
Acesso ao PNAE e PAA	11%
Obter uma renda extra	11%
Comercializar o leite e ter um pagamento justo pelo produto	4%
Cursos de formação agrícola	4%

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Observa-se que vários produtores citaram aspectos relativos à produção agropecuária ao serem perguntados sobre benefícios para suas vidas (o *habitus* dos agricultores familiares tem como característica não separar nitidamente trabalho e vida). Mas a maioria dos produtores (60,5%) não indicou um benefício direto da participação nas associações quando perguntados diretamente em termos da produção agropecuária (parte pode ter sentido que já havia *respondido* essa questão).

A percepção dos agricultores que citaram algum benefício (39,5% do total) que as associações proporcionaram à produção agropecuária é apresentada na Figura 15. Observa-se que 40% apontaram que, por estarem ligados ao grupo de produtores do assentamento, puderam participar de cursos, como por exemplo, olericultura orgânica e beneficiamento de carnes suínas. Já 27% citaram que, após inserção no grupo, conseguiram ampliar os cultivos, o que foi justificado pelo aumento de troca de experiências e esclarecimentos entre os agricultores; e dessa forma, sanaram muitas dúvidas que tinham relacionadas ao cultivo das hortaliças entregues ao PAA.

Figura 15- Benefícios que as associações trouxeram para a produção agropecuária, na percepção dos agricultores pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

Ademais, 20% dos entrevistados afirmaram que, por estarem vinculados às associações, conseguiram participar de mais cursos e palestras, principalmente, daquelas cujo objetivo centrava-se na pecuária leiteira e no manejo do gado. Por fim, 13% dos produtores narrou que o maior benefício da participação nas associações é a possibilidade de usar o trator e os implementos agrícolas para o preparo do solo. Essa estratégia resulta em menor dispêndio de capital destinado ao pagamento de terceiros para essa prática agrícola, tão necessária em alguns cultivos.

6.2 O PONTO DE VISTA DOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES SOBRE O PAA

“Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra”.
(Graciliano Ramos, **Vidas Secas**, 1953, p. 153).

O homem atua no campo e o campo atua no homem. Acrescente-se a isso a atuação do Estado, que atribui a essa relação os aspectos políticos e burocráticos. No caso das Associações, a relação dos produtores com o PAA deu-se por meio de dois órgãos políticos importantes: a Prefeitura Municipal e o INCRA, representado pela COATER. A participação dos produtores rurais no PAA, nesse sentido, dependeu do vínculo à associação, o que implicou necessariamente a organização de uma estrutura para gerenciar: (i) quais produtores podem participar da oferta de alimentos; (ii) quais alimentos devem ser fornecidos; (iii) as cotas de entrega de cada alimento e o pagamento aos produtores rurais. A princípio, pode-se dizer que a implementação do Programa permitiu à produção agrícola assumir novas formas de cultivo e distribuição, e à geração de renda um modo distinto de inserção dos produtores no mercado.

Nesta seção, analisar-se-á o papel das Associações de produtores de Pereira Barreto a fim de verificar sua importância para a execução do PAA no município. Em fevereiro de 2014, foram entrevistados os representantes das Associações de Produtores Rurais dos Assentamentos Terra é Vida e Olga Benário. Tendo em vista as especificidades do gerenciamento da produção e distribuição, as entrevistas foram feitas com os presidentes das associações. A partir das respostas obtidas será traçado o perfil dessas associações com a finalidade de comparar suas ações e estratégias e compreender, a partir dos conceitos de *habitus* e campo (BOURDIEU, 1983), seu papel na execução do PAA.

A Associação de Produtores Terra é Vida foi fundada em 2007, ano em que chegou a Pereira Barreto o primeiro projeto do PAA. O fator que motivou a fundação da Associação foi a dificuldade de distribuição de forma individual. Segundo o presidente *“tudo hoje depende de uma associação, qualquer crédito depende da associação”*, o que demonstra a importância da Associação para inserção do produtor rural no PAA, bem como a necessidade de organização em grupo para fortalecer e possibilitar o acesso ao crédito. O Programa legitima, assim, uma estrutura em que produtores associados e organizados entre si fornecem alimentos e recebem pagamento correspondente.

Atualmente, a Associação Terra é Vida conta com 28 associados. O presidente destacou somente os titulares, ou seja, aqueles que comparecem assiduamente às reuniões e cumprem as cotas de entrega. Dentre os associados verificam-se a presença de pais e filhos, bem como casais, que, apesar de conveniarem-se juntos, figuram na ata de reuniões apenas no nome do membro da família que paga a mensalidade.

Quanto à inserção desse Assentamento no PAA, o presidente relatou que o processo se deu por intermédio de um dos engenheiros agrônomos da Casa da Agricultura. Afirmou ainda que o agrônomo incentivou não só o presidente, mas também os produtores a comparecerem às reuniões sobre o Programa. A partir do conhecimento sobre essa política pública, dos estímulos de abertura de crédito e venda dos produtos, esse grupo de agricultores decidiu fundar a associação.

A divulgação de informações e o acompanhamento de setores especializados, inclusive, são recorrentes no modelo de produção adotado por essa associação, pois agentes distintos estão imbricados no repasse de projetos. É o que se verifica na fala do presidente do assentamento Terra é Vida: *“Sempre que tem uma pauta de importância, de urgência, como agora, a gente foi contemplado pelo projeto [PAA], só estamos esperando o INCRA entrar em contato com a prefeitura, só estamos esperando eles marcarem uma reunião. Às vezes demora um mês, às vezes a gente tem duas ou três reuniões, vai de acordo com as necessidades que a gente tem”*.

Ainda no que concerne à formação do campo de atuação das associações, ressalta-se a fundação da Associação do Assentamento Olga Benário, em 2009. A presidente relatou que as motivações para formar a Associação foram os benefícios para a produção, tais como escoamento e rendimento. A presidente pontuou que atualmente conta com 26 associados, todos inseridos no PAA. A participação no Programa, inclusive, deu-se inicialmente em conjunto à associação Terra é Vida. Além disso, o estímulo para ingressar no PAA veio também de um vereador do município, conforme relatou a presidente da associação: *“Nós tivemos a ajuda do vereador A., a gente estava no pré-assentamento. Nós montamos a associação para poder entregar os produtos. Quando cada um foi pro seu lote, nós começamos a planta em cada lote e mandamos”*.

A participação e acompanhamento das atividades dessa Associação pelos seus membros, assim como a anterior, têm ocorrido na forma de reuniões mensais ou trimestrais. Os assuntos abordados variam conforme as necessidades e as condições de produção e distribuição. Na palavra da presidente: *“Depende muito do assunto que é pra resolver. Em*

relação ao PAA é a produção, como posso falar, é a qualidade dos produtos, classificação dos produtos”.

Nos dois relatos sobre a formação das associações, verifica-se que o papel do produtor – nesse lugar específico, a associação –, está imbricado ao trabalho anterior de determinados agentes, tais como o INCRA/COATER, a Prefeitura Municipal, o vereador, o técnico agrícola, etc., o que se reflete no modo de operar a produção e no cultivo que serão realizados em caso de efetivação do projeto. Retoma-se aqui a fala dos dois presidentes das Associações pesquisadas: “(...) às vezes a gente tem duas ou três reuniões, vai de acordo com as necessidades que a gente tem” (Associação Terra é Vida) e “*Depende muito do assunto que é pra resolver*” (Associação Olga Benário). Ao especificar a regularidade de reuniões e seu impacto no trabalho, as entrevistas demonstram que a estrutura social delimita a ação e as estratégias dos agentes envolvidos.

Considerado o conceito de campo, proposto por Bourdieu (2007), observa-se aqui a formação de um espaço em que as posições dos agentes são fixadas *a priori*. Desse modo, podemos interpretar as relações entre associação, INCRA/COATER e Prefeitura Municipal como a definição de um “*locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão*” (ORTIZ, 1983, p. 19). Nesse campo, ator e estrutura social são mediados e significados pela incorporação de métodos e estratégias, ou seja, pela adoção de um *habitus*. Percebe-se então que: “a prática, conjunção do *habitus* e da situação, ocorre desta forma no seio de um espaço que transcende as relações entre os atores. Toda eficácia da ação se encontra assim prefigurada, o que implica dizer que o ator só realiza aquelas ações que ele pode realmente efetivar” (ORTIZ, 1983, p. 19).

Tal modo de operar a produção é marcado pela organização do campo em que se inserem esses agentes sociais: o sistema de disposições condiciona o modo como agem e se posicionam frente aos problemas cotidianos. Conforme Bourdieu (2007, p. 63) “as estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidos nas lutas [...] dependem da posição que eles ocupam na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não”. Com isso, percebe-se campo específico que estrutura o trabalho e as posições do produtor rural. As posições ocupadas por esses agentes demonstram uma estrutura hierárquica em que INCRA/COATER e a Prefeitura Municipal reproduzem um modo de operação que é recebido, interiorizado e reproduzido pelos agricultores. Mas há também contraposições, estratégias que subvertem em parte a estrutura desse campo hierarquizado, como no caso de alianças para aumentar a cota efetivamente entregue por alguns produtores, negociações em torno do tipo de produto entregue, etc.

Assim, o quê, quando e como é produzido depende da estrutura social dos agentes, isto é, da organização desse campo, das posições ocupadas nessas relações de poder hierárquicas e, consequentemente, do modo como os sujeitos estão condicionados a agir. As condições externas – no sentido de estrutura social – são determinantes da produção agrícola, que, por sua vez, é determinante para a execução do projeto. O movimento de trabalho se dá dialeticamente num encadeamento de ações em que INCRA, Prefeitura, produtor rural e produção agrícola recebem e reproduzem *habitus* reciprocamente.

O campo refrata, portanto, as relações de poder estabelecidas entre os agentes, segundo leis específicas de funcionamento do *habitus*. Do mesmo modo, a ação dos agentes e a estrutura social estão ligadas à posição assumida por cada um neste lócus de poder. Já a posição ocupada no campo depende diretamente do volume de capital detido por cada agente. Quanto mais capital detiver o agente, mais pressão pode ele exercer no campo. E quanto menos capital detiver na composição do campo, maior será a influência do espaço sobre o agente (BOURDIEU, 2007).

É de suma importância o fato de que todos os agentes são essenciais para a constituição do campo. Logo, INCRA/COATER, Prefeitura, responsáveis técnicos e produtores rurais têm funções específicas e movem-se no campo de acordo com sua situação no jogo social. Se as ações dos agentes são condicionadas pela situação de jogo e pela estrutura social em que se encontram, é preciso que incorporem determinados conhecimentos que possibilitem sua atuação no campo.

Nesse sentido, destaca-se a noção de *habitus*, definida por Bourdieu como:

[...] um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores e gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim (BOURDIEU, 1983, p.94).

Visto que o papel de cada agente é importante para a execução do PAA, faz-se necessário caracterizar as experiências e as ações dos presidentes das associações pesquisadas. Quando questionados sobre a profissão exercida antes do trabalho nas associações e sobre sua influência aí exercida, os presidentes responderam da seguinte forma:

- Presidente da Associação Terra é Vida:

“Eu era vendedor, como era vendedor, eu conhecia os meus amigos do sindicato, a gente começou a participar de reuniões, daí eu fui coordenador de outro assentamento lá em

Itapura. Aí de lá a gente veio pra cá, aqui eu fui coordenador de habitação, e aí vice-presidente, e assim vem, presidente de uma associação, sempre engajado, organizando festa do dia das crianças, dança do dia de não sei o quê”.

• Presidente da Associação Olga Benário:

“[Era] Funcionária do mercado. Por eu mexer com pessoas isso me ajudou na associação”.

Nas respostas acima, percebe-se que a atividade anterior influenciou positivamente na coordenação das associações. A aquisição de sistemas de disposição pelos agentes os inclinou, então, à incorporação do *habitus* reproduzido no interior do campo da produção agrícola e do PAA. Nas palavras de Ortiz (1983, p.18): “as estruturas de um *habitus* logicamente anterior comandam, portanto, o processo de estruturação de novos *habitus* a serem produzidos por novas agências pedagógicas”.

Tanto a experiência com vendas quanto a experiência com atendimento em mercado permitiram aos agentes adquirir os sistemas de percepção de uma estrutura social distinta: a da produção agrícola e o processo de comercialização no contexto do PAA. Entretanto, verificam-se distintas atuações no campo analisado, pois o agente cuja experiência anterior era vendas mostrou resultados de produção e distribuição melhores que aqueles apresentados pela presidente que foi funcionária de mercado. Nesse sentido, as entrevistas não só demonstram que a aquisição de um novo *habitus* é predisposta pelo *habitus* anterior, mas também e, sobretudo, legítima que posicionamento mais ativo em direção à estrutura social resulta em posições mais favoráveis no campo. Os dados de vendas brutas trazem evidências que confirmam essa interpretação (ver tabela 21, p. 83).

As entrevistas realizadas demonstram ainda outras características do *habitus* adquirido pelos produtores no contexto do PAA. É o que se verifica na questão “Qual o papel da Associação na comercialização dos produtos entregues via PAA?”. Ao responder essa pergunta, os entrevistados explicitam não só o *habitus* que incorporaram, como também dão a ver o seguinte processo: a adequação de sistemas de disposição à situação da estrutura social.

A seguir as respostas dos presidentes que evidenciam esse processo:

• Terra é Vida:

“A nossa associação desde o início, trabalha dessa forma, cada pessoa pesa os seus produtos, eles mesmos fazem seu romaneio, sua notinha, o caminhão passa em todos os lotes, recolhe e lá na cidade é conferido esse peso. Nas condições que o peso não bate, como já

aconteceu, eles descontam, e a gente leva para as reuniões, para saber o porquê, é que as vezes a mercadoria é desviada no caminho. Eu faço as prestações de contas, eu faço reunião para tentar mudar a qualidade dos alimentos, enfim de melhoria para gente não plantar sempre a mesma coisa, diversificar os produtos, e agora a gente já chegou a participar de reuniões como dia de campo. A gente foi em outros assentamentos para participar de dias de campo. A gente vai tentar fazer esse ano, um dia de campo aqui, porque às vezes tem alguns produtos que a pessoa não sabe plantar direito, né? Tá errando, como por exemplo, o tomate, as pessoas plantam, e diz que a gente molha ele todo, e muitos agrônomos falam que só se molha a raiz, é um erro que a gente pede a ajuda, assim para o A. que é agrônomo, pros técnicos do INCRA, que a gente vai trabalhar dessa maneira, porque a gente vai ter que plantar, um pouquinho, um pouquinho não, a gente vai ter que plantar um pouco de cada coisa, a gente vai ter que diversificar, né? Bastante coisa, que a gente não vai aceitar é só entregar mandioca e abóbora, a gente não vai entregar, só isso, vai ter que entregar mais coisas, porque a gente entende que as pessoas não comem só abóbora e mandioca, né?!”.

• Olga Benário:

“Ela [a Associação] faz a parte burocrática. Tudo que sai é no nome da associação, ela faz aquele gancho né, associação, Conab, ela vende o produto para o associado, faz o romaneio, os pagamentos”.

Segundo Ortiz (1983), quando o agente adquire matrizes de percepção, apreciação e ação e as ajusta às condições da estrutura social, tem-se uma prática que leva em consideração tanto as necessidades do agente quanto a objetividade da sociedade. Observa-se na fala dos presidentes uma estruturação dos agentes por meio de *habitus*: (i) romaneio dos produtos; (ii) prestação de contas; (iii) aprendizagem de método de plantio; (iv) melhoria na qualidade do produto e (v) diversificação das culturas produzidas. E aqui destacam-se as ações de aprendizagem de plantio, de melhoria da qualidade e diversificação das culturas, uma vez que a incorporação e adoção dessas estratégias resulta em equiparação de necessidades do produtor e do contexto social.

A fala do presidente da Associação Terra é Vida legitima essa adequação, sobretudo, quando afirma que *“vai ter que entregar mais coisas, porque a gente entende que as pessoas não comem só abóbora e mandioca né?!”*. As necessidades de uma situação social específica, ou seja, a necessidade de alimentos distintos daqueles habitualmente produzidos pela associação faz com que o agente (agricultor familiar) se adapte ao contexto, o que é vantajoso

em termos de produção de capital. Isso porque quanto mais modelada for a ação do agente pela situação social – quanto mais o produtor adaptar seus métodos de plantio e diversificar a produção –, mais possibilidades ele tem de distribuir capital na sociedade na forma de produtos alimentícios.

O movimento é novamente dialético: a estrutura social fornece ao homem mecanismos de percepção e modos de operar sua produção, o que resulta no fornecimento de capital à sociedade, que, também na condição de agente, retorna capital ao produtor. Daí a necessidade de incorporação de um *habitus* que permita a reprodução de métodos de produção agrícola e de funcionamento do PAA, bem como sua adequação ao contexto social: a geração e a obtenção de capital.

A aquisição de um *habitus* voltado para a produção agrícola no contexto do PAA, não exclui a autonomia dos agentes aí envolvidos. Isso porque os agentes, dependendo de sua posição no campo, são capazes de realizar escolhas e executar estratégias que se vinculem às suas próprias necessidades. Assim, a estratégia permite ao agente adaptar-se a dadas condições e exercer autonomia na situação social em que se insere. O *habitus* e a estratégia são importantes para pensar no modo de vida dos agentes aqui investigados, bem como seu papel na produção e distribuição de capital.

Nesse sentido, a entrevista questionou se os produtores se sentem motivados após inserção da associação no PAA e, ainda, se sua qualidade de vida teve melhora. O presidente da associação Terra é Vida afirmou que: *“Aqui todos estão de parabéns com a produção, é muita produção, eles pegavam o PAA como um carro chefe, eles trocaram o leite que era uma renda certa pelo PAA, daí a partir de dois para cá, antes era o pagamento a cada dois meses, agora é todo mês, aí quando atrasa eles ficam desesperados, porque eles colocaram como carro chefe da produção. Não poderia né? Se fosse uma cota de uns dez mil, daria né? Como a merenda escolar.”*

Apesar do ganho gerado pelo PAA, a entrevista com o presidente dá a ver a proposição de outra estratégia aos produtores da associação Terra é Vida: *“Às vezes a gente fala para eles que a gente sempre deveria produzir, independente do PAA. A gente deveria procurar outros meios para comercializar, a merenda escolar, o Ceasa, o mercado, feirinha, porque para gente ter uma renda melhor”*. Com isso, pode-se inferir que o PAA, ainda que assegure pagamento, não garante renda satisfatória se comparada àquela esperada pelos agentes envolvidos. Apesar da proposta estratégica – produzir para outros mercados –, os agentes desta associação não modificam sua posição estratégica no PAA, pois se mantêm dependentes do Programa: *“Mas o pessoal pegou o PAA como uma base de tudo, eles ficam*

tudo neutro, eles ficam só cobrando, quando o PAA sai, é uma motivação geral, o caminhão quando vinha, saía daqui com as caixas caindo com tanta produção que tinha esse assentamento”.

A postura “neutra” (passiva) dos agentes e o excesso de produção que não é escoada aos mercados propostos pelo presidente evidenciam uma estratégia limitada à elaboração de projetos do PAA. A posição dos produtores rurais, nessas relações de poder, não apresenta, portanto, estratégia modificadora da condição econômica. Verifica-se que esses agentes se adequaram ao modo de operação do PAA, a ponto de depender exclusivamente do Programa. Há possibilidade de produção de capital econômico, contudo, a escolha estratégica dos produtores não favorece aumento de sua autonomia em relação a esta política pública.

Embora, naquele momento específico, os agentes não tenham lançado mão de outras estratégias, o presidente afirmou que a qualidade de vida dos produtores melhorou; um possível motivo pelo qual se mantém ligados ao Programa. Nas palavras do presidente: *“Com certeza, muito e para melhor. Você que nem esse ano que o projeto atrasou o pessoal reclamou muito, muito, muito mesmo. Olha hoje, a cota é quase um salário por mês [o salário mínimo vigente em 2012 correspondia a R\$ 622,00 e de 2013 a R\$ 678,00]. Às vezes o assentado já é aposentado, aí somando a aposentadoria, a renda fica muito boa para se viver aqui. É uma renda que às vezes nem na cidade tem”.*

Quanto à Associação Olga Benário, a motivação para produzir após inserção no PAA segue a mesma postura do assentamento Terra é Vida: a questão econômica. Sobre o tema, a presidente relatou que *“Tem sim, porque ele sabe que o que ele entregou ele vai receber, então ele fica motivado porque ele tá recebendo. Só que quando dá essa paradinha, que nós tivemos, eles desanimaram bastante, tem muitos que nem querem entregar mais”.* Fica evidente a principal motivação dos produtores da Associação Olga Benário no PAA: pagamento certo pelos produtos entregues. Todavia, a pausa do Programa – o tempo que antecede a chegada de novo projeto – causou instabilidade e desestímulo entre os agentes envolvidos, o que comprova as limitações de serem dependentes dessa política pública.

Na questão sobre mudança na qualidade de vida dos produtores rurais que participam do Programa, identificamos uma posição estratégica distinta daquela adotada pela Associação Terra é Vida. Conforme salientou a presidenta: *“Parcialmente, não muda tanto assim não. Porque a pessoa não deve viver só em prol do PAA, é muito pouco. Que nem no meu caso, eu estava no PAA, tiro leite, tem que ter mais atividades”.* Diferentemente da resposta da associação anterior, aqui, a presidente ressaltou que o Programa não modifica totalmente a

vida do produtor. Sua resposta reflete as limitações da renda obtida pela distribuição dos alimentos e, ainda, imprime a necessidade de adaptação a essa condição.

A fala da presidente da Associação Olga Benário evidencia a recusa à posição estratégica de dependência ao PAA (posição assumida pelos produtores do assentamento Terra é Vida); o que evidencia mudança de posição dos produtores rurais nesse campo e, consequentemente, a busca de autonomia. Não só os produtores rurais, mas também a presidente precisam recorrer a outras atividades para o sustento e bem-estar social da família, uma vez que permanecer numa posição passiva e dependente ao Programa não resulta em uma renda considerada satisfatória.

Dessa forma, verificam-se as seguintes estratégias adotadas pelos agentes das Associações em relação ao PAA:

- Terra é Vida: produtores rurais *permanecem dependentes* dos projetos do PAA. Segundo afirmação do presidente, os agentes aqui são dependentes dos projetos do Programa, visto que nas experiências anteriores tiveram êxito. A expectativa de capital favorece escolha por permanência na exclusividade.
- Olga Benário: produtores rurais *não permanecem dependentes* aos projetos do PAA. A fala da presidente mostra que, como os lucros não correspondem às expectativas econômicas da associação, os produtores modificam sua postura e assumem novas posições e distribuem (ou almejam distribuir) produtos para outros mercados.

Em suma, os agentes que dispõem de maior capital no âmbito do PAA, preferem permanecer ligados exclusivamente aos projetos do Programa, pois já usufruem de certa autonomia nesse campo. E aqueles que dispõem de menos capital, carecem de outras formas de obtenção, o que os levam a se adaptar e a modificar suas práticas para, então, aumentar sua autonomia nessas relações.

Por fim, a entrevista procurou averiguar a opinião dos presidentes sobre: O que deve permanecer? O que deve ser melhorado? E o que deve mudar no PAA? A princípio analisar-se-ão as respostas quanto ao que deve permanecer.

O presidente da Associação Terra é Vida acentuou desejo pela permanência de toda estrutura hierárquica e distribuições de papéis entre agricultores, INCRA/COATER e demais órgãos: “*Nesse Programa uma coisa que acho que dificultou muito no início, mas não deve sair, é toda essa estrutura que está tendo, tipo, antes era só os presidentes, hoje a gente tem o INCRA pra nos fiscalizar, tem a assistente social, o conselho, a prefeitura, hoje a responsabilidade não fica só na associação, a responsabilidade é de todo mundo. A imagem*

fica como se ficasse mais correta, que não tem coisa errada, que o pessoal tá trabalhando corretamente”. Nessas condições, a matriz de percepção (*habitus*) assumida pelos agentes da Associação Terra é Vida evidencia uma forma de agir cuja estratégia é a permanência no interior de um quadro hierarquizado de ações e poderes, mas que também proporciona divisão de responsabilidades. Legítima, assim, o sentido prático de cada ator nessas relações: cada um exerce função específica, o que resulta em melhor apreciação dos agentes externos.

Já para a presidente da Associação Olga Benário, o que deve permanecer nos projetos do PAA é a estipulação dos produtos a serem distribuídos. A presidente assinalou: *“Agora não pode mais entregar tudo que a gente entregava. A gente vai te entregar só o que tá no projeto. Tudo que colhia eu mandava, agora não. Devia permanecer desse jeito. Tá certo que é mais prático eu plantar mandioca, abóbora, agora, se eu diversificar, fica bem melhor pra ela [entidades filantrópicas consumidoras]. Por exemplo, tinha produtor que produzia só melancia, tirava uma bela de uma produção e tirava a cota toda só com a melancia”*.

A resposta demonstra que as novas exigências do projeto do PAA fizeram com que os agricultores diversificassem sua produção. A diversificação é compreendida pela presidente como estratégia de adaptação às exigências do Programa e das entidades atendidas, pois não demandam apenas mandioca ou abóbora, tampouco somente melancia. Além disso, é possível compreender que a posição estratégica aqui traçada determina que todos agricultores devem produzir produtos diferentes – o que faz com que os agricultores que detinham mais facilidades em completar a cota entregando somente um produto, passem a produzir um leque maior de alimentos para que a oferta atenda as exigências do Programa. Por fim, entregar somente o que é demandado no projeto possibilita que os demais alimentos produzidos sejam comercializados para outros consumidores, ampliando assim as chances de obtenção de outra renda.

No que se refere às mudanças e melhorias, o presidente da Associação Terra é Vida assinalou a necessidade de aumento das cotas e ampliação dos consumidores atendidos pelo projeto. Para o presidente é preciso mudar: *“Primeiro eu acho que deveria ter uma cota mais alta, teria que ter uma cota melhor. Eu acho que o PAA, por exemplo, a cidade, as pessoas da cidade estão sempre precisando que a gente produz. De uma certa forma o governo teria que ter alguma ideia de além de entregar para esses carentes, que a gente entregasse essa cota para outras pessoas, ou ainda, facilitar que a gente conseguisse comercializar com outros consumidores. Eu acho assim, eles tinham que de alguma maneira, incentivar as pessoas a comprarem os nossos produtos, ou ainda, que nem os 30% da merenda escolar podiam ser do*

PAA”. Ademais, o presidente ressaltou que o preço dos produtos deve ser melhorado: *“Melhorar o preço, embora ele tá muito bom, acho que a cota deveria melhorar mais”*.

Assim como visto anteriormente, a posição assumida pela Associação Terra é Vida mantém-se neutra ou, até mesmo, passiva diante da estratégia de alcançar outros mercados além daqueles ofertados no PAA. A posição expressa pelo presidente, nessas relações sociais e econômicas, permanece dependente do Programa e dos demais agentes envolvidos, uma vez que acreditam que cabe ao governo ampliar as oportunidades e atingir novos consumidores, como outras pessoas da cidade e a entrega para a merenda escolar.

Por outro lado, a presidente da Associação Olga Benário, ao contestar as mudanças no PAA, propõe estratégia que difere, em certo ponto, da proposta pelo presidente da Associação do Assentamento Terra é Vida; ela considera que não deve permanecer a prefeitura na hierarquia de funções do PAA: *“Tirar da responsabilidade da prefeitura, houve a mudança e ninguém sabia o que fazer, porque se já tivesse feito o projeto e não houvesse isso a gente já tava entregando. Só daqui três meses a gente vai poder começar entregar”*. Para a presidente, a prefeitura na função de repasse dos projetos do PAA dificulta a distribuição dos alimentos, pois atrasa a divulgação de informações. Os produtores levaram meses para inserir-se em outro projeto em função de mudanças que não foram notificadas pela prefeitura.

Quanto ao que deve ser melhorado, a presidente ressaltou a questão burocrática: *“Diminuir a burocracia, fazer com que o projeto seja aprovado mais rápido, e liberar ele”*. Assim como a resposta anterior, a declaração da presidente demonstra insatisfação com o prazo de aprovação do projeto, que prejudica, conseqüentemente, o escoamento da produção e causa oscilações na renda dos agricultores. Assoma-se ao ganho insuficiente para qualidade de vida dos assentados do Olga Benário, a grande demora para a aprovação dos projetos e os entraves no transporte dos alimentos.

A partir da análise desse conjunto de informações, percebe-se que o *habitus* no âmbito da produção agrícola voltada ao PAA ganha sentido de jogo social incorporado e, ainda, transforma-se em modo de vivência naturalizado. Para desempenhar seu papel nesse jogo, os produtores adaptam-se às condições em que vivem e, ao mesmo tempo, buscam formas mais satisfatórias para manter-se nesse meio social.

Daí falar de incorporação de sistemas de disposição e de matrizes de percepção: somente ao compreender como se dão as estratégias no campo do PAA, bem como no campo da produção rural, é que os agentes podem lograr posições mais favoráveis, exercer maior autonomia no meio social, obter maior remuneração pelos seus produtos e melhorar sua qualidade de vida.

7 AS ENTIDADES BENEFICIADAS PELO PAA EM PEREIRA BARRETO

7.1 CARACTERÍSTICAS DAS ENTIDADES BENEFICIADAS E MODO DE OPERAÇÃO DO PAA

Não só de cuidados vive o homem, necessita ele também de alimentos. A importância do bem-estar da população e, mais ainda, da sustentação de distintos grupos sociais estão imbricados à segurança alimentar, um dos principais objetivos do PAA. Nesse sentido, esta seção abordará os resultados referentes à avaliação e à importância atribuídas ao Programa de Aquisição de Alimentos pelas entidades filantrópicas que recebem os alimentos.

O PAA em Pereira Barreto funciona com a modalidade doação simultânea, ou seja, o governo compra os alimentos e os repassa às instituições beneficentes. Durante sua execução em 2012, o Programa beneficiou cerca de 20 instituições filantrópicas (ver Anexo 1). Com vistas a refinar os dados da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes de sete entidades, buscando contemplar a diversidade de atuação das mesmas.

A relação das entidades entrevistadas, contendo público-alvo, número de pessoas atendidas e frequência de atendimentos estão descritos na Tabela 29. Observa-se a presença de entidades diversas, que vão desde instituições religiosas passando por entidades de cunho filantrópico, até aquelas destinadas aos cuidados da saúde, como a Santa Casa de Misericórdia.

Tabela 31- Relação das entidades entrevistadas, contendo público alvo, número de pessoas atendidas e frequência de atendimentos.

Entidade	Público Alvo	Número de Pessoas Atendidas	Frequência de Atendimento
APAE	Pessoas portadoras de necessidades especiais	152	De Segunda à Sexta
Santa Casa de Misericórdia	Crianças, jovens, adultos e idosos.	1680/Mês	Todos os dias da semana
Grupo Espírita Bezerra de Menezes	Famílias Carentes	75	Uma vez por semana
1ª Igreja Batista	Famílias Carentes	80	Uma vez por semana
Centro Espírita Amor e Caridade	Famílias Carentes	100	Uma vez por semana
Creche Berçário Menino Jesus	Crianças Carentes	98	De Segunda à Sexta
Lar dos Idosos, Parque Frederico Ozanan	Idosos	30	Todos os dias da semana

Fonte: Dados da pesquisa do autor (2013-14).

A forma de ingresso dessas entidades no Programa se deu através da articulação de um dos responsáveis técnicos da Casa da Agricultura da cidade, como se pode observar na fala de um dos entrevistados: *“Nós começamos a participar do projeto. Fomos em Dracena conhecer o projeto em 2007. A partir dessa data que foi feito o projeto aqui em Pereira Barreto. Aí já começamos a participar. A instituição passou a participar já em 2007”*.

O termo destacado na fala do técnico explicita que o conhecimento do projeto não se deu de forma individual. Segundo o entrevistado, ele e mais alguns representantes das entidades receptoras dos alimentos, junto ao responsável técnico da Casa da Agricultura, fizeram a viagem com o objetivo de conhecer o funcionamento do Programa, a infraestrutura necessária para execução e também para averiguação dos procedimentos burocráticos à implantação do PAA em Pereira Barreto.

A partir daí, ocorreu a articulação e a formação do primeiro projeto do PAA em Pereira Barreto. Foram realizadas reuniões tanto com as entidades receptoras dos alimentos, quanto com as associações de agricultores familiares do município. Tendo em vista a logística do Programa, é relevante destacar aqui como se dá a distribuição dos alimentos.

Os alimentos trazidos dos (re)assentamentos são levados até o ponto de distribuição, que, na época em que foram realizadas as entrevistas, era o local onde se realizava a feira municipal. Cada instituição receptora ficava responsável por encaminhar um de seus membros para auxiliar no descarregamento dos alimentos. Após o acondicionamento dos produtos, os representantes das entidades faziam uma breve seleção e os dividiam conforme as demandas de cada entidade receptora. Essa dinâmica pode ser ilustrada na fala de uma das entrevistadas: *“Geralmente a gente manda o mirim, ele ajuda a separar porque tem mais associados. E depois da separação é uma quantidade X pra cada entidade. Ai de lá a gente trás pra cá com a Kombi. Ai chega aqui a gente já armazena cada um [dos produtos] no seu devido lugar”*.

Esse procedimento ocorre de segunda a sexta feira, cada dia com uma equipe diferente formada por membros das entidades filantrópicas. Dentre as entidades, somente a APAE, participa duas vezes na semana. Das sete entidades entrevistadas apenas duas não participam desde o início do Programa na cidade: a Santa Casa de Misericórdia e o Grupo Espírita Bezerra de Menezes. Ambas começaram a participar do Programa em 2011, a partir do convite do responsável técnico da Casa da Agricultura do município.

7.2 PERCEPÇÃO DAS ENTIDADES CONSUMIDORAS EM RELAÇÃO AOS ALIMENTOS RECEBIDOS

Os representantes das entidades também foram indagados sobre os alimentos que recebiam e sua qualidade. A declaração de uma entrevistada evidencia os seguintes itens: *“Vários tipos de hortaliças, legumes. Alface, couve, rúcula, quiabo, mandioca, pepino, berinjela, cenoura. Quando tem vem, almeirão, melancia, banana, laranja, mamão, coco, morango, na época de morango, acerola e vem também a polpa, pimentão, pimenta, limão, cheiro verde, cebolinha. Quando tem vem coentro e salsa, milho na época vem”*.

Nota-se, nos trechos grifados, que os agricultores enviam os alimentos da estação, ou seja, os alimentos são repassados ao Programa de acordo com a sazonalidade da produção. Desta forma, percebe-se que existe um grupo de alimentos que os agricultores conseguem produzir durante várias épocas do ano, o que pode ser justificado pela recorrente citação dos mesmos produtos por diferentes entrevistadas: (i) *“Abóbora, melancia, às vezes vem folhas, feijão de corda, mandioca, às vezes coco verde, acerola.”*; (ii) *“Abóbora, melancia, mandioca, verduras diversas (folhas), berinjela, jiló, mamão, cebolinha...”*; (iii) *“Nós fazíamos sopa, mas também recebíamos legumes e verduras. Nós distribuíamos as verduras, alface, almeirão, agrião vinha bastante. Cebolinha vinha bastante, além de mandioca, abóbora. Grande quantidade desses dois”*.

Com base nessas falas, pode-se verificar que as entidades consumidoras recebiam uma grande quantidade dos mesmos produtos: abóbora, mandioca, melancia e hortaliças folhosas em geral. Pode-se corroborar tal fato ao observar a tabela 18⁶, em que aparecem as quantidades de três tipos de abóbora diferentes entregues pelas associações pesquisadas. No total, tem-se a comercialização de 44,4 toneladas somente de abóbora.

Uma das entrevistadas – quando indagada sobre quais alimentos são entregues e quais são as quantidades – fez uma crítica não só à produção sazonal, mas também à execução dos projetos, diferenciando o que é proposto na teoria e o que é entregue na prática. É o que se observa no fragmento a seguir: *“Eu penso que o plantio deveria se de acordo com a necessidade das pessoas que vão lá receber, mas são poucas as coisas plantadas. Quando eles começam um projeto, você vê o projeto, tem muitos itens, mas aquilo não é seguido, acaba se resumindo em poucos produtos, em quantidades grandes. Então o que, que acontece... quando vem mandioca, vem três sacos de sessenta quilos de mandioca, por*

⁶ Ver tabela 18, página 81.

semana. É mandioca, vem a mandioca... ruim com a mandioca, pior sem a mandioca. Você tem que acondicionar a mandioca, corta em três tamanhos, uma para fazer quibebe e a outra para servir comum (cozida) e assim é com as outras coisas, mandioca e a abóbora. Alface na época vem muito, não tem um padrão, é sazonal. Quando vem, vem muito, e quando não é na época não vem nada, só vem nas safras, nas entressafras não vem. Não tem um trabalho para manterem a entrega nas entressafras, para que a gente pudesse manter esse programa por um período mais amistoso e um aproveitamento melhor. Isso já foi questionado várias vezes, mas a gente tá aqui embaixo, a gente é o finalzinho do projeto. Então o que lá em cima, o começo dele, é o que produz o efeito final, e às vezes, o efeito final não atende as nossas necessidades devido à falta de projeto lá no começo do projeto. Tipo assim, eu vou receber seu fulano, ‘o Sr me planta tantos alqueires e eu espero receber comprar xis quilos de mandioca’, mas aí eu não sei a política do governo de ficar atendendo, e a gente é os últimos, a saber, e pegar”.

Para a mesma questão, pode-se constatar algumas críticas na fala de outra entrevistada, que, além da pouca diversidade nos tipos de alimento entregues, faz fortes ressalvas quanto à qualidade. Nos dizeres da entrevistada: *“A gente recebe tudo misturado, às vezes vem assim coisas, como no começo, vinha coisa de boa qualidade, agora ultimamente vem assim, às vezes, vem abóbora boa misturada com abóbora já estragada, não tá tendo muito uma seleção, sabe, de alimentos, e assim, por exemplo, vem muita mandioca, aí vem, vem muita abobrinha, o que a gente percebe, é que deixou, ficou armazenado e não entregaram, agora não está tendo um rigor muito grande de qualidade. Às vezes vem muita mandioca, vem poucas folhas, as folhas vêm tudo murcha, aí a mandioca vem tudo passada, aí às vezes vem aquela abóbora, que ela já foi colhida e tava deixada lá, e passou o dia de entregar, porque já veio coisa boa, e a gente sabe quando não está bom, aí seleciona, perde muita coisa”.*

Segundo a entrevistada, a qualidade dos produtos entregues caiu drasticamente comparada àquela apresentada no início do Programa. A crítica recai especificamente ao método de seleção dos alimentos, que vêm “juntos e misturados”, dando a ver um manejo insatisfatório do ponto de vista da entidade beneficiada, os alimentos bons nas últimas doações vinham misturados a alimentos já estragados. Apesar disso, a entrevistada lança mão de uma estratégia que favorece a utilização – ainda que ruins – dos alimentos: *“As folhas e as leguminosas. E as frutas, na verdade tudo que vem a gente aproveita, como por exemplo, se abóbora vem estragada, a ponta dela tá estragada, a gente corta e a aproveita o resto. Mas a gente aproveita tudo. Quando vem muita mandioca, a gente descasca e congela, a gente aproveita tudo que vem. Descarta o mínimo possível”.*

Assim, a estratégia aqui não se baseia somente na avaliação e seleção das partes dos alimentos adequadas para o consumo, mas também na tentativa de evitar desperdício. O modo de operar do agricultor – compromisso de entrega das cotas de cada um dos alimentos – dá a ver estratégias que o favorecem na aquisição de ganhos: mesmos produtos, em grandes quantidades e em distintas qualidades. Para a entrevistada, não há preocupação em enviar bons produtos, somente em atingir a meta; isso faz com os agentes dessas entidades se adaptem ao contexto, adotando um *habitus*, uma forma de perceber as disposições e posicionar-se estrategicamente em relação a elas.

A representante de outra entidade entrevistada fez igualmente críticas à grande quantidade de um mesmo produto, embora tenha evidenciado a oscilação nos tipos de alimentos distribuídos: *“Não dá pra saber, porque oscila muito. Quando é época de mandioca tem bastante mandioca, quando tem abóbora, é bastante abóbora. É uma coisa sazonal, respeita as safras, mas geralmente as sazonais é as que vêm mais. E também para ele, o produtor, é mais fácil ele produzir, o que se dá na época, porque falta alguns recursos para ele produzir”*. E aqui chama-se a atenção para a regularidade da estratégia adotada pelos produtores: a produção sazonal. Tendo em vista a época de culturas como mandioca e abóbora, há intensificação da produção para poderem atingir a cota demandada. Verifica-se ainda que este agente se adapta às mesmas condições enfrentadas pelo produtor: faltam recursos para produzir na entressafra, logo se produz apenas alguns alimentos e em excesso.

Em relação à produção sazonal, cabe a ressalva que a produção na época mais adequada de cada produto traz o benefício de menor uso de agrotóxicos e menor exigência em termos de infraestrutura, o que é desejável. Por outro lado deve-se ressaltar que é possível produzir com relativa diversidade em todas as épocas do ano (desde que se disponha de irrigação no período seco, o que não é o caso da maioria dos produtores pesquisados, exceto no Assentamento Terra é Vida).

Por fim, para a questão sobre quais produtos e qual é a qualidade dos alimentos entregues no Programa, tem-se duas entrevistadas que demonstraram desconhecimento da quantidade exata adquirida pela entidade. Nos dizeres delas: (i) *“Não tenho noção porque eu assinava mensal né. E recebíamos todos os produtos que os assentamentos enviavam. Todos os produtos. Desde mandioca até folhosas, frutos (mamão, laranja, poncã, manga). Tinha inclusive milho, na época de janeiro, muito milho. Muito coco verde”*; (ii) *“Tudo a gente usa ou no arroz temperado, ou mandioca cozida. Tudo a gente usa. A quantidade certa não tem como te passar, porque também depende do número de crianças. Mas tudo que vem é aproveitado. Até quando tem berinjela que eles [as crianças] são meio assim faz bolinho e*

fala que é outra coisa". Apesar de diferentes em relação às respostas anteriores, mantém-se aqui a questão da produção sazonal – recebimento de produtos conforme a época de dada cultura –, bem como a repetição de um item que é bastante distribuído no Programa: a mandioca.

Outra questão levantada pela entrevista foi: “Em relação aos produtos recebidos: houve mudança em termos da qualidade e diversidade dos alimentos entre o início da participação no PAA e atualmente?”. Para essa questão, as entidades traçaram perspectivas diferentes. No caso de uma delas, a representante frisou: *“Foi assim, no começo a qualidade era média, no meio excelente e agora não tá legal. No começo (...) a gente via que eles estavam fazendo o máximo para atender e vinha legal, uma distribuição legal, aí foi melhorando, atingiu uma parte assim que era o ideal, excelente e depois começou a bagunçar... De 2012 para cá, começou a cair a qualidade. [...] O programa quando atingiu a parte boa, que ele deveria permanecer, porque é um programa que a gente respeita muito, e é um programa muito bom, só que eu acho que falta um controle melhor, na hora que os produtores entregam ali”*. A entrevista denotou insatisfação com a qualidade do produto ao longo da execução do Programa, destacando que, no início, era bastante satisfatória, porém, houve momento em que caiu drasticamente. Apesar disso, acentuou que o Programa contribui para sua entidade e sugeriu mudanças para possíveis melhorias.

Ainda no que concerne às mudanças, outra entidade mencionou a diversidade de alimentos como fator preocupante, de modo que se verifica ainda a recorrência do problema da diversificação dos produtos. Comparando o início com o presente, a entrevistada afirma que antes o Programa era bom devido à diversidade de alimentos, porém regrediu ao modificar a distribuição para apenas alguns produtos. Nas palavras da entrevistada: *“Aí você queria num todo, ou discriminado, aqui em Pereira Barreto, houve uma regressão, não vinha uma diversidade, vinha, por exemplo, vinha só, mandioca, abóbora, algumas folhas, alface, acelga. [...] Eu não sei como é feita a fiscalização, mas precisava diversificar mais, porque fica centrado em apenas quatro produtos, mandioca, abóbora, folhas e berinjela”*.

Em contrapartida, determinada entidade respondeu positivamente à questão, assinalando melhoras na qualidade do produto, em função de estratégias adotadas pela comissão responsável pelo recebimento: *“Houve uma melhora muito grande, porque a comissão começou a devolver. Depois que ele começou a devolver houve uma melhora muito grande na qualidade”*. A estratégia adotada por esta entidade foi a devolução; ao recusar o alimento, os produtores responsáveis tiveram, necessariamente, de melhorar a qualidade. É interessante notar a perspectiva desta entidade quanto às ações de cada agente neste campo

específico: “E depois sabe o que eu acho, entrou muita gente que nem sequer sabia plantar, ganhavam a terra, aí o governo tá comprando, então eles não sabiam como produzir, depois eles foram aprendendo [...]. Então eu acho que faltou para eles essa parte de assistência técnica”. Esta argumentação demonstra que a questão da experiência no plantio ou, nos termos de Bourdieu, a aquisição de um sistema de percepção por parte do produtor rural é extremamente relevante para a entidade recebedora. Logo, as ações de cada agente social interferem na reprodução de táticas e posições neste jogo, de modo que, para o produtor, é necessário interiorizar formas de produção satisfatórias para manter o vínculo com a entidade beneficiada. Em termos de estratégia, percebe-se, portanto, que esta entidade assume posição de autonomia em relação à escolha dos produtos, o que resulta em adaptação do produtor às exigências e/ou ao contexto do mercado.

Por outro lado, para uma das entrevistadas, a qualidade manteve-se: “Eu tô aqui desde 2012. De lá pra cá manteve o padrão. O que vem, vem bom, quando é época das coisas boas ele manda tudo. [...] E eles sempre ligam pra perguntar se tá boa, se não tá. Vem até perguntar aqui. Vem tudo certinho”.

A qualidade é bem avaliada ainda por outras duas entidades, que destacam as seguintes particularidades: (i) “Eu não posso falar da qualidade, porque eu acho a qualidade legal, entendeu? O meu problema é a quantidade e a sazonalidade que vem, entendeu? Porque quando vem é legal, eu não tenho pegado produto assim estragado, com baixa qualidade, eu aproveito tudo”; (ii) “100%. Houve uma melhora muito grande. Antes a qualidade deixava a desejar. Os engenheiros agrônomos estão fazendo um trabalho no campo nos assentamentos com cada projeto, como diz”; “O cara projeta o assentamento pra melhora dos produtos. Até nós devolvíamos alguns produtos que já haviam estragado. Então com isso o produtor foi melhorando ano a ano a qualidade. Com o tempo ela aumentou, porque aumentou o número de projetos, de assentamentos”.

A atuação especializada (auxílio de um engenheiro agrônomo) e a devolução de produtos favoreceram a qualidade dos produtos, representando uma estratégia positiva tanto para os produtores rurais quanto para as entidades beneficiadas. Novamente aqui verifica-se movimento dialético nas ações no jogo social: as exigências de qualidade são recebidas pelo agricultor, que interioriza modos de produção mais favoráveis para o alimento, o que, consequentemente, gera lucro simbólico para o consumidor, pois receberá produtos melhores.

Por fim, acentua-se aqui situação peculiar: um dos entrevistados avaliou negativamente a mudança na diversidade dos alimentos, porém, valorou positivamente a manutenção da qualidade: “Acho que piorou (considerando 2 anos). Porque quando eu

cheguei vinha alface, rúcula, agrião, muitas folhas, não só legumes. Vinha muita coisa. Então quando vinha muita coisa fazia muita sopa. [...] Mas agora de uns tempos pra cá só veio caindo, caindo. E acho que também tava deixando um pouco porque tava distribuindo lá. As famílias iam lá na feira e pegava. As famílias iam lá buscar, então eles tavam segurando um pouco a quantidade. Mas a qualidade dos alimentos é a mesma. A quantidade que diminuiu, e a diversidade também. Teve um dia que só veio melancia. Não veio nem um saco de mandioca”.

Quando questionados sobre interrupção na entrega dos produtos e seus respectivos motivos, observou-se que, em alguns casos, houve intervalos, períodos em que os produtos não foram entregues. A situação é descrita pelos entrevistados da seguinte maneira: (i) Sim. Porque não houve a renovação do programa em 2014; (ii) Fica, tem semana que a gente não recebe, não sei o motivo. Quando eu participo das reuniões os produtores reclamam muito do transporte, deve ser por isso, é uma queixa geral; (iii) Parar não parava, mas assim houve momentos, como na época da seca, só vinha abóbora e mandioca e alguma outra coisinha, mas era pouca, é compreensível, porque eles não tem irrigação né?! Mas não paravam não, mas tinha esse problema, pouca variação dos produtos. Ainda que as respostas sejam semelhantes, as razões estabelecidas pelos entrevistados demonstram divergências, como, por exemplo, a não renovação do Programa, a falta de irrigação e problemas com transporte. A análise do conjunto dos dados disponíveis indica que todos estes fatores contribuíram para as oscilações na entrega dos produtos.

Em contrapartida, averiguou-se que algumas entidades não tiveram problemas com interrupção na entrega. Segundo os entrevistados: (i) “Nunca houve interrupção quando o projeto tava valendo. Toda semana tinha [entrega]. Às vezes, não tinha [interrupção] quando chovia, mas em questão de parar o projeto não”; (ii) Não, até o tempo que eu tô não ficou sem pegar não. Agora que tá ficando sem pegar, porque nunca ficou não. Nesses meses agora de 2014 parou. Devido à não aprovação do projeto”.

A justificativa mais recorrente, em caso de interrupção na entrega, foi a não renovação do projeto, o que atrasava a distribuição dos produtos nas entidades pesquisadas. É o caso, por exemplo, desta entrevistada: “Quando terminava o projeto nós ficávamos uns três meses pra começar o outro. Esperava a aprovação do novo projeto. Então essa era a única interrupção que ocorria na época. O motivo foi o término do projeto”. Com isso, constata-se que há de fato compromisso na entrega dos produtos no PAA, somente prejudicado por incidentes que dificultam o transporte, a produção e os trâmites do projeto. Pode-se dizer, então, que o

Programa busca entregar regularmente os alimentos, com poucas exceções, pois ocasionalmente há intervalos e pausas.

A função de gerenciamento nas entidades no contexto do PAA também foi levantada por meio da pergunta: “Há alguma fiscalização por parte da sua entidade no que se refere à qualidade dos produtos entregues? Quem fiscaliza? E como isso é feito?”. Todas as entidades entrevistadas responderam afirmativamente à questão, com exceção de uma, que não deu justificativas para o fato. Apesar disso, seis respostas afirmativas denotam a existência de procedimento voltado à seletividade dos produtos, ou seja, as entidades se preocupam efetivamente com a qualidade dos alimentos recebidos e servidos aos beneficiados. A seguir alguns trechos das respostas obtidas:

- (i) *“Aqui sim, a nutricionista faz a fiscalização, porque senão a vigilância sanitária faz a fiscalização e se for encontrado algum produto em deterioração há um comprometimento. A nutricionista faz uma seleção dos alimentos”;*
- (ii) *“O D. [coordenador do recebimento? Identificar pela função] que fiscalizava, e a gente chegava mais cedo, para ajudar, a gente descarregava o caminhão, e colocava nas bancas e selecionava todos juntos, o que estava feio a gente chamava o D. e falava...”;*
- (iii) *“Quem fiscalizava era eu mesmo. Eu que pegava e trazia pra elas aqui, então elas faziam. E outra, eles tão dando, a gente não tem que ficar... Só se vier podre né, mas nunca vinha nada podre”;*
- (iv) *“A gente fiscalizava. Eu ajudava a receber os produtos. Eu era dos coordenadores. Nós montamos um grupo de coordenadores, nós fazíamos a recepção dessa mercadoria. Inclusive pesava pra conferir se a nota era verdadeira e, verificar a qualidade”;*
- (v) *“Sim, quando chega a gente separa certinho pra ver se tem alguma coisa estragada ou não. Às vezes vem tudo certinho. Ai faz a separação. Qual é das mães dos alunos que precisa, tira uma parte. A outra parte guarda no freezer, mandioca essas coisas”.*
- (vi) *“Há uma fiscalização, uma vez que chega, a nutricionista olha os produtos, quem fiscaliza é ela, por isso tô falando não há refugo, vocês me mandaram uma mercadoria e não tá legal, vou devolver, se eu falar que não houve, estaria mentindo, mas é muito pouco, isso é irrisório”.*

Com nas respostas descritas, verifica-se que as entidades fiscalizam os produtos por meio de agentes distintos: a fiscalização é feita por uma nutricionista (dois casos); os responsáveis pela fiscalização são os próprios funcionários da entidade (dois casos); a fiscalização é feita por um voluntário (um caso); e, por fim, os produtos são fiscalizados pelo próprio presidente da entidade (um caso). De um modo geral, observa-se que a fiscalização

confere mais rigor e adequação às normas estabelecidas para distribuição no Programa, bem como assenta critérios de seleção pelas próprias entidades receptoras. Como resulta em lucros simbólicos e na reprodução de um modo de operar no campo do PAA, pode-se dizer que a fiscalização corresponde a uma estratégia adotada pelas entidades para firmar seus interesses em relação aos dos agricultores.

Ainda sobre a perspectiva das entidades, buscou-se averiguar se há ou não alguma dificuldade no contexto do Programa, o que deu a ver particularidades na situação de cada entidade e ideias de possíveis e futuras melhorias em seu próprio modo de trabalhar. Nesse sentido, a quase totalidade das entidades entrevistadas (seis) afirmaram que não há dificuldades. Somente uma delas acentuou limitações próprias, deixando a questão em aberto. Portanto, pode-se dizer que os entrevistados não encontraram dificuldades para inserir-se no PAA, tampouco para receber os alimentos. A seguir a perspectiva de alguns entrevistados sobre esta questão:

- (i) *“Para participar, não tem dificuldade, porque o pessoal é amigo, agora quanto ao fornecimento, há muita alternância, uma época tem, não falta, outra época falta, principalmente aqui em Pereira Barreto [...]”;*
- (ii) *“Não. Não tem dificuldade nenhuma não. A única coisa é que às vezes não vêm os alimentos, e a igreja completa. Completa pra não faltar aqui. Como a gente tá fazendo agora. (o projeto não foi renovado)”;*
- (iii) *“Não. Olha tínhamos dificuldade pra pegar os alimentos porque não tínhamos condução própria, mas agora temos uma Kombi, então a gente consegue buscar”;*
- (iv) *“Não houve dificuldade, porque todo ano, a minha documentação é revista, todo ano o conselho de assistência social solicita uma porção de documentos, tenho isenção, sou do conselho municipal assistência social, estadual e federal, todo ano é feito uma documentação atualizada”.*

As respostas evidenciam um modo de operar no PAA que confere mais facilidades que dificuldades às entidades, uma vez que agrega pessoas que mantêm boas relações, proporcionando maior entendimento sobre as funções, metas e deveres. Do mesmo modo, é possível notar que as dificuldades encontradas pelas entidades referem-se muito mais a questões como infraestrutura (transporte) ou intervalos na entrega, do que a fatores específicos do Programa. Além disso, constata-se que a dificuldade foi avaliada como problemas ligados à burocracia e às relações com órgãos municipais, estaduais e federais.

Conforme dito anteriormente, uma das entrevistadas deixou em aberto a questão, apontando somente limitações próprias para o transporte dos alimentos: *“Tem limitações*

devido ao um problema do joelho, isso dificulta o carregamento das caixas para a entidade. Não posso pegar peso, precisava de uma ajuda de alguém mais jovem, ainda bem que a A. me ajudava”. Com isso, percebe-se que, de modo geral, as dificuldades apontadas pelas entidades não implicam problemas internos na execução do Programa, ou seja, não há problemas no que tange às determinações e objetivos.

Veloso (2011) em sua pesquisa sobre o Programa no município de Junqueirópolis salienta que os representantes das instituições consumidoras dos alimentos fornecidos pelo PAA demonstraram estar satisfeitos. É interessante ressaltar que tais representantes declararam que a participação no Programa não despende grande burocracia, o repasse dos alimentos é feito de maneira fácil e rápida pelos funcionários e ou voluntários.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco principal desta pesquisa foi averiguar quais foram os significados, resultados e impactos do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade doação simultânea, para os agricultores familiares do município de Pereira Barreto – SP. Para tanto, aplicou-se questionários e realizou-se entrevistas com os agricultores, presidentes das Associações e representantes das entidades beneficiadas. Nesse sentido, foi possível caracterizar as famílias, a produção, bem como a dinâmica dos agentes rurais e urbanos envolvidos no Programa.

Os dados apontaram que os lotes dos produtores pesquisados detêm infraestrutura adequada para moradia. Todos os lotes possuem casas de alvenaria com fontes de água para o abastecimento da família, das criações e dos cultivos. No que tange à infraestrutura necessária para a produção agropecuária, em média, menos da metade dos lotes contam com currais, depósitos, paióis, máquinas, equipamentos e irrigação para o desenvolvimento dos cultivos. Há o predomínio do policultivo em termos de explorações vegetais e a presença de várias criações, ambos destinados ao autoconsumo e à comercialização.

Ao avaliar as atividades de produção dos agricultores, verificamos que a pecuária leiteira constitui estratégia para a reprodução social dos agricultores pesquisados nos (re)assentamentos. A maioria dos agricultores recorrem à pecuária leiteira como alternativa de complementação da renda obtida por meio da comercialização como PAA, o que garante às famílias uma renda mensal regular.

Segundo os produtores pesquisados, a renda é usada para o sustento das famílias e para a manutenção do lote e, ainda, para a aplicação de novos cultivos. Um exemplo é o preparo do solo, pois parte da renda obtida com a venda do leite e dos alimentos para o PAA é destinada à compra de sementes e óleo diesel (usado pelas máquinas agrícolas das Associações) ou à contratação de terceiros para o preparo do solo. Além desta estratégia, pode-se observar que não há uma grande dependência de insumos externos nos estabelecimentos rurais, uma vez que os produtores mesclam as adubações (química e orgânica), visando a economia nos recursos monetários.

Ao analisar os dados concernentes à entrega dos produtos para o PAA, pode-se dizer que o Assentamento Terra é Vida tem maior eficiência produtiva em relações aos demais assentamentos pesquisados. O histórico deste Assentamento pode justificar tal fato, visto que os agricultores residem em seus lotes há cerca de dez anos. Durante esse período de vivência, pode-se inferir que enfrentaram diversas limitações que os fizeram adquirir conhecimentos específicos de manejo e plantio (um *habitus* ajustado às condições do campo, na linguagem de

Bourdieu). As experiências desses agricultores os permitiram desenvolver estratégias para superar as adversidades encontradas na atividade agrícola e, conseqüentemente, fez com que a produção destinada ao PAA fosse aprimorada. Com isso, a Associação desse assentamento acabou galgando projetos maiores de comercialização ligados ao Programa.

Em contrapartida, dentre os pesquisados, depreendeu-se que os agricultores do Reassentamento Complexo Hortifrutigranjeiro são os mais dependentes de insumos externos dos lotes e aqueles que mais adotam tecnologias ditas modernas. O histórico desses produtores é marcado, sobretudo, pela tradição no cultivo de hortaliças. E aqui ressalta-se o perfil diferenciado do Complexo Hortifrutigranjeiro em relação aos demais Assentamentos, visto que o objetivo de sua participação no PAA é colaborar com as instituições filantrópicas da cidade e escoar a produção excedente. Diferentemente dos demais, os agricultores desse Reassentamento comercializam em vários outros mercados e também participam do PNAE.

Em relação aos efeitos do PAA nos (re)assentamentos rurais pesquisados, pôde-se constatar que ocorreu a ampliação do número e da área cultivada, especialmente de olerícolas; e aumento da renda dos agricultores e relativa regularidade, o que resultou em investimentos no lote e em bens para a residência ou para a família. Estes resultados deram maior motivação dos agricultores para o trabalho no campo.

Quanto aos aspectos que apresentaram-se como dificuldade para uma melhoria mais expressiva da condição de vida, os produtores citaram o atraso do pagamento pelos alimentos entregues ao PAA e dificuldades em relação ao transporte da produção, devido a irregularidade e falta de cuidados nesse serviço.

Outro fato relevante concerne a uma postura assumida pelos agricultores dos assentamentos: a não expansão de seus canais de comercialização. Conforme visto anteriormente, os produtores permaneceram comercializando somente via PAA – quando há outra atividade fora do Programa, observou-se apenas aquela ligada à pecuária leiteira. O motivo de tal situação é, principalmente, a falta de recursos para realizar o transporte dos alimentos até os centros consumidores. Desta forma, pode-se dizer que há uma dependência dos agricultores em relação ao Programa, principalmente por parte dos produtores do Assentamento Terra é Vida, em que parte mais expressiva da renda familiar é proveniente do PAA.

Quanto à contribuição das associações na execução do PAA, constatou-se que o presidente exerce função fundamental, pois não só a estrutura social contribui para a formação e desempenho adequado das associações, mas também e, sobretudo, quem as coordena. A proposta de ação verificada nos assentamentos analisados segue, portanto, um movimento

dialético em que a estrutura social condiciona, de forma preponderante, o que os produtores podem fazer, e é a partir dessas condições que os agentes fazem suas escolhas e se posicionam ativamente no gerenciamento das suas atividades e dos seus lotes.

A grande maioria dos produtores avaliou que a qualidade dos alimentos que fornecem ao PAA pode ser classificada como produto de alta ou boa qualidade. No entanto algumas entidades filantrópicas receptoras fizeram restrições à qualidade dos alimentos e, de modo generalizado, fizeram críticas no que tange à variedade dos produtos. A partir da análise dos depoimentos de seus representantes, pôde-se concluir que os agricultores se empenharam muito no início do Programa, entretanto, com o decorrer do tempo, dedicaram-se, majoritariamente, ao cultivo e à comercialização de quatro alimentos: abóbora, mandioca, alface e berinjela. Sobre tal fato, a interpretação dos representantes das entidades receptoras é a de que os agricultores produzem em grande quantidade esses quatro tipos de produtos com o intuito de cumprir com maior facilidade a cota estipulada. Apesar disso, os representantes se mostraram muito satisfeitos com o Programa e os alimentos recebidos.

Por fim, tendo em vista as análises e os resultados obtidos, compete-se estabelecer algumas propostas de intervenção, que podem contribuir para um melhor desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Pereira Barreto (SP). Nessas condições, compreendeu-se a necessidade de realização das seguintes ações/atividades: (i) ampliar o diálogo entre os agricultores familiares, as entidades, as associações de agricultores e os agentes de extensão rural, de modo a conduzir outras mudanças como as sugeridas nos itens seguintes; (ii) aprimorar a produção agrícola com processos de formação técnica que visem melhorar a qualidade do alimento e estimular a divulgação de novos saberes, adaptados às condições dos produtores, visando lhes conferir maior autonomia tecnoprodutiva (agroecologia, manejo alternativo de pragas e doenças, bioconstruções, etc.) e superar as limitações apontadas pelas entidades participantes no PAA (baixa qualidade e baixa variedade de produtos); (iii) buscar novos mercados para comercialização – sejam estes institucionais ou não – e promover a adesão a novos programas de compras públicas já existentes, como o PNAE e PPAIS.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. A abordagem territorial e as políticas de desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1., 2005, Brasília. **Seminário...** Brasília: MDA, 2005. p. 23.
- ALEIXO, C. E. M. et al. Impactos do PRONAF nos indicadores de qualidade de vida de seus beneficiados no assentamento Santana – CE. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Embrapa/CNPAT. 11 p.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, jun. 2005.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Instituto de medicina social, 2011. p.138-172. Disponível em: <www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps>. Acesso em: jan. 2015.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234 p.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2007.
- _____. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 105, p. 3-12, 1994.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei n.º 11.497 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009.
- _____. Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, 28 jul. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: out. 2015.
- _____. DECRETO Nº 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**. [República Federativa do Brasil]. Brasília. Julho de 2012.
- _____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e da União. Grupo Nacional de Direitos Humanos. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>>. Acesso em: 11. nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Informações Territoriais – MDA/SDT/SIT**. Imagens/mapas. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TR&modo=0>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. [S.l.: s.n., 200-]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 nov 2014.

_____. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/viewFile/5434/3083>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A.D.; SOUZA, A.C.; GUANZIROLI, C.E.; SOUZA FILHO, H.M.; SILVEIRA, J.M.F.J.; BATALHA, M.O., SALLES-FILHO, S. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: UNICAMP, 2007. 238 p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1999.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

CARVALHO, L. H. **As condições de vida dos assentados da região e Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária**. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

CARVALHO, M. P. **Porque o leite cresce tanto no Brasil**. [S.l.: s.n.]; 2006. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos impactos regionais do programa nacional da agricultura familiar**. Brasília: Ipea, jun. 2014. (Texto para Discussão, n. 1.974). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1974.pdf> Acesso em: 10 nov. 2014.

CASTRO, E.G. Sonhos, desejos e a realidade: herança, educação e trabalho de jovens rurais da Baixada Fluminense/RJ. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE JUVENTUDE BRASILEIRA, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: NIPIAC, 2004. 49 p. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textosdigitais/Artigo/arquivo_298.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CHMIELEWSKA, D.; LOURETE, A. A.; SOUZA, D. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no Estado de Sergipe**. Brasília: IPEA, set. 2010. (Texto para discussão, n. 1510). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1510.pdf>. Acesso em: dia jan. 2015.

CRUZ, K. C. M. S. et al. **O acesso da agricultura familiar brasileira às políticas públicas: a evolução do programa de aquisição de alimentos**. Brasília: CONAB, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_15_16_03_05_artigo_evolucao_do_paa_2.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930 - 1980. In: SZMRECSÁNY, T.; SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Cap. 5, p. 209-226.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ufrgs, 2001. cap. 1, p. 15-52.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília. DF: [s.n.] 2000. N. 21, p. 211-259.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil municipal**. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programas/alimentação** escolar: apresentação. Brasília: DF: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: nov 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GONÇALVES, J. C. Conflitos socioambientais da construção e da operação de UHEs no município de Pereira Barreto/SP. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28., 2011, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2011. Disponível em: <http://www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ALAS_2011-J.C._Goncalves.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 97-129, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade- CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301 - 328, 2007.

HAGE, S. A. M.; ALMEIDA, L. S. Desafios da educação nos assentamentos da reforma agrária da amazônia paraense. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. 20 p. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/16-GTSalom%C3%A3o-Antonio-Mufarrej-Hage-Luciane-Soares-Almeida.doc>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

HESPANHOL, A. N., COSTA, V. M. H. M., SANTO, C. R. E. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, 2003. p. 105 -124.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010: resultados preliminares do universo**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=6&i=P&c=3145>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

_____. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

KATO, K.; ZIMMERMANN, S. A.; WESZ JUNIOR, W. J. Reflexões e proposições de política pública de desenvolvimento territorial. In: IICA. **Reflexões e proposições de política pública de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, 2012. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Vol-15_Serie_DRS_final.pdf>. Acesso em: 10. nov. 2014.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v. 1, 336 p.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001. p. 53-95.

LEME, R. B. Políticas estatais para a agricultura brasileira. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 3, n. 1, p.65-79, 1999.

LOWI, T. J. American business, public policy, case study, and political theory. World Politics, **Cambridge**, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964. In: SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 168 p.

MALUF, R. S. **Alimentação, escola e agricultura familiar**. [S.l.: s.n.], 2009. (Boletim do OPPA, n.26).

MARIOTO, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista – SP e Paranavaí - PR.** 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/13/ms/anderson.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014, , Suplemento Especial. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/ren-numeros_publicados/docs/ren_2014_5_o_papel_importancia_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MERA, C. P.; DIDONET, G. B. Aplicação dos recursos do Pronaf pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS). **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 45-58, jul/dez 2010.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia prática. In: BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 7-37.

PIPITONE, M. A. P.; OMETTO, A. M. H.; SILVA, M. V.; STURION, G. L.; FURTUOSO, M. C.; OETTERER, M. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 143-154, 2003.

POLANYI, K. **A Grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 1980. 360 p.

RAMBO, A. G. et al. Território e desenvolvimento na escala humana: condições de vida e gestão territorial no Sul do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOBER, 50., 2012, Vitória. **Anais...** Vitória: [s.n.], 2012. 21 p.

REZENDE, G. C. **Estado, macroeconomia e agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/IPEA 2003. (Coleção Estudos Rurais).

SANT'ANA, A. L. et al. Estratégias de produção e comercialização dos assentados da região de Andradina – SP. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 5, p. 29-31, maio 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo: LUPA 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 10 dez 2014.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.;

VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-265. Disponível em: <<http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1405627337AGROECOLOGIA-praticas-mercados-e-politicas.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A.. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: [s.n.], 2004. p. 21-50. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2014

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 168 p.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SHIKI, S. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. In: SAUER, S.; BALESTRO, M.V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.141-176.

SILVA, F. C. **Agricultura familiar em duas microrregiões do noroeste do estado de São Paulo: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2012.

SILVA, F. P. M. Conselhos e consórcios: as políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Ceppg - Cesuc: Centro de Ensino Superior de Catalão**, Catalão, v. 15, n. 26, p.98-113, jan. 2012. Disponível em: <http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/fccf882d1ae2a718a6cb6bd6ec0dbfa8.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SILVA, M. E. S. **A representação social e a territorialização da reforma agrária no espaço urbano a partir do programa de aquisição de alimentos**. 2013. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Rio Claro, 2013b.

SILVA, S. P. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2013a. (Texto para Discussão, n. 1.898). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1898.pdf>. Acesso em: 10. nov. 2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.350 p.

SOUZA, P. M. et al. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 237-254, Abr-Jun 2013.

SZMRECSÁNY, T.; RAMOS, P. O papel das políticas públicas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNY, T.; SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. cap. 5. p. 227-249.

TARSITANO, R. A. **Avaliação dos projetos Proinf do território de Andradina (SP), a partir da perspectiva dos atores**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Ilha Solteira, 2012. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98709/tarsitano_ra_me_ilha.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 nov. 2014.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: UFBA, 2002.

VELOSO, F. **Políticas públicas no Município de Junqueirópolis (Sp): O Pronaf e o Paa**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2011. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2011/veloso_f_me_pud.pdf. Acesso em: 12 set. 2014.

VIEIRA, D. F. A.; GROSSI, M. E. D. Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do Município de Paracatu em Minas Gerais. **Sociedade E Desenvolvimento Rural**, Brasília - Df, v. 4, n. 2, p. 21-48, set. 2010. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/90/88>. Acesso em: 2 jun. 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

SITES CONSULTADOS

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/one-community?page_num=0>

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1510.pdf>

<<http://www.saladeimprensadilma.com.br/2014/09/10/ms-programa-de-aquisicao-de-alimentos-fortalece-a-agricultura/>>

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINANAL.pdf>

Apêndice 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA.

PESQUISA: *Resultados e Significados do Programa de Aquisição de Alimentos para os Agricultores Familiares de Pereira Barreto (SP).*

Nº do questionário: _____ Data do levantamento: ____/____/____

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do produtor: _____

1.2 Endereço: _____ Telefone: _____

1.3 Idade: _____ anos **1.4** Escolaridade: _____

1.5 Há quanto tempo está assentado? _____

1.6 Antes do assentamento, em quais cidades morou? _____

1.7 E em qual (is) atividade(s) trabalhava? (detalhar) _____

2. DADOS DA FAMÍLIA.

2.1 Qual o número de pessoas da família que moram na propriedade? _____

2.2 Quais as pessoas da família trabalham na propriedade (parentesco e idade)? _____

2.3 Número de filhos com ensino superior: total ____ Trabalhando na propriedade: _____

2.4. Há pessoas da família que possuem rendas não-agrícolas (proveniente de trabalho, aposentadoria, aluguéis, etc.)? Não () () Sim, nome e tipo de ocupação e/ou renda: _____

2.5 Utiliza mão-de-obra de terceiros para ajudar no serviço da propriedade/lote?

Não () Sim () : () empregado permanente () diaristas

() troca-de-dias () outro tipo: _____

4.2. Realiza algum tipo de processamento dos produtos? () Não () Sim, qual?

Observações sobre a exploração vegetal: _____

5. EXPLORAÇÃO ANIMAL

5.1. Caracterização da produção animal

Espécie Animal	Quantidade	Tecnologia						Canais de Comercialização							Produto Comercializado				
		Sal mineral	Vermífugos	Volumoso no cocho	Ração	Inseminação artificial	Rotação de pastagens	Auto consumo (1)	Agroindústria (2)	Consumidor (3)	Varejo (4)	PAA (5)	Cooperativa (6)	Intermediário (7)	Carne	Ovos	Leite	Derivados do leite	Outros

5.2. Caracterização da Bovinocultura de leite

5.2.1. Vacas em lactação: _____ Vacas secas: _____

5.2.2. Produção de leite: Atual: _____ litros/dia

Média no período das águas: _____ litros/dia Média na seca: ____ l/dia

5.2.3. Quantidade média de autoconsumo: _____ litros/dia

6. CRÉDITO

6.1. Fez financiamento agrícola ou pecuário neste último ano? () não () sim

6.2. (Em caso afirmativo) Utilizou o crédito para qual finalidade? _____

6.3. Valor: _____ 6.4. Prazo de pagamento: _____

6.5. Linha de crédito: _____

7. COOPERATIVISMO

7.1. Participa de alguma cooperativa ou associação de Produtores? () não () sim, qual(is)? _____

7.2. Frequenta as reuniões da Associação ou Cooperativa? () não () sim

(Em caso afirmativo) Participa de alguma tomada de decisão? () não () sim, qual(is)? _____

7.3. Considera que a cooperativa ou associação proporciona para sua vida:

() benefícios, qual(is)? _____

() prejuízos, qual(is)? _____

() nenhuma mudança

7.4. Em relação à produção agropecuária, considera que a cooperativa ou associação proporciona:

() benefícios, qual(is)? _____

() prejuízos, qual(is)? _____

() nenhuma mudança

8. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.

8.1. Participa do PAA desde quando? _____

8.2. Quantas vezes já participou do PAA? _____

8.3. Como aderiu ao PAA? _____

8.4. Quais os motivos que o levaram a participar do PAA? _____

8.5. Após sua inserção no PAA, ocorreram mudanças no lote em relação às atividades ligadas a produção agropecuária? () não () sim, qual(is)? _____

8.6. Houve mudanças no tipo de tecnologia utilizada? () não () sim, qual(is)? _____

8.7. O número de culturas plantadas/semeadas:

() Aumentou, quanto? _____ () diminuiu, quanto? _____ () não houve alteração

8.8. O número de criações:

() Aumentou, quanto? _____ () diminuiu, quanto? _____ () não houve alteração

8.9. Quais dificuldades você enfrenta em relação à comercialização ao PAA?

8.10. Qual a sua opinião sobre a qualidade dos produtos que entrega para o PAA?

8.11. Considera que estão de acordo com o padrão exigido por outros compradores?

sim (), por quê? _____

não (), por quê? _____

8.12. Após a aplicação de um agrotóxico, quantos dias aguarda antes de colher?

8.13. Como verifica qual a dose do agrotóxico que deve ser utilizada? _____

8.14. Após sua inserção no PAA passou a comercializar também com outros compradores?

() não () sim, qual(is)? _____

8.15. Qual sua renda familiar proveniente da produção agropecuária que é obtida por meio do:

8.15.1 PAA: _____

8.15.2 Outros canais de comercialização: _____

8.16. Realiza planejamento da produção agropecuária? () não () sim Como?

8.17. Realiza rotação culturas? () não, por quê? _____

() sim, Como? _____

8.18. Quais são as suas perspectivas em relação ao PAA?

8.19. Ocorreram mudanças na vida da família após a participação do PAA?

() não () sim, qual(is)? _____

8.20 A renda do PAA é investida na propriedade? () não, por quê? _____

() sim, qual(is) investimento(s) já realizou? _____

8.21 A renda do PAA é investida em bens de consumo da família?

() não, por quê? _____

() sim, quais bens já comprou? _____

OBSERVAÇÕES GERAIS: _____

Apêndice 2

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

Pesquisa: *RESULTADOS E SIGNIFICADOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE PEREIRA BARRETO (SP)*

Roteiro de Entrevista: Presidentes das Associações

Nome da Associação:

Nome do entrevistado:

1. Há quanto tempo existe a Associação?
2. Quais fatores motivaram a formação da Associação?
3. Atualmente a Associação tem quantos associados?
4. O que vocês dispõem em termos de infraestrutura?
5. Antes de entrar no Assentamento, o Sr(a). exercia qual profissão? Esta atividade anterior influenciou de alguma forma no trabalho que realiza na Associação?
6. A Associação dispõe de funcionários? (Caso sim) Quantos? Em quais funções?
7. Desde quando participam do PAA? Como iniciou a participação no PAA?
8. Qual o papel da Associação na comercialização dos produtos entregues via PAA?
9. Participa de conselhos e/ou reuniões relacionadas ao PAA? Qual é a frequência dessas reuniões?
10. Houve alteração de preços do início da execução do Programa até o momento?
11. Em algum momento os produtores agrícolas cadastrados no Programa deixaram de entregar produtos devido ao preço pago?
12. Qual é a forma de escoamento e armazenamento dos produtos? Há algum produto que é beneficiado?
13. Todos os produtores atingiram a cota de entrega? (Caso não) Outros produtores precisaram entregar no lugar de quem não atingiu?
14. As reuniões da Associação ocorrem com qual frequência? Quais são os principais assuntos abordados geralmente durante as reuniões?
15. Como o Sr(a). avalia a qualidade dos alimentos entregues pelos produtores?
16. A Associação tem realizado ações visando capacitar os produtores para melhor produzir e/ou comercializar?

17. Como o Sr(a). avalia a motivação dos agricultores para produzir após a inserção da Associação no PAA?
18. O Sr(a). considera que mudou a qualidade de vida dos produtores rurais que participam do Programa?
19. Caso o projeto de 2013 não seja aprovado o Sr(a). acredita que a produção vegetal da Associação irá aumentar, diminuir ou permanecer com o volume atual de comercialização?
20. Houve alguma melhoria ou fortalecimento da Associação/cooperativa depois de participar do PAA? (Como? De que forma?)
21. Em relação ao PAA o que o Sr(a). considera que:
- deve mudar?
 - ser melhorado?
 - permanecer?

Apêndice 3

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

Pesquisa: RESULTADOS E SIGNIFICADOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE PEREIRA BARRETO (SP)

Roteiro de Entrevista: Entidades que recebem produtos do PAA

Nome da entidade: _____

Nome do entrevistado: _____

Função: _____

1. Quantas pessoas são atendidas pela Entidade (por dia, semana ou mês)?
2. Quais são os produtos entregues aos beneficiários? (ver se entregam outros produtos além daqueles ligados ao PAA).
3. Com qual periodicidade?
4. Como a entidade entrou no PAA?
5. Desde quando participa?
6. Quais documentos são necessários para a Associação participar do PAA?
7. Há alguma dificuldade em relação à participação da Associação no PAA?
8. Como é feito recebimento dos produtos do PAA pela entidade?
9. Quais produtos e que quantidade a Entidade recebe no PAA (por dia, semana)? Quais ela mais utiliza?
10. Em relação aos produtos recebidos: houve mudança em termos da qualidade e diversidade dos alimentos entre o início da participação no PAA e atualmente?
11. Houve interrupção na entrega dos produtos à entidade e/ou à família? Caso sim: durante quanto tempo e qual foi o motivo?

12. Há alguma fiscalização por parte da sua entidade no que se refere à qualidade dos produtos entregues? (Caso sim) Quem fiscaliza? E como isso é feita?

13. Participa de reuniões e/ou conselhos do PAA?

ANEXO


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

06/02/2015

23:59:25

Pág.: 1 de 1

Ano: 2012

Modalidade: CPR-Doação

Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UF: SP Município: Pereira Barreto

CPR: SP/2012/02/0050

Consumidores

UF	Município	Entidade Consumidora	Endereço	Categoria
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEREIRA BARRETO	RUA FAUZI KASSIN N° 662 SP 15370-000	APAE E SIMILARES
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DE PEREIRA BARRETO	RUA COZO TAGUSHI N° 2023	INSTITUIÇÕES DE AMPARO AO IDOSO
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DE PEREIRA BARRETO	RUA LÉO LIEDTKE N° 1828	OUTROS
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS SÃO FRANCISCO DAVID MOREIRA E COOPERATIVA	R CELSO GARCIA , - SP -	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS / MORADORES
SP	PEREIRA BARRETO	CARITAS DIOCESANA DE JALES	R DR DERMIVAL FRANCESCHI,1772 SP 15.370-000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CASA DE RECUPERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ROD. FELICIANO SALES CUNHA -SP	OUTROS
SP	PEREIRA BARRETO	CENTRO ESPIRITA AMOR E CARIDADE	RUA:DERMIVAL FRANCHESCHI - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CRECHE BERÇARIO MENINO JESUS	AV BRASIL N° 667 15370-000	CRECHE
SP	PEREIRA BARRETO	GRUPO FRATERNAL "DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	AV JONAS ALVES DE MELO -SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	GRUPO KARDECISTA ESPÍRITA CRISTÃO	RUA PERNAMBUCO N° 1720	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA COMUNIDADE EVANGÉLICA MONTE SINAI	RUA PARAGUAI N° 3540	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	RUA AUTO LEITE	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVAGELICA SEARA DE DEUS	RUA DOIS,1829 - SP - 15370000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELHO MUNDIAL	AV D PEDRO II	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE MATO GROSSO DO SUL	AV FRANCISCO CUSTÓDIO PACCA - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTÉRIO DO BELÉM	RUA CELSO GARCIA N° 993	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA PENTECOSTAL "EVANGÉLICO E O PODER DE DEUS"	MISSÃO AKISSUE N° 1589	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	PARQUE FREDERICO OZANAN DE PEREIRA BARRETO	AVENIDA TIETÊ S/N	INSTITUIÇÕES DE AMPARO AO IDOSO
SP	SÃO PAULO	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS DA REMISSÃO	R JOAO SOUTO MAIOR	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

 07/02/2015
 00:01:29
 Pág.: 1 de 2

 Ano: 2012
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: SP Município: Pereira Barreto
 CPR: SP/2012/02/0202

Consumidores

UF	Município	Entidade Consumidora	Endereço	Categoria
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA E CULTURA NOVA ALIANÇA	RUA COZO TAGUSHI N° 3026	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEREIRA BARRETO	RUA FAUZI KASSIN N° 662 SP 15370-000	APAE E SIMILARES
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DE PEREIRA BARRETO	RUA LEO LIEDTKE N° 1828	OUTROS
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO LIXO E CIDADANIA	AVENIDA BENEDITO JORGE COELHO S/N	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS / MORADORES
SP	PEREIRA BARRETO	CASA DE RECUPERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ROD. FELICIANO SALES CUNHA -SP	OUTROS
SP	PEREIRA BARRETO	CENTRO ESPÍRITA AMOR E CARIDADE	RUA DERMIVAL FRANCHESCHI - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CENTRO ESPÍRITA AMOR E LUZ DA CARIDADE	R: DELFINA RODRIGUES DA SILVA -SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CRECHE BERÇÁRIO MENINO JESUS	AV BRASIL N° 667 15370-000	CRECHE
SP	PEREIRA BARRETO	GRUPO FRATERNAL "DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	AV JONAS ALVES DE MELO -SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	GRUPO KARDECISTA ESPÍRITA CRISTÃO	RUA PERNAMBUCO N° 1720	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA BATISTA TRADICIONAL DE PEREIRA BARRETO	RUA DERMIVAL FRANCHESCHI N° 2658 15370-000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA COMUNIDADE EVANGÉLICA MONTE SINAI	RUA PARAGUAI N° 3540	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	RUA AUTO LEITE	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVAGELICA SEARA DE DEUS	RUA DOIS,1829 - SP - 15370000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELHO MUNDIAL	AV O PEDRO II	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE MATO GROSSO DO SUL	AV FRANCISCO CUSTÓDIO PACCA - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA PENTECOSTAL "EVANGÉLICO E O PODER DE DEUS"	MISSÃO AKISSUE N° 1589	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	PARQUE FREDERICO OZANAN DE PEREIRA BARRETO	AVENIDA TIETÉ S/N	INSTITUIÇÕES DE AMPARO AO IDOSO
SP	PEREIRA BARRETO	PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PEREIRA BARRETO	RUA DR. DERMIVAL FRANCESCHI N° 2123	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PEREIRA BARRETO	RUA DERMIVAL FRANCHESCHI N° 505 15370-000	HOSPITAIS


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

 07/02/2015
 00:01:29
 Pág.: 2 de 2

 Ano: 2012
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: SP Município: Pereira Barreto
 CPR: SP/2012/02/0202

Consumidores

UF	Município	Entidade Consumidora	Endereço	Categoria
SP	PEREIRA BARRETO	SOS SEVIÇO DE OBRAS SOCIAIS "CACSA ABRIGO MARGARET"	RUA LEO LIEDTKE N° 18000	ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

07/02/2015

00:04:05

Pág.: 1 de 1

Ano: 2012

Modalidade: CPR-Doação

Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UF: SP Município: Pereira Barreto

CPR: SP/2012/02/0207

Consumidores

UF	Município	Entidade Consumidora	Endereço	Categoria
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEREIRA BARRETO	RUA FAUZI KASSIN N° 662 SP 15370-000	APAE E SIMILARES
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS SÃO FRANCISCO DAVID MOREIRA E COOPERATIVA	R CELSO GARCIA , - SP -	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS / MORADORES
SP	PEREIRA BARRETO	CARITAS DIOCESANA DE JALES	R DR DERMIVAL FRANCESCHI,1772 SP 15.370-000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CASA DE RECUPERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ROD. FELICIANO SALES CUNHA -SP	OUTROS
SP	PEREIRA BARRETO	CENTRO ESPIRITA AMOR E CARIDADE	RUA:DERMIVAL FRANCHESCHI - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CENTRO ESPÍRITA AMOR E LUZ DA CARIDADE	R: DELFINA RODRIGUES DA SILVA - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CRECHE BERÇÁRIO MENINO JESUS	AV BRASIL N° 667 15370-000	CRECHE
SP	PEREIRA BARRETO	GRUPO FRATERNO "DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	AV JONAS ALVES DE MELO -SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA SEARA DE DEUS	RUA DOIS,1829 - SP - 15370000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE MATO GROSSO DO SUL	AV FRANCISCO CUSTÓDIO PACCA - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL O BRASIL PARA CRISTO	R DR DERMIVAL FRANCESCHI,572 SP 15.370-000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PEREIRA BARRETO	RUA DERMIVAL FRANCHESCHI N° 505 15370-000	HOSPITAIS
SP	PEREIRA BARRETO	UNIAO CENTRAL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA	RUA JOSE DE OLIVEIRA,2471 - SP - 15370000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

07/02/2015

00:05:08

Pág.: 1 de 1

Ano: 2012

Modalidade: CPR-Doação

Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UF: SP Município: Pereira Barreto

CPR: SP/2012/02/0323

Consumidores

UF	Município	Entidade Consumidora	Endereço	Categoria
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEREIRA BARRETO	RUA FAUZI KASSIN N° 662 SP 15370-000	APAE E SIMILARES
SP	PEREIRA BARRETO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS SÃO FRANCISCO DAVID MOREIRA E COOPERATIVA	R CELSO GARCIA , - SP -	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS / MORADORES
SP	PEREIRA BARRETO	CARITAS DIOCESANA DE JALES	R DR DERMIVAL FRANCESCHI,1772 SP 15.370-000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CASA DE RECUPERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ROD. FELICIANO SALES CUNHA -SP	OUTROS
SP	PEREIRA BARRETO	CENTRO ESPIRITA AMOR E CARIDADE	RUA:DERMIVAL FRANCHESCHI - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CENTRO ESPÍRITA AMOR E LUZ DA CARIDADE	R: DELFINA RODRIGUES DA SILVA - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	CRECHE BERÇÁRIO MENINO JESUS	AV BRASIL N° 667 15370-000	CRECHE
SP	PEREIRA BARRETO	GRUPO FRATERNAL "DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	AV JONAS ALVES DE MELO -SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA SEARA DE DEUS	RUA DOIS,1829 - SP - 15370000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE MATO GROSSO DO SUL	AV FRANCISCO CUSTÓDIO PACCA - SP	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL O BRASIL PARA CRISTO	R DR DERMIVAL FRANCESCHI,572 SP 15.370-000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
SP	PEREIRA BARRETO	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PEREIRA BARRETO	RUA DERMIVAL FRANCHESCHI N° 505 15370-000	HOSPITAIS
SP	PEREIRA BARRETO	UNIAO CENTRAL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA	RUA JOSE DE OLIVEIRA,2471 - SP - 15370000	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.